

EM FOCO

O desafio está lançado!

A cada um de nós de reflectir agora sobre o que fazer em concreto para levar por diante as orientações traçadas.



■ José Soeiro

Pág. 19

Ainda sobre nós, comunistas, e o nosso papel e lugar

■ Sérgio Ribeiro

Pág. 20

Henrique de Sousa: Comunidades portuguesas no estrangeiro querem menos palavras e mais soluções

Pág. 21

Defender a Casa do Douro Conferência de imprensa do PCP em Vila Real

Págs. 22 e 23

ÚLTIMAS Ordenamento do Território PCP analisa proposta de Lei de Bases em colóquio na Assembleia da República

Pág. 32

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 19 de Fevereiro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1264 • Director: Carlos Brito

NOVO Reuniu o Comité Central

Págs. 5, 15, 16, 17 e 18

IMPULSO

Por um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido



- Uma perspectiva mobilizadora e combativa de afirmação, crescimento e dinamismo do Partido
- Uma orientação estratégica clara e afirmada: um projecto de esquerda e de poder, para um novo rumo democrático
- Uma confiante intervenção política e de massas junto dos trabalhadores e das populações

Editorial **Perspectiva mobilizadora**

EDITORIAL

Perspectiva mobilizadora



RESUMO

11
Quarta-feira

Inicia-se o julgamento do caso «Meia Culpa» ■ O Banco Pinto & Sotto Mayor anuncia uma oferta pública de transacção sobre o Banco Totta & Açores ■ D. Ximenes Belo reconhece o direito à luta armada como meio de solucionar os problemas de Timor-Leste ■ O Iraque aceita que a equipa de inspecções da ONU visite oito palácios presidenciais ■ Três membros do IRA são presos após a morte de um alegado membro das milícias protestantes ■ Inicia-se o Festival dos Cem Dias.

12
Quinta-feira

A ministra da Saúde anuncia a criação de um fundo que prevê medidas excepcionais para os diabéticos, tais como distribuição de seringas e redução dos preços das tiras de testes ■ No último dia da visita da delegação parlamentar europeia à Argélia, ocorrem três atentados em Argel ■ A Rússia, mantendo-se contra uma intervenção dos EUA no Iraque, afirma que os seus interesses vitais estão em jogo nesta crise.

13
Sexta-feira

O CPPC lança uma campanha de solidariedade com o povo saharauí ■ Cerca de um milhar de desempregados, trabalhadores precários e estudantes manifestam-se nas ruas de Nápoles contra a precariedade e o trabalho clandestino ■ Na Serra Leoa, a junta militar no poder desde Maio é deposta por uma força de intervenção da Cedeao ■ A França e a Rússia apelam à continuação dos esforços diplomáticos na crise iraquiana até à realização de uma visita do secretário-geral da ONU a Bagdad ■ O primeiro-ministro australiano anuncia a realização de um referendo sobre a transformação do país numa república em 1999.

14
Sábado

Tem início na Soeiro Pereira Gomes a reunião do Comité Central do PCP ■ Os «Verdes» acusam o Governo de ser responsável por vários focos de poluição no distrito de Setúbal ■ O secretário-geral das Nações Unidas aceita deslocar-se ao Iraque ■ Ocorrem violentos distúrbios na Indonésia, dos quais resultam três mortos e

150 feridos ■ Na Índia, verificam-se enormes motins na cidade de Coimbatore após a morte de 30 pessoas numa série de explosões.

15
Domingo

Após a reunião do Comité Central do PCP, que aprova documento visando dar à actividade partidária um novo impulso, Carlos Carvalhas acusa, em conferência de imprensa, o PS e o PSD de pretenderem paralisar a aprovação da Lei do Aborto pela AR ■ Cerca de 30 mil pessoas manifestam-se em Bruxelas contra a «lei do silêncio», reivindicando transparência nos processos judiciais contra os pedófilos ■ Representantes de 400 ONGs europeias e americanas deslocam-se ao México para analisar a situação dos direitos humanos em Chiapas.

16
Segunda-feira

A polícia judiciária apreende cinco toneladas de haxixe, em Cascais ■ O Iraque apela ao secretário-geral da ONU que resolva a crise com os EUA ■ Inicia-se o processo eleitoral indiano ■ O governo britânico pede a expulsão do Sinn Féin das conversações sobre o Ulster ■ Um avião das linhas aéreas chinesas despenha-se em Taiwan, provocando 189 mortes ■ É conhecido que o actual presidente de Chipre, Glafkos Clérides, foi reeleito nas eleições de domingo.

17
Terça-feira

PS e PSD encontram-se na Assembleia da República na busca de novo entendimento. Desta vez, trata-se do modo de eleição dos juizes para o Tribunal Constitucional ■ Deputados do PP admitem sair do Parlamento após o congresso deste partido, marcado para Março ■ O presidente dos EUA aborda de novo a questão da guerra com o Iraque, adiantando que, depois de ouvir o Pentágono, está disposto a dar ordem de atacar ■ Em declaração comum, o presidente russo Boris Ieltsin e o primeiro-ministro chinês Li Peng afirmam não aceitar a resolução da crise pela força e a sua inquietação pela «evolução perigosa» dos acontecimentos ■ Uma sondagem publicada nos Estados Unidos dá conta de que a maioria dos americanos são a favor de uma solução diplomática na questão que opõe os EUA ao Iraque.

A resolução política aprovada pela Comité Central do PCP na sua reunião do passado fim-de-semana reveste uma importância fora do comum. Só uma propositada distração da grande comunicação social explica que esta não lhe tenha conferido muito maior destaque.

Com efeito, o órgão máximo do PCP entre congressos, depois de dois dias de aturada discussão, acaba de lançar uma grande dinâmica de trabalho partidário «com o objectivo central de rasgar uma perspectiva mobilizadora e combativa de afirmação, crescimento e dinamismo do Partido, que seja sustentada por uma sua maior e melhor presença e intervenção na sociedade portuguesa.»

Esta dinâmica de trabalho partidário, a que os comunistas chamam «um novo e vigoroso impulso», destacou três áreas principais para a reflexão, a intervenção e a decisão prioritária, que em síntese podem ser assim designadas: o revigoramento e rejuvenescimento da organização; o desenvolvimento em todas as frentes de novas linhas de iniciativa política; e o fortalecimento e renovação da capacidade de direcção.

Parece justo destacar no conjunto destas direcções de actividade a especial atenção conferida às estruturas de base do Partido em relação às quais foi definido «um grande e empenhado movimento de revitalização» que, entre muitas outras medidas assinaladas no documento do Comité Central que publicamos na íntegra noutro local desta edição, deve passar no imediato por um o processo geral e planificado de Assembleias das organizações de base.

Deve ser salientado que esta grande preocupação com o fortalecimento das estruturas partidárias, em especial com o fortalecimento das organizações de base, não significa de maneira nenhum qualquer tendência para «voltar para dentro». Toda a discussão foi a de um partido voltado para fora, conecedor dos graves problemas que se colocam ao País, empenhado em combater energeticamente a política de direita que o Governo PS prossegue nas questões essenciais e em dar o seu melhor contributo para a indispensável resposta dos trabalhadores e das massas populares a essa política.

Durante a reunião foi justamente sublinhado que a organização e a acção estão permanentemente interligadas, que uma não avança sem a outra, e que é com um partido bem voltado para fora, intervindo activamente e com iniciativa na vida local, regional e nacional que a organização se fortalece.

E fortalece-se tanto mais quanto maior for a capacidade das organizações partidárias de se ligarem aos trabalhadores e às populações acompanhando, participando, dinamizando e encabeçando as suas lutas por justos interesses, reivindicações e aspirações.

O Comité Central dedicou igualmente uma parte importante dos seus trabalhos ao exame da complexa situação política nacional sublinhando que as possibilidades abertas pela derrota dos partidos da direita em 1995, «não tiveram qualquer expressão devido às opções tomadas pelo PS» e alertando também:

«A estratégia das forças de direita, protagonizada na primeira linha pelo PSD, evidencia-se com crescente nitidez. Por

um lado essas forças acompanham as opções fundamentais do Governo PS, que correspondem em grande medida às suas. Mas por outro lado, movem-se de forma activa com o objectivo de reagrupamento de um bloco de direita e de capitalização, à direita, do descontentamento social e da frustração que alastram em amplos sectores sociais, com correspondência política no eleitorado do centro e da esquerda.»

Esta estratégia da direita já está activamente em movimento visando as eleições legislativas e europeias do próximo ano. Os comunistas e todos os demais sectores e sensibilidades de esquerda não podem também deixar de considerar atentamente tanto as exigências que elas comportam, como as novas possibilidades que oferecem para a luta por uma viragem a esquerda na política nacional. De qualquer maneira não se trata agora de afunilar a iniciativa e acção políticas numa mera perspectiva eleitoral.

Por isso mesmo, o Comité Central aprovou cinco grandes linhas, que se propõe aprofundar e desenvolver, para a sua intervenção política no período próximo, compreendendo substancialmente, em síntese: a afirmação de uma esquerda que suporte a luta pela concretização de um novo rumo democrático; a afirmação do PCP como oposição de esquerda; uma política de desenvolvimento e de emprego com direitos; a realização de reformas democráticas nas áreas da educação, saúde e segurança social; um novo rumo para a construção europeia.

A posição do PCP em relação ao PS e ao Governo do primeiro-ministro António Guterres tinha necessariamente que ser abordada depois dos ataques provenientes do próprio PS e das intrigas e especulações desenvolvidas por alguns comentadores políticos.

O Comité Central rejeitou energeticamente quer as falsas acusações de que fez do PS o seu «inimigo principal», quer as sugestões para se tornar cúmplice de uma política governamental fundada em opções de direita que sempre combateu e combaterá.

A propósito entendeu recordar de modo especialmente expressivo que «os sucessivos entendimentos com a direita (ora com o PP, ora com o PSD, ora com ambos), que têm viabilizado as opções políticas fundamentais do Governo PS, longe de resultarem de qualquer estado de necessidade face a uma pretensa intransigência ou rigidez do PCP, antes resultam de uma escolha estratégica há muito feita pela direcção do PS, em estrita correspondência com o real conteúdo da sua política.»

Tudo o debate teve sempre presente a ideia da alternativa, voltando a ser salientado como conclusão que os complexos caminhos que conduzem a ela passam por um considerável fortalecimento e alargamento dos movimentos e das lutas sociais, bem como, do reforço do PCP, da sua influência, intervenção e iniciativa políticas.

Dos aspectos que respeitam ao PCP já tratamos no início destas notas. Quanto à frente social importa registar como mais uma importante iniciativa da reunião do Comité Central o apelo «à intensificação dos movimentos e das lutas dos trabalhadores e das massas populares, em torno de problemas que quotidianamente os afectam, na exigência de uma nova política, como factor determinante para resistir à política de direita, alcançar a satisfação das reivindicações e abrir caminho a uma alternativa.»

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linh. — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Mata
Sector IX
Rua B Li. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O meu relatório

Todos os anos, o Departamento de Estado dos EUA elabora e difunde um Relatório que nos põe a par do estado dos direitos humanos no Mundo. A legitimidade desta prática é óbvia: como se sabe, os EUA são campeões dos direitos humanos os quais, naquele país, são exemplarmente respeitados... Todos os anos, o Relatório se ocupa de Portugal, nomeadamente da situação nas cadeias.

Este ano fala-nos e enuncia «brutalidades policiais e más condições nas cadeias». Tudo isto é verdade e a verdade é muito mais do que tudo isto. O que está em causa é o direito que o governo dos EUA se arroga de se imiscuir nos problemas nacionais. Que eu saiba, nenhum governo português ousou ainda dar a esse Relatório anual a resposta que ele merece.

Assim sendo, aqui ficam os meus protestos: contra o governo do engenheiro Guterres por, mais uma vez, ter assistido, de cócoras (única posição que conhece quando se trata do imperialismo norte-americano), a mais uma humilhação ao nosso país; contra o governo dos EUA por mais esta ingerência insolente nos assuntos internos de Portugal.

Deixando para outra altura a referência circunstanciada à subserviência do Governo do PS face ao governo dos EUA, respondo, hoje, ao governo norte-americano, divulgando o meu Relatório sobre a situação prisional nos EUA. É assim: o número de presos nos EUA ultrapassa o milhão e meio, o que corresponde a um preso por cada 160 habitantes; de 1980 a 1994, o número de presos aumentou em um milhão e, desse milhão, a imensa maioria é composta por presos vindos das camadas mais pobres (curiosamente nesse mesmo período foi destruído um milhão de postos de trabalho); 54% da população prisional é composta por negros (sabe-se que os negros correspondem a 10% da população do país); a discriminação racial nas cadeias atinge níveis máximos de desumanidade (a título de exemplo, atente-se nesta lei interna de uma prisão da Califórnia: «As visitas aos detidos negros e mexicanos efectuar-se-ão numa sala com vidro de separação e não poderão durar mais de 15 minutos. As visitas aos prisioneiros brancos não estão sujeitas a estas restrições»... «Os negros e os mexicanos apenas poderão deslocar-se à cantina para fazer compras em grupos de dez e sob escolta. Os brancos e outros detidos poderão

deslocar-se à cantina sem quaisquer restrições durante os períodos de recreio»... «Os detidos negros e mexicanos não poderão exercer nenhuma actividade ao ar livre. As actividades ao ar livre constituirão regime normal para os brancos»); nas prisões dos EUA são cometidas todos os anos 290 000 violações sexuais; nas prisões «cibernéticas», que se multiplicam pelo país, o preso não vê ninguém, nem sequer o guarda prisional; nas outras prisões, entre os instrumentos utilizados pelos guardas destaca-se a matraca eléctrica que produz descargas de 45 000 volts; em várias prisões é utilizado um cinto eléctrico que permite desferir choques de 50 mil volts nos rins dos prisioneiros; o número de presos assassinados aumenta todos os anos...

Por aqui me fico, com a certeza de que a divulgação deste meu Relatório me traz dois graves riscos: o de Clinton ordenar a Guterres que me mande prender e deportar para os EUA; e o de Guterres obedecer a essa ordem. Sempre em nome dos direitos humanos, obviamente.

■ José Casanova

O Manifesto – memória do futuro

Foi escrito há precisamente 150 anos. Marx e Engels, seus autores, chamaram-lhe «Manifesto do Partido Comunista» Deu forma escrita e fundamentação à nova concepção do mundo que abriu a perspectiva de uma melhor condição para a humanidade. Ficou como um grito que abalou o mundo. Um grito que no correr destes 150 anos teve a força de um testemunho, mas também foi inspirador de uma coragem heróica, tantas vezes discreta ou ignorada, de milhões de seres humanos.

Todas as grandes revoluções que iluminaram a nossa época histórica são portadoras de ideais que o Manifesto Comunista expressou com clareza e vigor geniais. Eles foram bandeira de revolta contra a opressão e a exploração. Eles inspiraram os generosos empreendimentos de construção sustentada de sociedades socialistas que, abrindo caminho para o futuro, mesmo com as suas dificuldades, insuficiências e erros, deram forma concreta e trouxeram para a experiência vivida muitos desses ideais, dando assim ao avanço da civilização humana uma contribuição tão decisiva que ficaram como metas de esperança para tempos do futuro, ante as angústias do conturbado mundo engendrado com os revanches do capitalismo dos nossos dias.

Talvez também por isso se fala tanto agora da actualidade do Manifesto. Há mesmo quem proclame ser preciso «um novo Marx». Jornais e revistas consagram a Marx e ao Manifesto páginas inteiras, rubricas e suplementos. Em muitos casos, com justas homenagens e valiosas contribuições para o seu conhecimento. Mas também por vezes com uma estranhamente coincidente perversão: contrapor o Manifesto aos esforços tentados no nosso tempo para realização concreta dos seus ideais revolucionários; contrapor Marx aos marxistas que, como Lenine, fizeram do marxismo um instrumento para a acção, para a análise e transformação da sociedade em cada nova condição histórica.

É uma perversão que, gritando «Viva o Manifesto», mata Marx e o Manifesto, amputando o que eles têm de mais válido e actual: as realizações que impulsionaram, as forças que inspiraram, a memória do futuro que as suas ideias contém.

Cinco séculos antes da nossa era, Demócrito, esse grande filósofo grego de quem nos resta apenas um grande rasto de pensamento, lançava a ideia de que «a justiça é uma luta».

Essa é uma herança que está contida também no Manifesto. Por que é preciso lutar, desbravar sempre caminhos novos a percorrer, às vezes correndo, outras caminhando mais devagar, por vezes penosamente, para nos aproximarmos do destino pretendido.

A esperança também é uma luta, e um património a defender contra os que a querem matar.

Saudando o Manifesto de 1848, pensemos em quantos milhões de manifestos não terão sido lançados antes, em silêncio ou a bramar, clamando contra injustiças, opressões, terror das guerras. Lançando ao céu o desejo e a esperança de um mundo novo.

Na memória acumulada dos séculos o Manifesto tem um percurso de herança.

Com o seu apelo: «proletários de todos os países, uni-vos!» - o espaço humano ganhou nova dimensão. Não há hoje recanto da Terra, em todos os continentes, onde esse grito libertador não tenha ecoado, desencadeando nos homens a luta pela esperança.

É preciso continuarmos a abalar o mundo. Para prosseguir o percurso de herança deixado pelo Manifesto de Marx e Engels.

■ Aurélio Santos

DIGNIDADE NACIONAL

Contra a vassalagem

À medida que se agrava a crise no Médio Oriente torna-se mais claro que os EUA agem exclusivamente em seu benefício e tentam fazer crer que os seus interesses são os mesmos da ONU, de toda a comunidade internacional e até da própria Humanidade.

Clinton e os círculos dirigentes dos EUA, a pretexto da recusa do governo iraquiano de permitir a inspecção de palácios presidenciais, ameaçam militarmente o Iraque com bombardeamentos e ataques militares que seguramente causarão terríveis sacrifícios ao já martirizado povo iraquiano, ao fim e ao cabo a principal região vítima do conflito. E terão consequências imprevisíveis em toda a região.

Os EUA movem-se apenas por motivos de imposição da sua hegemonia. Trata-se de uma zona nevrálgica em termos geoestratégicos. Dela depende em termos energéticos todo o mundo ocidental. Os EUA, ao assenhorearem-se da zona, passam a dominar directa e indirectamente uma riqueza tão importante como o petróleo e uma área de confluência de três continentes. A divisão e a destruição do Iraque insere-se nesses desígnios, tendo em conta a riqueza do país.

A ameaça, em si mesma, é grave e viola o próprio espírito da Carta das Nações Unidas. Ao contrário do que afirmam os dirigentes norte-americanos, esta ameaça não tem nenhuma resolução do Conselho de Segurança em que se apoie. O Iraque já manifestou por diversas vezes nos últimos tempos que está disponível para que peritos do Conselho de Segurança possam visitar as instalações em causa.

A própria ameaça dos EUA está a suscitar uma vaga de protestos em todo o mundo. Erguem-se vozes autorizadas da Igreja católica, de inúmeras personalidades. A reviravolta do governo Aznar suscitou em Espanha uma torrente de críticas dos mais diversos sectores políticos.

Ao contrário do proclamado após a Guerra do Golfo, o Médio Oriente continua dilacerado pelos históricos conflitos que o martirizam desde a Segunda Guerra Mundial e que opõem países árabes ao colonialismo, ao neo-colonialismo e ao sionismo israelita. Israel viola reiteradamente resoluções do Conselho de Segurança e continua a negar os direitos nacionais palestinianos, recusa-se a respeitar os Acordos de Oslo e o Protocolo de Hebron, continua a ocupar os Montes Golã na Síria, e o sul do Líbano. Tem armas de destruição de um potencial muito superior ao Iraque, como o caso de armas nucleares.

Esta política só pode ser levada a cabo por contar com o apoio cúmplice e interessado dos EUA. Para além disto, os países aliados do mundo ocidental continuam a apoiar ditadores e ditaduras das mais brutais que reprimem e oprimem os povos da região.

A crise actual é consequência dessa política dos EUA, a qual visa impor os interesses da América no mundo. Por todas estas razões, é vergonhoso que o governo português tenha permitido que os EUA possam utilizar a base das Lajes. Não se trata de uma acção decidida pela ONU, mas sim de uma acção militar dos EUA. A posição do governo português é de verdadeira vassalagem a Washington. O governo português é mais papista que o papa, pois até os EUA já reabriram a sua embaixada em Bagdad e Portugal e a Inglaterra são os únicos países europeus que não reabriram as respectivas embaixadas.

Esta política choca-se com a defesa dos interesses portugueses no seu relacionamento com o mundo árabe. As posições dos EUA não são apoiadas pelos países árabes, incluindo os mais conservadores. Apoiando esta política de confronto com o mundo árabe, o governo português presta um mau serviço ao país. Neste quadro é, pois, estimulante que diversas organizações cívicas e personalidades se mobilizem para defender uma solução diplomática, no quadro da ONU, e que no caso de ataque militar pelos EUA o território português não seja utilizado pelos EUA. Os portugueses não podem ficar indiferentes ao conflito, devem empenhar-se por uma solução diplomática e exigir que o território nacional não seja envolvido num confronto militar que lhe é estranho.

■ Domingos Lopes



Foto: Jorge Caria

Sorrisos

— Apesar de tudo

Casa da Moeda posta em causa

A Imprensa Nacional-Casa da Moeda (IN-CM) não está preparada para produzir os 1200 milhões de moedas de euro até 2002, quota que lhe está distribuída. A acusação veio no *Público*, que cita afirmações do ex-director adjunto do departamento de moeda metálica, António Trigueiros, afastado dessa função apesar de ser considerado um dos maiores especialistas portugueses em cunhagem de moeda. António Trigueiros diz que «nada está feito, não há estratégia na IN-CM para o euro», não tendo a empresa sido apetrechada para responder ao desafio que aí vem na emissão do euro que, em Portugal, terá uma das faces com elementos nacionais. Não menos grave é o estranho desaparecimento de duas caixas de cartões de crédito virgens encomendados à empresa pelo grupo BCP que, caso tenham sido furtados, podem ser

viciados e utilizados em qualquer parte do mundo. A IN-CM é a única empresa nacional licenciada para a produção de cartões VISA/Master-Card e este rude golpe pode conduzir à cassação da licença e à transferência deste negócio para a empresa espanhola congénere, muito mais agressiva e eficaz do ponto de vista comercial. O *Público* aponta a administração da IN-CM, há dois mandatos dirigida por Braz Teixeira, como a grande responsável por não aproveitar novas oportunidades de mercado e não defender a empresa de ameaças externas à sua sobrevivência, assinalando a onda de demissões nos quadros de direcção da IN-CM desde 1994. «Quase todos se incompatibilizaram com o modelo de gestão da actual administração, a quem acusam de incompetente, arrogante e prepotente», anota o *Público*.



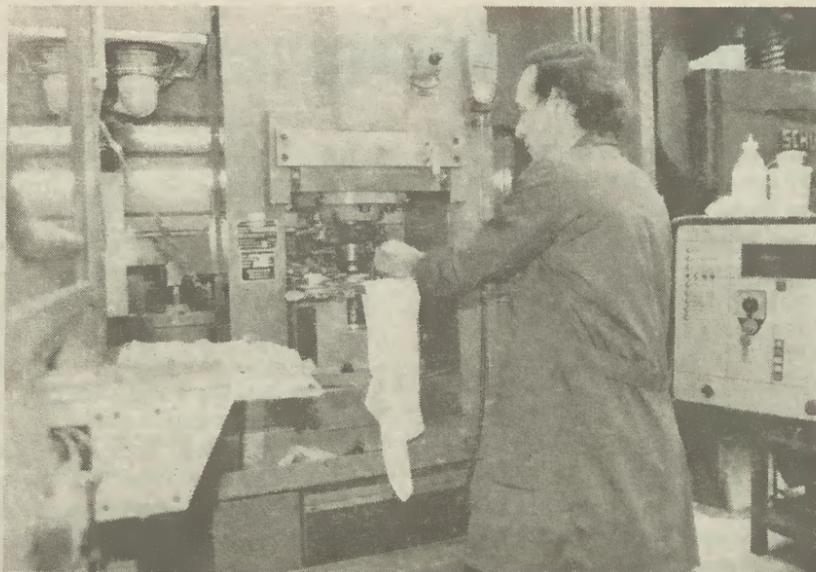
Fernando Correia apresenta Jornais e Jornalistas

«Finalmente há uma tese de Mestrado sobre jornalismo que consigo ler!», afirmou Diana Andringa, presidente do Sindicato dos Jornalistas, durante a apresentação feita esta semana no Palácio das Galveias, em Lisboa, do livro de Fernando Correia, *Jornais e Jornalistas*, objecto da sua tese de Mestrado e agora publicado pela Caminho. «É bom que os jornalistas e os jovens candidatos a jornalistas o leiam», aconselhou Diana Andringa, que se considerou «retratada e à profissão» no livro agora lançado, onde emerge «a responsabilidade social no ser jornalista» e se recorda o que muita vez se elide: que «somos assaetados», que «a qualidade do jornalismo é directamente ameaçada pelo patronato, pela publicidade» e «até que ponto o jornalismo está dependente». Considerando que esta obra «expõe os nossos condicionalismos», a

presidente do Sindicato dos Jornalistas exortou: «leiam o livro do Fernando, estamos lá nós». Seguiu-se no uso da palavra o professor Paquete de Oliveira, orientador desta tese de Mestrado, realçando que «o livro levanta questões», nomeadamente a «do que é um jornalista na sociedade contemporânea», considerando que Fernando Correia mostra que o jornalista é um pequeno átomo na indústria da informação, que «pertence a grupos que se sabe onde é que começam mas não se sabe onde é que acabam», assinalando ainda o mérito deste trabalho ao debruçar-se sobre os jornalistas, «que são dos grupos socio-profissionais que mais escrevem e que estão menos estudados». Fernando Correia coincidiu nesta opinião, afirmando que foi um ponto de partida para o seu trabalho o facto de «o jornalismo ser muito falado e pouco conhecido». As gran-

des transformações verificadas na última década no jornalismo e na informação e, até, na própria composição social dos jornalistas, a passagem dos *media* «para o centro da actividade política», com o pormenor de «a agenda dos *media* mostrar tendência para se tornar agenda pública», os constrangimentos a que os jornalistas estão sujeitos, os limites da autonomia, foram outras questões levantadas por Fernando Correia na sua intervenção, recordando que «a comunicação e a informação não se desenvolvem em terreno neutro» e sublinhando que «para se ser bom jornalista é preciso ser-se bom cidadão».

Ao acto assistiram diversas individualidades e numerosos camaradas de profissão e amigos do autor, nomeadamente o director e vários jornalistas do *Avante!*, de que Fernando Correia foi subchefe de Redacção durante mais de uma década.



Ordem dos Médicos critica acção de ministra da Saúde

Acusando a ministra da Saúde e o Governo de «incapacidade para continuar a discussão de uma série de projectos» por não conseguir ultrapassar os *lobbies* do sector, a Ordem dos Médicos afirma-se, na voz do seu bastonário, Carlos Ribeiro, cansada de «chá e simpatia» por parte da ministra, ao mesmo tempo que não dá passos concretos em questões importantes, acusando esta tutela de «deixar cair a aprovação do novo estatuto jurídico do Hospital», de «não tomar medidas na área da gestão hospitalar» e «retirar as Convenções como uma das vias de enquadramento do Sistema de Saúde Português». O bastonário acrescenta que o sector continua à espera do «novo sistema remuneratório dos médicos», aguardando também o «prolongamento do vínculo dos jovens especialistas no Serviço Nacional de Saúde» e conclui que «há muitos *lobbies* na saúde em Portugal e, provavelmente, o Governo tem dificuldades em os ultrapassar». A ministra Maria de Belém ripostou, entretanto, consi-



derando que tais críticas vêm de quem «não faz o que lhe compete», acusando a Ordem dos Médicos de não ter ainda apresentado «propostas concretas no domínio do formulário por patologias» mas sem, contudo, responder às acusações substantivas de que foi alvo.



Declaração de rendimentos é «ficção» para políticos

Segundo o *Público*, mais dois anos e meio depois da aprovação, pela Assembleia da República, da Lei que estabelece o «controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos», esta ainda não

foi objecto de qualquer regulamentação governamental (nem está para o ser, segundo este jornal), o que significa que, na prática, cada detentor de cargo político faz a declaração que entende - ora segun-

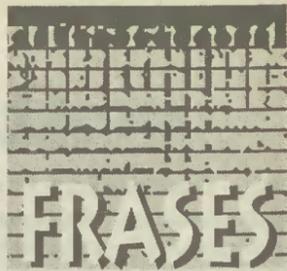
do a antiga Lei, no entendimento de que esta não foi revogada, ora a seu belo prazer e sob o pressuposto contrário, ou seja, de que a anterior Lei foi indirectamente revogada, tudo movendo-se num

quadro de vazio legal. O que está a suceder de há dois anos e meio para cá é, simplesmente, a deposição das declarações de rendimentos no Tribunal Constitucional, que se limita a arquivá-las.

Queda de avião da Formosa vitima 203 pessoas

Um Airbus A300 das linhas aéreas da Formosa (China Airlines) despenha-se a centenas de metros do aeroporto de Taipé quando se preparava para aterrar, vitimando mortalmente pelo menos 203 pessoas, incluindo sete habitantes da zona residencial onde o aparelho caiu. O aparelho era moderno (estava ao serviço desde 1990), não se sabendo,

até ao momento, as causas do acidente, que deixou a aeronave completamente desfeita. Sabe-se, contudo, que um cerrado nevoeiro pairava sobre a zona, tendo a última comunicação do piloto para a torre de controlo dado nota disso mesmo, afirmando que estava com dificuldade para ver a pista, pelo que ia fazer nova tentativa de aterragem.



«O PCP sublinha a importância de denunciar a vergonhosa combinação feita entre a direcção do PS e o PSD para a realização de um futuro referendo sobre o aborto, combinação cujo único resultado prático imediato seria o de paralisar a aprovação final da lei, defraudando as expectativas legitimamente criadas de um avanço positivo na solução de um grave problema que afecta as mulheres portuguesas e desprestigiando, de forma ostensiva, a própria Assembleia da República.»

(Carlos Carvalhas, *Público*, 16.2.98)

«Com a euforia, até se esqueceram que há um Presidente da República que tem competência para marcar a data.»

(idem *ibidem*)

«PS e PSD não estão interessados em garantir condições de clareza e seriedade ao exercício da soberania popular.»

(idem *ibidem*)

«Continuamos a estranhar o silêncio do Presidente da República.»

(idem, *A Capital*, 16.2.98)

«Segundo contam os jornais, a reunião entre a comissão política, o secretariado nacional e o grupo parlamentar do PS terminou, já pelas três da manhã, num clima de gargalhada. (...) É um pouco estranha esta alegria - mas sempre bem-vinda. De certo modo, poderíamos até pensar que nessa altura quem se estava a rir era o noctívago Marcelo Rebelo de Sousa, pelo facto de aquilo que os socialistas classificam com «um tamanho recuo do PSD» aparecer aos olhos de todos como um recuo do PS.»

(Eduardo Prado Coelho, *Público*, 16.2.98)

«Deve um partido, cujo património é laico, republicano e socialista, ter como secretário-geral - e chefe de Governo - um católico que pretenda manter obediência, mesmo em questões de Estado, à sua religião? Não deve.»

(Victor Cunha Rego, *Diário de Notícias*, 17.2.98)

«Segundo eles [o grupo de militantes do PSD/Porto críticos de Luís Filipe de Menezes], a comissão política nacional do PSD (...) «está objectivamente a dar cobertura aos candidatos que se prestam a comprar a dignidade dos militantes ao preço de 2400 escudos por ano.»»

(*A Capital*, 16.2.98)

«A burocracia é um atributo inalienável de qualquer Estado, é uma parte da nossa vida.»

(Boris Nemtsov, vice-primeiro-ministro russo, *Público*, 16.2.98)

«Aquele que gozar do apoio de funcionários ligados à organização das eleições [presidenciais] aumentará a possibilidade de sair vencedor.»

(idem *ibidem*)

«Infelizmente [os pobres], são um em cada cinco dos nossos cidadãos.»

(idem *ibidem*)

Comité Central propõe movimento de reflexão

Reunido no passado fim-de-semana, o Comité Central analisou a acção do Partido e os desafios que se colocam num futuro próximo e propôs a todos os militantes e organizações do Partido «o desenvolvimento de um vasto movimento de reflexão, debate, tomada de decisões e adopção de medidas, visando dar um novo e vigoroso impulso para a ampliação da sua influência na classe operária e nos trabalhadores, na sociedade portuguesa».

As principais conclusões da reunião foram apresentadas à imprensa, no domingo, por Carlos Carvalhas, cuja declaração aqui resumimos. (Ver igualmente neste número o documento integral do CC.)



Ampliar a influência do PCP

contraposição de propostas de política alternativa, de esquerda, às orientações de inspiração neoliberal adoptadas pelo Governo, constitui por isso um contributo essencial do PCP — que importa potenciar ainda mais — para todo o debate político e das ideias.

3ª — Defender activamente uma política de desenvolvimento e de emprego, com direitos, com uma justa repartição do rendimento nacional e a defesa e preservação do ambiente. Uma política que defenda e valorize a produção nacional e estimule a dinamização do mercado interno.

4ª — Sustentar a realização de reformas democráticas nas áreas da educação, saúde e segurança social, combatendo a desresponsabilização do Estado nestas áreas e o crescente negocismo privatizador e lutando pela melhoria de funções públicas e de prestações sociais essenciais para o nível e qualidade de vida e o futuro dos portugueses.

5ª — Lutar por um novo rumo para a construção europeia, por uma Europa de paz, cooperação e «coesão

económica e social», por uma Europa de nações soberanas e iguais. O PCP juntará os seus esforços em convergência com outros partidos comunistas, forças de esquerda e progressistas a nível da União Europeia, na luta pelo emprego, pela redução do horário de trabalho, pelo nivelamento por cima das conquistas sociais e na luta contra o tráfico de droga e toxicodependência e o branqueamento de capitais.

A luta de massas

Carlos Carvalhas destacou ainda a «necessidade da intensificação da luta por objectivos concretos e imediatos, e contra decisões e projectos particularmente gravosos anunciados pelo Governo». Referiu, entre outros, as lutas dos trabalhadores; dos estudantes e de docentes; dos reformados; das populações e sublinhou a urgência de se ampliar a oposição popular às privatizações, designadamente de empresas prestadoras de serviços públicos essenciais, e aos escandalosos aumentos de preços que estão a induzir.

Outras alertas foram lançados: «os projectos do PS e do PSD de alterarem, em sentido antidemocrático, a legislação eleitoral, designadamente a respeitante às eleições legislativas, de modo a imporem a criação de círculos uninominais, cujo único real objectivo é o de pressionarem os eleitores no sentido da concentração de votos apenas no PS e no PSD, procurando diminuir a votação e a representação parlamentar do PCP».

Sobre Regionalização, o Comité Central considerou positivo que «fique finalmente aprovada e entre em vigor a lei da criação das Regiões Administrativas no continente» mas imputou exclusivas responsabilidades ao PS pelo facto de «com alta probabilidade» poder estar «comprometida a concretização desta importante reforma democrática na presente legislatura».

Agenda 2000 é inaceitável

Em matéria de integração europeia, o Comité Central declarou ser «completamente inaceitável» o conteúdo da chamada Agenda 2000, que visa esta-

belecer o enquadramento político-financeiro do alargamento aos países do Leste da Europa. O PCP contesta os limites ao crescimento da despesa comunitária que exclui a Região de Lisboa e Vale do Tejo do objectivo 1, e as reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e da Política Comum das Pescas. Segundo a análise do PCP, «a Agenda 2000 significará, segundo estudos de insuspeitas instituições, que Portugal será, com o alargamento, o mais prejudicado dos actuais membros da União Europeia».

Chamando a atenção para a estratégia do Governo quanto à adesão de Portugal à moeda única que tem como objectivo apresentá-la como um facto consumado de forma de impedir o debate alargado das suas reais consequências, o PCP considera «indispensável ampliar a denúncia e o desmascaramento do referendo-fraude» que o PS e PSD anunciam sobre «matéria europeia» e exige «um referendo em que o povo português se possa pronunciar sobre as questões mais relevantes que, de facto, estão em causa — designadamente a participação de Portugal na moeda única e a sua sujeição ao Pacto de Estabilidade».

Entretanto, o Comité Central considerou «completamente inaceitável» qualquer ideia de realização de dois referendos na mesma data (designadamente sobre regionalização e matéria europeia), como pretendem o PS e o PSD — numa demonstração clara de que não estão interessados em garantir condições de clareza e seriedade ao exercício da soberania popular».

Carlos Carvalhas criticou ainda o governo por ter «autorizado os EUA a utilizar a Base das Lajes para a sua acção unilateral contra o Iraque, à margem de qualquer debate, nomeadamente à revelia da Assembleia da República e contra os interesses nacionais».

O Comité Central salienta igualmente a importância de se desenvolver «um vasto movimento de opinião democrática, no sentido de exigir a votação final da lei aprovada pela Assembleia da República em 4 de Fevereiro, despenalizando a interrupção voluntária da gravidez em certas condições, e denunciar a vergonhosa combinação feita entre a direcção do PS e o PSD para a realização de um futuro referendo sobre este tema, combinação cujo único resultado prático imediato seria o de paralisar a aprovação final da lei, defraudando as expectativas legitimamente criadas de um avanço positivo na solução de um grave problema que afecta as mulheres portuguesas, e desprestigiando, de forma ostensiva, a própria Assembleia da República».

CC elege Jorge Cordeiro para a Comissão Política

- José Casanova substituirá Carlos Brito na Direcção do «Avante!»

- João Saraiva cooptado para o CC

No ponto da ordem de trabalhos da sua reunião de 14 e 15 de Fevereiro relativo a questões de direcção, o Comité Central do PCP foi informado pelos organismos executivos da designação de José Casanova, membro da Comissão Política, para director do «Avante!» que, em Março, substituirá Carlos Brito que, já antes do XV Congresso (Dez. 1996), havia manifestado o desejo de cessar o exercício dessas funções.

Com vista ao reforço do trabalho de Direcção, elegeu por unanimidade para a Comissão Política Jorge Cordeiro que passará a ter designadamente a responsabilidade pela Organização Regional de Santarém.

Ao abrigo do art.º 32º dos Estatutos, procedeu por unanimidade à cooptação como membro do Comité Central de João Saraiva, membro da Comissão junto do CC para o trabalho Autárquico.

Jorge Cordeiro tem 44 anos de idade, empregado, é membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1975. Como membro do Comité Local de Lisboa, foi responsável por organizações de várias zonas da cidade e do trabalho de Autarquias na cidade. Em 1979, passou a integrar o Plenário da DORL.

É membro da Assembleia Municipal de Lisboa. Membro do Comité Central desde o XII Congresso (1988). Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Antes da sua elei-

ção para a CP, era membro do Executivo e da Comissão Distrital da DORL, e responsável pelo trabalho autárquico na ORL.

Membro da Comissão Junto do Comité Central para o Trabalho nas Autarquias.

João Saraiva tem 54 anos de idade, é licenciado em Engenharia Agronómica e militante do PCP desde 1974. Foi membro da Comissão Concelhia de Mora e do Executivo da DOR de Évora e do Grupo Técnico de Apoio à Comissão junto do CC para a Agricultura. Em 1974, foi nomeado Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Mora.

Assumiu, ao longo destes anos, cargos em vários órgãos institucionais, entre eles o de presidente da Câmara Municipal de Mora e da Assembleia Municipal de cujo órgão hoje faz parte, o de membro do Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o de presidente do Conselho Regional da CCR do Alentejo, o de adjunto do presidente da Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa, o de membro do Comité das Regiões da União Europeia. Entre 1990 e 1992, foi Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.



O secretário-geral considerou ser «previsível que, com a aproximação das eleições legislativas, o PS e o PSD procurarão cada vez mais aprisionar os eleitores na falsa opção entre manter o PS no governo, com uma política de direita, e o regresso da direita ao governo».

Neste quadro, disse, a intervenção do PCP tem o objectivo de «favorecer que se amplie a compreensão e consciência de que é possível uma alternativa progressista e de esquerda à alternância entre PS e PSD na realização de uma política no essencial semelhante, e que será o reforço da influência eleitoral do PCP (e uma diferente correlação de forças entre o PCP e o PS) que melhor inviabilizará tanto uma reabilitação eleitoral da direita como a continuação da actual política do PS, e que mais favorecerá uma verdadeira alternativa democrática e uma nova política».

Ao mesmo tempo, os comunistas recusam deixar-se «aprissonar e dissolver numa vida política crescentemente marcada pelo espalhamento, pela superficialidade, pelo artificialismo e pelo efémero, antes sustentando que a sua escolha é, de há muito, a da intervenção e acção políticas próximas dos problemas e preocupações dos cidadãos, mobilizadora das suas iniciativas e lutas, agregadora das aspirações a uma nova política».

Linhas de intervenção

Sem prejuízo de outros temas o Comité Central apontou cinco grandes linhas para a sua intervenção política:

1ª — Contribuir para a afirmação de uma esquerda e de um projecto que suporte a perspectiva, a possibilidade e a luta pela concretização de um novo rumo democrático para Portugal.

2ª — Prosseguir a afirmação do PCP como oposição de esquerda, combativa, consequente e responsável. A

OVAR Maternidade fecha

Uma nota da Comissão Concelhia de Ovar alerta para a intenção do Governo PS de encerrar a maternidade do hospital distrital, onde ainda recentemente a Câmara investiu milhares de contos nas obras do telhado. O PCP afirma que este encerramento se insere num plano mais vasto de privatização e centralização dos serviços de saúde, sob a capa de uma pretensa racionalização de meios técnicos e humanos. Prejudicadas ficam as populações do concelho e das zonas limítrofes que serão obrigadas a recorrer a outros serviços hospitalares afastados das suas residências. Os comunistas reclamam a suspensão do encerramento da maternidade e defendem a manutenção de todas as valências do hospital. O PCP dá ainda conta do agravamento da situação laboral no concelho, onde diversas unidades industriais já encerraram as suas portas ou se preparam para o fazer. São os casos da Carnaudmetalbox, empresa metalúrgica que em consequência da sua deslocação para o distrito de Setúbal coloca no desemprego 60 trabalhadores; da Califa/Ovar que se transfere para S. João da Madeira deixando dezenas de trabalhadores sem emprego; ou ainda da S. Marques e Filhos, empresa de madeiras de Esmoriz que recentemente fechou.

SILVES CDU recusa pelouros

Os vereadores da CDU, Francisco Martins e José Viola, recusaram os pelouros que a presidente Isabel Soares (PSD) lhes atribuiu, considerando que não era «uma proposta credível». Para a CDU, «os eleitos do PSD procuraram dar satisfação de qualquer maneira às suas promessas eleitorais de que iriam distribuir pelouros à oposição e apresentaram uma proposta «para inglês ver» e «para efeitos meramente mediáticos». Assim, sublinham que a atribuição dos pelouros da ocupação da via pública e da limpeza urbana não foi acompanhada dos respectivos meios logísticos, humanos, materiais e financeiros, sendo que a limpeza urbana se encontra delegada no fundamental às freguesias.

COIMBRA Esgotos a céu aberto

O vereador da CDU na Câmara de Coimbra apresentou no passado dia 10 duas propostas para a reunião de Câmara exigindo a instalação do saneamento básico para o Bairro das Flores, na Freguesia de São Martinho do Bispo, e a construção de um estabelecimento prisional na Mata de S. Pedro. A CDU divulgou ainda um abaixo-assinado dos moradores do referido bairro, com 126 assinaturas, que protesta pelo facto de todas as águas pluviais e as provenientes do escorrimo das fossas existentes escorrerem para um pequeno curso de água a céu aberto. Por falta de resposta dos serviços da Câmara, as fossas transbordam para a via pública, provocando cheiros pestilentos e constituindo uma ameaça à saúde dos residentes, que aguardam há mais de dez anos a construção do saneamento básico. Na zona envolvente situa-se uma escola do ensino básico, o centro hospitalar de Coimbra e o centro de saúde de S. Martinho do Bispo.

CORUCHE Deputada visita concelho

A deputada do PCP, Luísa Mesquita, visitou no passado dia 9 o concelho de Coruche, onde verificou uma série de problemas de que se comprometeu fazer eco na Assembleia da República. A parlamentar esteve junto às obras do novo tribunal que se encontram paradas desde 1995, constatou a necessidade de trabalhos urgentes de limpeza e desassoreamento na Vala do Paul para evitar novas inundações, e contactou com professores e pais que defendem a construção de uma escola básica integrada para alargar na Vila do Couço a escolaridade obrigatória até ao 6º ano. A deputada visitou ainda as instalações da extensão do centro de saúde no Couço, onde a melhoria dos cuidados médicos passa pela colocação de mais médicos e enfermeiros e pela construção de um novo centro de saúde para o qual a autarquia já disponibilizou terreno.

DORP denuncia prática centralista

A prática centralista do poder, com claros prejuízos para a região, e de que a questão do metropolitano é particularmente exemplificativa, foram as principais questões abordadas em conferência de imprensa da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, realizada no passado dia 5.

Destacando - entre as prioridades - o Metro, a DORP do PCP constata que “passado o período eleitoral e as inúmeras promessas de que a obra andaria antes das eleições, verifica-se, agora, que faltam ainda diplomas legislativos e passos essenciais para que a obra arranque”.

Neste quadro, a DORP sublinha, no documento divulgado na conferência de imprensa, que se impõe “rápida superação das dificuldades que têm impedido o início da obra”, sendo que “o seu arranque não prejudicará a necessidade de realizar um amplo debate público em torno dos traçados finais das linhas do metro”.

O documento refere a necessidade de dar prioridade a Vila Nova de Gaia, o que exige a aceleração do processo da nova ponte, e ainda de rever o processo que envolve a ligação à Póvoa do Varzim e a necessidade de avançar com a criação do Organismo Coordenador dos Transportes Metropolitanos e a melhoria dos transportes públicos.

Centrando a atenção e preocupações na prática centralista do poder, a DORP do PCP salienta que “ao chegar ao fim de mais um ciclo de gestão da Área Metropolitana do Porto, verifica-se que foi manifesta a incapacidade de gerar um amplo movimento de desenvolvimento e progresso”. Uma realidade que se deve, em particular, “à incapacidade dos principais responsáveis desta Área Metropolitana, que não souberam dinamizar a criação de um espírito metropolitano, por estarem mais interessados em estratégias de poder e promoção pessoais do que na defesa dos reais interesses da região”.

Uma lição que parece não ter sido aprendida, insistindo o Presidente da Câmara do Porto no *presidencialismo da gestão autárquica*.

“Reduz para metade o número de reuniões autárquicas, aumenta as dificuldades

de acesso dos cidadãos às reuniões públicas, que deixam de ter dia certo, e concentra a gestão corrente do município no PS”, denuncia o documento. Uma prática que parece ter vindo a agravar-se, pois, “ao contrário do que aconteceu há quatro anos, não distribuiu

qualquer pelouro à CDU”, apenas por “não saber lidar com a diferença de opiniões”.

Assim, o “centralismo é regra”. Mesmo em casos como o da apreciação de loteamentos e grandes obras particulares, que podem custar muito ao município, “insiste em continuar no mesmo caminho, impedindo que o colectivo dos vereadores aprecie os projectos e processos antes que acabem em prejuízos graves, de mais de meio milhão de contos, como aconteceu com o Passeio da Boavista”.

A concluir, o comunicado da DORP insiste na necessidade de “dar especial importância ao funcionamento colegial dos executivos autárquicos e de reforçar o funcionamento democrático de todas as autarquias e dos órgãos da Área Metropolitana do Porto, base importante para demonstrar aos cidadãos que, quando se defende a regionalização, se está a pugnar por uma efectiva descentralização de poderes e competências, e não apenas por mais poder pessoal para alguns”.



Os responsáveis da Área Metropolitana do Porto foram incapazes de gerar o desenvolvimento e progresso da região

Holanda Emigrantes exigem política séria

Reunida no início de Fevereiro em Amesterdão, com a presença de Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, a organização do PCP na Holanda concluiu que a política do Governo do PS para a emigração tem-se resumido a acções de fachada, em que «se vai dando aos consulados uma nova imagem, trocando antigas máquinas de escrever por computadores».

Os comunistas consideram que a verba de 29 mil contos atribuída ao Conselho das Comunidades Portuguesas é «irrisória» e desmotiva o seu funcionamento. De resto, tudo indica que o Governo não está interessado em que este órgão

eleito democraticamente assumisse plenamente as suas funções. Passados quatro meses da reunião plenária do CCP, nada se sabe das recomendações sugeridas ao Governo, da instalação do Conselho Permanente ou dos Conselhos Regionais.

A comunidade portuguesa na Holanda, depois de lhe ter sido negada a repartição consular de Amesterdão, aguarda de forma ansiosa o desenrolar do processo de informatização e a nova imagem do consulado de Roterdão, prometido para o

ano de 1998. Os emigrantes querem mais eficácia no atendimento e exigem apoio social e jurídico, assim como a aplicação da nova lei consular que prevê a formação da comissão social.

O PCP refere ainda, entre outras questões, a necessidade de as autoridades portuguesas contactarem com o governo holandês no sentido de ser alterada a lei antieuropeia que obriga ao pagamento de 500 florins pela obtenção da autorização de residência definitiva.

CAMARADA FALECIDO

José Baptista

Faleceu com 71 anos, José de Almeida Baptista, que estava organizado em Odivelas, desenvolvendo actividade partidária na Freguesia do Lumiar. O seu funeral realizou-se no passado dia 12.

Aos familiares e amigos do camarada falecido, o colectivo da Redacção do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Os portugueses que trabalham na Holanda querem os apoios prometidos pelo Governo

Autonomia e gestão das escolas

Uma proposta retrógrada

Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, considerou em conferência de imprensa que a aprovação da proposta do Ministério seria um retrocesso para as escolas

“Uma proposta profundamente mistificatória e retrógrada” - esta a forma como o PCP avalia o diploma do Ministério da Educação sobre “autonomia e gestão das escolas”, em documento de que aqui reproduzimos largos extractos. Em defesa de uma nova lei de gestão democrática que “respeite os princípios, objectivos e valores consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo”, o PCP irá apresentar na Assembleia da República, ainda na presente legislatura, uma “iniciativa legislativa concretizadora destas orientações fundamentais”.

A eventual adopção da proposta do Ministério da Educação representaria - como sublinha o PCP em nota divulgada dia 12 - “não um aperfeiçoamento, mas um significativo retrocesso relativamente ao sistema de gestão democrática das escolas públicas vigentes desde o 25 de Abril”.

Um documento que alerta para “a acrescida desorganização e desestabilização que tal diploma não deixaria de provocar no sistema educativo”.

Uma proposta mistificatória

A proposta do Ministério da Educação é profundamente mistificatória porque, proclamando em palavras o valor da autonomia das escolas, o primado de critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa, e o papel fundamental que os docentes desempenham na vida escolar, na realidade procura concretizar orientações de sentido oposto.

Assim é, que a proposta do Ministério da Educação:

- fala em “autonomia” das escolas e dos seus agrupamentos mas, na prática, não assegura condições e meios para a sua concretização, fazendo-a depender de uma “negociação” e de uma “contratualização” desiguais em que o Ministério da Educação na realidade impõe os termos;

- promete uma “dotação orçamental global” para cada escola, mas ao mesmo tempo deixa entrever que o seu cálculo se processará através de rácios de natureza economicista, e sustenta explicitamente o “alargamento de formas de autofinanciamento” das escolas; deste modo não é difícil concluir que o que se pretende é prosseguir e acentuar uma política de desresponsabilização do Estado em relação ao ensino público, descartando ao mesmo tempo para as escolas as dificuldades daí decorrentes e a realização de um esforço de autofinanciamento para as enfrentar;

- secundariza claramente o Conselho Pedagógico, estrutura cuja actividade é fundamental para assegurar um projecto educativo de qualidade, face aos órgãos e instâncias de natureza administrativa;

- e concebe a participação da comunidade educativa na vida

da escola através de mecanismos que subalternizam os professores e não respeitam o seu espaço de desempenho profissional e a particular especificidade da sua avaliação científica e pedagógica; ao mesmo tempo que não assegura processos electivos directos para a escolha dos representantes dos pais e encarregados de educação.

Uma proposta retrógrada

A proposta do Ministério da Educação não pode deixar de ser também considerada retrógrada e, na sua essência, contrária

aos princípios, objectivos e valores da política educativa democrática consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Basicamente porque:

- envereda por uma política neoliberal de empresarialização das escolas públicas e de trans-



formação dos professores em empresários, o que abala e põe profundamente em causa o conceito e a realidade da escola pública e as funções democráticas e democratizadoras que lhe estão intrinsecamente ligadas; no fim (não anunciado) desta linha o resultado será um sistema educativo mercantilizado, movido e determinado fundamentalmente pelos interesses particulares - económicos, políticos e ideológicos - que prevaleçam na ocupação do espaço vazio deixado pelo Estado;



- pretende impor um sistema de direcção das escolas de natureza fundamentalmente individual, em que o director ou o presidente do conselho executivo concentram, entre outros, o poder hierárquico em relação aos docentes e não docentes, o poder disciplinar em relação aos alunos, a avaliação do pessoal docente e não docente, a presidência do conselho administrativo; o que constitui uma solução de sentido inteiramente oposto ao carácter colegial da gestão democrática que tem assegurado desde o 25 de Abril, e bem, a vida escolar;

- e reduz às escolas ou aos seus agrupamentos os processos de gestão participada, mantendo incólume e intocado todo o pesadíssimo aparelho de comando burocrático-administrativo do Ministério da Educação, incluindo as suas estruturas periféricas regionais (as DREs).

Em defesa de uma gestão democrática

Nesta quadro, o PCP “apela ao Ministério da Educação para que tenha na devida conta e respeite o juízo generalizadamente negativo expresso durante a discussão pública da sua proposta relativa à autonomia e à gestão das escolas”. Caso o M.E. não proceda a alterações “nos aspectos nucleares que mais vivamente atingem o futuro do ensino público e o papel dos seus profissionais”, o PCP irá chamar o diploma do governo à Assembleia da República, manifestando, desde já, “o seu activo empenhamento e disponibilidade para participar num vasto movimento de esclarecimento e de mobilização democrática em defesa do ensino público e da sua qualidade”.

O PCP sublinha que “desenvolver a capacidade de organização interna da escola, a participa-

ção dos vários parceiros educativos na sua vida e a ligação da escola à sociedade, confiando-lhe mais autonomia de decisão e atribuindo-lhe mais responsabilidades - entre outros aspectos através da gestão dos currículos e da definição de áreas de autonomia na elaboração de currículos e programas próprios e adequados ao meio, da possibilidade de diversificação das formas de organização dos espaços, dos tempos e dos ritmos para as aprendizagens - não pode ser confundido com desresponsabilização do Estado em relação ao ensino público, com a empresarialização das escolas, e com a subalternização do domínio pedagógico e a desvalorização do papel dos profissionais em que assenta o processo do ensino-aprendizagem”.

Em causa está “a necessidade de estruturação de um Sistema Público de Educação, assente em mecanismos de auto-regulação democrática no seu interior e na sua relação com a sociedade, ao nível nacional, regional e local, em que se articulem e desenvolvam equilíbrios dinâmicos entre os diversos poderes que intervêm na escola e dotado de financiamento suficiente, para bom cumprimento do seu objectivo fundamental de assegurar uma educação pública da mais alta qualidade e para todos”.

Divulgação do «Avante!»

«Afinal, pedimos poucos!»

Na noite de quinta-feira da passada semana, a Comissão Concelhia de Setúbal promoveu uma sessão comemorativa do 67º aniversário do «Avante!», em que participou Leandro Martins, chefe de Redacção do nosso jornal. Sessenta camaradas e amigos debateram experiências da divulgação do «Avante!» antes e depois do 25 de Abril, o que se espera do órgão central do PCP no limiar do século XX e o significado de uma existência tão longa quando no mundo os comunistas e as forças progressistas comemoram os 150 anos do Manifesto Comunista de Marx e Engels.

Mas o momento foi também de balanço da jornada de venda do «Avante!» que decorreu na manhã do mesmo dia em plena rua, junto ao Centro de Trabalho do Partido em Setúbal e no Largo da Misericórdia.

O Secretariado da Comissão Concelhia encomendou para esta acção mais 80 jornais, para além do número que semanalmente se distribui através das células e dos militantes. Só que, passava pouco das 10 da manhã e já um camarada concluía: «Afinal, pedimos poucos!»

Assim foi. Certamente pela primeira vez («seguramente pela primeira vez», garantiram na sessão da noite), dezenas de pessoas, na sua maioria desconhecidas

da organização do Partido, ocasionais transeuntes compraram o «Avante!» no dia da edição que assinalava o seu 67º aniversário.

O «Avante!» esgotou. Decidiu-se fazer uma rápida incursão pelas papelarias e quiosques da cidade para adquirir alguns números a fim de estarem disponíveis para o início da sessão. Arranjaram-se seis exemplares... que também se esgotaram.

Festa na Apelação

Três dezenas de camaradas e leitores acorreram sábado à tarde ao centro de trabalho do Partido na Apelação (concelho de Lourés), para festejarem os 67 anos do órgão central do PCP.

Domingos Mealha, da Redacção do «Avante!», salientou o valor da iniciativa, que revela uma especial atenção da organização e dos comunistas da freguesia para com a imprensa do Partido, e realçou o importante papel hoje desempenhado pelo «Avante!» como o grande jornal da Esquerda.

Outros camaradas defenderam a necessidade de reflectir e agir no sentido de alargar significativamente a venda e a leitura do «Avante!». Foram recorda-

das as dificuldades vencidas para manter a edição e distribuição regular do jornal do PCP durante o fascismo, tarefas em que participaram activamente alguns camaradas presentes na iniciativa.

Seguiu-se um animado lanche-convívio, com um alegre coro (em que predominavam as vozes femininas) a cantar os parabéns.

Os 67 anos do «Avante!» foram também assinalados num dos programas de fim-de-semana da Rádio Horizonte.

PCP/Açores contesta utilização das Lajes

A autorização que o Governo português concedeu para a utilização da Base das Lajes, por parte dos EUA, como parte integrante da eventual operação militar contra o Iraque levou o PCP/Açores a emitir uma nota onde questiona o governo regional se foi ou não ouvido sobre esta decisão e qual a sua posição pública sobre a matéria.

Para os comunistas açoreanos consideram que a disponibilidade do Governo português só pode ser entendida como «subserviência» face aos EUA, país que há muito deixou de pagar as justas contrapartidas pela utilização normal da base militar.

O PCP sublinha que a intervenção, a ser

concretizada, se fará à revelia do Conselho de Segurança da ONU e com sérias resistências no mundo, incluindo alguns dos mais directos aliados dos EUA (França, Itália, Turquia e Arábia Saudita, por exemplo), bem como até resistências internas, que chegam ao nível das próprias chefias militares norte-americanas.

Deste modo, a ameaça de intervenção resulta de motivos exclusivamente internos e da necessidade de protagonismo pessoal de Bill Clinton, sublinha o PCP que condena este atentado à paz, que põe em perigo «vidas humanas, esquece a ONU, passando da guerra da diplomacia à diplomacia da guerra».

TRABALHADORES

40 horas em vigor

A administração da Ficol - Fiação de Covas, Guimarães - chegou a acordo com os trabalhadores para a aplicação de um horário semanal de 40 horas. «A partir deste mês, os trabalhadores passam a ter um horário de 40 horas, de segunda a sexta-feira, sem trabalho ao sábado», anunciou o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes. O acordo foi alcançado ao fim de três horas de negociações entre a administração, trabalhadores e sindicato. A nota sindical regista que este acordo é o terceiro alcançado este mês, seguindo as empresas J. Martins Pereira & Companhia e Domingos de Sousa.

Para os primeiros dias desta semana, informou a Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, foram marcados plenários na Almeida & Filhos, na Coelima e no grupo Somelos. Caso os padrões persistissem em não aceitar as 40 horas, admitia-se o recurso à greve.

«Aos trabalhadores não resta outro caminho que não seja aumentar a luta e a greve pela correcta aplicação da Lei e a defesa dos seus direitos contratuais», salienta a Fesete/CGTP.

Para ontem à tarde, estava convocado um plenário de dirigentes e delegados sindicais de toda a zona a Norte de Aveiro, com o objectivo de analisar a transposição da directiva comunitária sobre higiene e segurança no trabalho (e organização dos horários) e a sua incidência na luta pelas 40 horas. O plenário, marcado para Guimarães, contaria com a participação de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, e terminaria com um desfile até à sede da Associação de Municípios do Vale do Ave.

Conde Ferreira

Uma reunião urgente com o Ministério da Saúde foi reclamada na semana passada, em plenário, pelos trabalhadores do Hospital Conde Ferreira, no Porto. Um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte, citado pela Lusa, refere que a reunião se destina a discutir «alguns actos de gestão que estão a criar perplexidade no seio dos trabalhadores» e transmitir o «desacordo» dos funcionários quanto à decisão de «desmantelar» o hospital. Os trabalhadores contestam a «política de esvaziamento de quadros» e estranham a criação de um novo serviço, que, «apesar de ter fins terapêuticos, é um investimento que se destina a ser desmantelado daqui a alguns meses».

Encontro nacional com um milhar de docentes

Professores exigem negociação sobre modelo de gestão das escolas

A «abertura imediata de um processo negocial tendente à aprovação de um modelo de direcção e gestão democrático das escolas» foi exigida no encontro nacional de professores, que teve lugar sexta-feira à tarde na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

O encontro reuniu mais de um milhar de docentes, de acordo com uma nota do Secretariado Nacional da Fenprof, que aprovaram a moção apresentada pelo órgão dirigente da federação, onde é expressa a rejeição da proposta do Ministério da Educação sobre autonomia e gestão das escolas.

Na moção reclama-se ainda que a reflexão e a decisão sobre o modelo organizacional «sejam objecto de um acompanhamento atento e permanente, a cargo de um Observatório» em que participem, entre outras, as organizações sindicais docentes.

Além de manifestarem a sua «firme disposição de lutar contra a imposição de quaisquer

medidas que atentem contra a direcção e gestão democráticas das escolas e a qualidade da Escola Pública, que urge incrementar», os participantes no encontro declaram o seu empenho imediato «na divulgação do abaixo-assinado que a Fenprof colocou a circular entre os professores, como forma de reflectir a sua unidade e determinação em torno das questões essenciais».

Pré-escolar

A Fenprof anunciou para ontem à tarde, na baixa lisboeta, uma acção pública pelo alargamento da rede de estabelecimen-

tos de educação pré-escolar, afirmando que frequentar um estabelecimento deste nível é um direito de todas as crianças.

Estrangeiro

O Ministério da Educação não concretizou as expectativas criadas de que haveria disposições transitórias para o primeiro concurso, a realizar este ano, na sequência das negociações sobre o novo regime jurídico do Ensino Português no Estrangeiro, o que está a originar um clima de instabilidade e descontentamento entre os docentes.

O regime jurídico viu as negociações concluídas em Julho, mas o decreto regulamentar de Outubro, sobre os concursos, não contemplou a transição nem a possibilidade de serem abrangidos todos os professores com habilitação actualmente no sistema.

Esta questão foi analisada na Assembleia Geral do Sindicato

dos Professores no Estrangeiro, realizada dia 8 em Paris, com a presença de docentes dos núcleos sindicais de França, Luxemburgo, Suíça, Alemanha, Inglaterra e Bélgica, estando ainda representados professores da África do Sul. Uma nota de imprensa da direcção do SPE/Fenprof responsabiliza o Governo português e o ME «pelo clima de angústia e incerteza» quanto ao próximo ano lectivo, alertando que poderão ficar em situação de desemprego professores com habilitação que há mais de 20 anos servem o Ensino Português no Estrangeiro, enquanto a generalidade dos docentes chegará ao fim do ano sem saber se terá ou não que mudar de residência na próxima época escolar.

Motivo de protesto são também os atrasos em matéria salarial: as tabelas de 1997, acordadas desde Julho, só agora foram publicadas e aplicadas, enquanto ainda não foram iniciadas as negociações para 1998.

Enfermeiros contra novos obstáculos

Nos debates distritais com os enfermeiros, que se iniciaram ontem e vão decorrer até ao fim do mês, os sindicatos vão apresentar uma proposta de greve, a realizar em Março, depois de a ministra ter levantado novos obstáculos nas negociações.

A decisão foi tomada na reunião da comissão negociadora sindical, que teve lugar segunda-feira e onde foram analisadas as propostas do Ministério da Saúde sobre a grelha salarial e sobre transição e faseamento. Os sindicatos (SEP e SERAM) acusam o Governo de ter construído a grelha salarial dos enfermeiros sem ter em conta a revalorização das carreiras técnica e técnica superior da Administração Pública, que apenas aguarda publicação.

Assim, iria acentuar-se a disparidade entre as carreiras da enfermagem e dos demais trabalhadores do Estado.

O Governo remete para 1 de Julho próximo a entrada em vigor da revalorização, prevendo um período de transição de 4 anos, até 2001 (para a Função Pública a revalorização vigora desde Janeiro e ficará concluída em dois anos); entre as propostas «inqualificáveis» do Ministério, os sindicatos apontam ainda o facto de as categorias de base terem, em 1998, revalorizações mínimas, enquanto as restantes categorias não terão qualquer revalorização neste ano e, no próximo, sofrerão apenas revalorizações mínimas.

Construção vai para a luta

Os sindicatos da construção civil e obras públicas decidiram avançar com uma campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores contra o rompimento das negociações contratuais por parte do patronato. Está convocada para 3 de Março, em Lisboa, uma concentração nacional de dirigentes e activistas onde serão decididas novas formas de luta.

Na resolução aprovada em plenário nacional de sindicatos, no dia 9, as associações patronais são responsabilizadas por eventuais transtornos e atrasos que este agravamento da conflitualidade no sector possa acarretar para as obras da Expo'98.

Na reunião negocial de 5 de Fevereiro, os representantes patronais responderam com a ruptura à rejeição sindical de propostas velhas e já repudiadas anteriormente, como a flexibilidade de horários até 50 horas semanais e a polivalência de funções. As propostas do patronato ficaram-se pelos 2 por

cento, nos aumentos salariais, e não saíram do zero no subsídio de almoço, o que significaria um aumento médio diário de 45 escudos.

Para o Sindicato da Construção do Distrito de Lisboa, as associações patronais assumiram «uma postura antinegocial e retrógrada, completamente desfasada da óptima e reconhecida conjuntura que vive o sector»;

esta torna «plenamente exequíveis» as propostas sindicais de um aumento de 7500 escudos para todos os trabalhadores, com a passagem do subsídio de almoço para 900 escudos.

Cinco por cento

A Federação do sector informou ainda que foi concluído o

acordo de actualização salarial para as pedreiras de granito do Norte, o qual contempla um aumento global de 5,2 por cento. O subsídio de almoço passa para 550 escudos, variando os salários entre o mínimo nacional e 99 600 escudos no grupo A.

Para amanhã está agendada nova sessão negocial com as organizações patronais do sector de madeiras.

US Leiria defende Segurança Social

«Estamos perante uma situação a todos os títulos espantosa», afirma a União dos Sindicatos de Leiria, comentando o anúncio feito pelo Governo de que, em 1997, a Segurança Social teve um saldo positivo de 155 milhões de contos. «Quando o número de desempregados atinge um valor record, quando a qualidade do emprego desce a níveis angustiantes com a proliferação do trabalho precário e clandestino, quando o número de pensionistas aumenta, o Estado anuncia que gastou menos em protecção social do que aquilo que recebeu», o que leva a USLEI/CGTP a apontar «as vítimas destas política», que «foram em primeiro lugar os pensionistas e os desempregados de longa duração».

Para a união, é «inaceitável» que, «mesmo com toda esta política anti-social, ainda haja lucros, e chorudos». Acusando o Governo de não ter aumentado muito mais as pensões «porque terá, porventura, mais olhos para abrir o sistema aos privados do que para encetar uma verdadeira política social», a USLEI exige que o saldo seja aplicado numa revisão extraordinária das pensões e na imediata revisão do regime de prestações de desemprego (baixando a idade confere direito ao subsídio, até à reforma, aos desempregados de longa duração de um nível etário em que é mais difícil retomar o normal exercício da profissão).

Riátrónica?

O presidente da JF de São Jacinto está a pressionar trabalhadores efectivos para que comecem a passar recibos verdes e não paga salários enquanto não for alterado o vínculo. A denúncia foi feita pelo SIEC e pela União dos Sindicatos de Aveiro, mas não tem a ver com pessoal da Junta de Freguesia. Refere-se à empresa Riátrónica, cuja criação foi anunciada no final de Junho pelo director-geral da Philips para a Península Ibérica, contando com apoios do Estado. Uma nota das estruturas da CGTP que acompanham o caso refere que o projecto terá arrancado em Outubro, sobe a forma de cooperativa, «numa situação nada transparente», já quem «em finais de Janeiro a empresa não se encontrava registada nos cartórios da Murtosa e de Aveiro, nem na Segurança Social». O sindicato e a união verificam que «a Junta de Freguesia de São Jacinto paga aos trabalhadores, mas não se sabe quem são de facto os responsáveis pela empresa, e não constava que tivesse sido apoiada por incentivos relacionados com os projectos RIME ou Integrar (rendimento mínimo garantido), conforme anúncio público do responsável da Philips».

Fimper

Apelando à serenidade dos trabalhadores e a que não sejam tomadas decisões precipitadas, o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa revelou que está em marcha uma tentativa de Fimper (grupo Previdente) para despedir uma dezena de trabalhadores e assim «disfarçar a sua incapacidade na resolução dos problemas da empresa». O sindicato reafirma que ainda não está encerrado o processo de despedimento do dirigente sindical João Moura, que aguarda decisão do tribunal, e condena «a velha ameaça de despedimento» que ressaltou da reunião promovida pela administração com os trabalhadores da ex-Preveambal e ex-Preadil. «Só unidos e organizados os trabalhadores podem fazer face a mais esta ofensiva da administração», sublinha o sindicato.

Polímeros

Quatro meses após a declaração de falência, os trabalhadores da Polímeros do Ave não estão dispostos a aceitar a manutenção indefinida no desemprego e sem indemnizações nem alternativa de emprego, enquanto se arrasta o complexo processo de reactivação da unidade fabril. O Sinorquifa/CGTP promoveu na semana passada um plenário em que foram analisadas formas de acção.

TRABALHADORES

Carnaval precário

Desorientação e falta de capacidade técnica do Governo ficaram patentes num processo burocrático revelado segunda-feira pelo Sindicato da Função Pública da Zona Centro, que acusa o executivo de antecipar o Carnaval e «brincar» com os trabalhadores precários. Em circular datada de 30 de Janeiro e reportada a um parecer da Direcção-Geral da Administração Pública, o Departamento de Gestão e Recursos Educativos informou os serviços que seria contado, para efeitos de progressão/promoção, aposentação e sobrevivência, o tempo de serviço dos trabalhadores enquanto contratados. Respondendo a um pedido para que tal princípio fosse extensivo a toda a Administração Pública, em nome da igualdade defendida na Lei e na Constituição, a DGAP informou que se tratava de um lapso da DGRE, que de imediato deverá proceder à correcção do texto, e que a referida circular não decorre de qualquer parecer por si emitido. O sindicato reafirma a sua disposição de continuar a exigir que a contagem do tempo como contratado produza efeitos para a progressão na carreira.

Motoristas reagem

A lei que exige aprovação em exames psicotécnicos para renovação da carta de condução dos motoristas de veículos pesados de passageiros e de transporte de mercadorias perigosas «está a provocar no sector dos transportes situações dramáticas aos trabalhadores, por estes considerarem, com razão, que o seu emprego está posto em causa», afirma a Festru/CGTP. A federação aponta como reacções de contestação que já se fazem sentir as paralisações convocadas na Carris, para ontem, e na Stagecoach, para amanhã. A manter-se o silêncio por parte do Governo face à solicitação de suspensão do decreto-lei 336/97, a Festru «admite muito seriamente que os trabalhadores possam vir a endurecer as formas de luta, não só nestas duas empresas, mas a nível nacional». A greve de 24 horas na Stagecoach é ainda uma forma de protesto contra os aumentos salariais propostos pela empresa, de 2,7 por cento, «manifestamente insuficientes» quando um motorista daquela transportadora tem hoje uma tabela de 84 700 escudos e quando são pretendidas graves alterações de horário de trabalho.

Novos casos na Yazaki Saltano

Ford Electrónica condenada a compensar baixa por tendinite

O Tribunal de Trabalho de Setúbal condenou segunda-feira a Ford Electrónica Portuguesa ao pagamento de indemnizações a Agripina Ribeiro, por incapacidade temporária absoluta em dois períodos de baixa em 1996.

Em causa estava a falta de pagamento dos montantes compensatórios relativos aos períodos de baixa, que a trabalhadora, afectada por tendinite - doença profissional declarada pelo Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais -, cumpriu em Maio e entre Outubro e Dezembro de 1996.

A juíza alegou que, embora a trabalhadora tenha recebido diferenças pagas pelo Centro Regional de Segurança Social, deveria ter recebido dois terços da remuneração-base, ao abrigo do Contrato Colectivo do sector de material eléctrico e electrónico.

Agripina Ribeiro, bem como muitas colegas de trabalho que assistiram à leitura do acórdão, mostrou-se satisfeita com a decisão. «Parece que ainda há justiça no nosso país», disse aos jornalistas, sublinhando não ter medo de eventuais represálias, por já estar habituada a elas. Apontou, a propósito, «o tipo de trabalho que faço lá dentro e a maneira como lidam comigo, como obrigarem-

me a vir de baixa e passarem-me uma carta a dizer que não estou apta para as funções para que fui contratada».

Para o presidente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, o acórdão foi «uma vitória da justiça, uma vitória de todos os trabalhadores da Ford Electrónica, do SIESI e do seu gabinete jurídico», uma vez que «pode ter repercussões no pagamento a todas as trabalhadoras que neste momento sofrem de doença profissional declarada e que são cerca de 400».

Na Yazaki Saltano, fábrica de cablagens eléctricas instalada em Ovar desde 1990 e actualmente com cerca de 4200 trabalhadores, há dezenas de operárias que contraíram tendinites - revelou sexta-feira o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro, exigindo uma intervenção rápida «de quem de direito» para evitar que o problema atinja proporções ainda mais graves que na Ford Electrónica.

A Yazaki, depois de detectada a doença, não só se recusa a reconhecê-la como não retira os trabalhadores, na sua maioria raparigas, dos postos de trabalho onde é imposta sobrecarga das bainhas tendinosas - acusa o SIEC.

Yazaki

Yazaki

Na Yazaki Saltano, fábrica de cablagens eléctricas instalada em Ovar desde 1990 e actualmente com cerca de 4200 trabalhadores, há dezenas de operárias que contraíram tendinites - revelou sexta-feira o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro, exigindo uma intervenção rápida «de quem de direito» para evitar que o problema atinja proporções ainda mais graves que na Ford Electrónica.

Ferroviários denunciam

«o que se faz» contra «o que se diz»

O Governo «apenas está empenhado em desmembrar o que resta da CP, criando as condições para uma eventual privatização dos sectores mais rentáveis», acusa-se numa resolução aprovada na semana passada pelo plenário de organizações representativas dos trabalhadores do sector ferroviário.

No documento, os dirigentes e delegados sindicais e membros das comissões e subcomissões de trabalhadores das empresas do sector afirmam que «cada vez é mais claro que o Governo, no que diz respeito à reestruturação ferroviária, apenas tomou uma decisão política, sem qualquer fundamento técnico, económico e social».

Além de faltar «uma visão clara do conjunto das medidas a adoptar», o plenário afirma ainda que há «quase todos os dias contradições entre o que se diz e o que se faz» e, «apesar de estar anunciada uma "reestruturação" do sector ferroviário, o País continua a carecer de uma política ferroviária que conduza este sector ao seu desenvolvimento e modernização, de acordo com os interesses de Portugal e dos portugueses».

A actividade das empresas do sector, nomeadamente a EMEF e a Soflusa, está condicionada pela inexistência de um plano de investimentos - protestam os representantes dos trabalhadores. A resolução critica ainda a redução de custos essencialmente à custa dos trabalhadores, «em vez de se tomarem medidas que conduzam à atracção de novos mercados».

«A política ferroviária que o Governo está a seguir vai muito além do que é necessário para cumprir as directivas comunitárias», afirma-se no documento, que acusa o executivo de ter uma postura de exclusão das estruturas representativas dos trabalhadores e de considerar estes como parte secundário no processo a que chama reestruturação.

As reivindicações dos trabalhadores são sintetizadas numa longa lista, concluindo a resolução com um apelo à mobilização dos trabalhadores e à conjugação de esforços de todas as organizações representativas e verdadeiramente empenhadas na defesa e modernização do caminho-de-ferro como serviço público. Do plenário saiu um mandato para a convocação de formas de luta, incluindo a greve.

McDonald's desrespeita direitos, salários e horários

O Sindicato da Hotelaria do Norte acusou sexta-feira a cadeia de restaurantes McDonald's e os franqueados da marca de violação de direitos laborais, mantendo trabalhadores ilegalmente a prazo e tempo parcial, com polivalências ilegais e salários abaixo da tabela mínima. O sindicato, em comunicado de imprensa, afirma que a McDonald's mantém os trabalhadores sem alimentação em espécie, com deduções indevidas no salário, sem pagamento do trabalho extraordinário e com alterações constantes aos horários.

Os trabalhadores, em geral, estão contratados em regime de tempo parcial, por três, quatro ou cinco horas diárias, o que viola o contrato colectivo de trabalho, que apenas permite trabalho em tempo parcial para serviços de limpeza e apoio ou especiais, salienta o sindicato.

O SHN/CGTP acusa também os estabelecimentos McDo-

nald's de terem por prática um regime de polivalências desvalorizativas, desqualificativas e ilegais: os empregados de *snack-bar* são obrigados a fazer limpeza ao chão, às máquinas e às casas de banho, serviços que competem à categoria de empregado de limpeza, tal como são obrigados a fazer lavagem de loiça, serviço que compete aos copeiros. Mas estas categorias

não existem nos estabelecimentos McDonald's, denuncia-se no comunicado.

Central Shopping

A Sistemas McDonald's - empresa que comercializa a marca e negocia o *franchising* - entregou desde 3 de Fevereiro o único restaurante que explorava

directamente na região Norte, no Central Shopping do Porto, ao franqueado que detém os estabelecimentos da Via Catarina e do Café Imperial e que emprega 80 trabalhadores.

«Logo pretendeu impor o regime em vigor nos outros estabelecimentos e, porque alguns trabalhadores se opuseram, impediu-os de exercerem as suas funções, ilegalmente», denuncia o sindicato, referindo que alguns trabalhadores «não aguentaram o clima imposto e despediram-se e outros, por falta de alternativas, estão a trabalhar debaixo deste regime».

Desde 3 de Fevereiro, a empresa impede uma trabalhadora e delegada sindical de exercer as suas funções profissionais, «apenas porque não se submeteu ao novo regime de trabalho», sublinha o SHN; acrescentando que já solicitou a intervenção da Inspecção de Trabalho.



Os métodos de gestão importados geram justos protestos dos trabalhadores

Chantagem da Siemens

Ao pretender despedir os 208 trabalhadores da Indelma, a Siemens está a fazer chantagem com o Governo por ter sido preterida no negócio do Metropolitano do Porto, acusou Nelson Baptista, do SIESI. Em declarações prestadas à Lusa, considerou que o processo de despedimento colectivo dos 208 trabalhadores da fábrica de cablagens eléctricas de Porto Alto, pertencente ao grupo Siemens, não é mais do que uma forma de pressão política sobre o Governo português.

A Indelma justifica o pedido de despedimento e encerramento da fábrica argumentando que vai transferir toda a produção para a Polónia, pois naquele país os custos de mão-de-obra são 50 por cento mais baixos.

«Este argumento está fora dos parâmetros da legislação portuguesa, pois não há nenhuma fundamentação de natureza económica-financeira ou técnica que tenha sido invocada pela Siemens para justificar esta intenção de encerrar a fábrica», disse o sindicalista, recordando que a Indelma recebeu, ao abrigo de vários programas, apoios estatais e comunitários superiores a um milhão de contos.

Os trabalhadores da Indelma iam reunir-se ontem em plenário para tomarem uma posição quanto a este anunciado despedimento.

Bispos criticados

A hierarquia da Igreja Católica «não tem denunciado» publicamente alguns dos problemas que afectam os trabalhadores em diversos sectores, nomeadamente as questões da lei das 40 horas e das pausas no local de trabalho. A acusação foi feita no sábado, em Fátima, pelo assistente nacional da Liga Operária Católica. O padre José Barbosa Granja, segundo a Lusa, afirmou que «há milhares de trabalhadores que têm sido espezinhados na questão da lei das 40 horas», sem que os bispos portugueses tenham tomado posições sobre o assunto. «Os bispos deveriam, também, ter assumido que o direito às pausas no trabalho era um direito adquirido», disse o padre Granja nas IV Jornadas Nacionais do Apostolado dos Leigos. Referiu ainda outras questões, como os contratos a prazo, os recibos verdes e a polivalência e flexibilidade «que estão a esfrangalhar completamente a vida familiar de muitos trabalhadores».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direito de iniciativa legislativa popular Aproximar os cidadãos à vida política

Consultas sobre as regiões



O PCP voltou a defender a possibilidade de se abrir um novo período de consulta às assembleias municipais que ainda não

se pronunciaram sobre a região em que os respectivos concelhos devem ser integrados.

Esta posição foi transmitida na passada semana pelo líder da bancada comunista, Octávio Teixeira, durante uma audiência por si concedida a uma delegação de personalidades de Santa Maria da Feira, constituída por Ludgero Marques, presidente da Associação Industrial Portuense, Américo Amorim, empresário, e António Henriques, presidente da Câmara.

Octávio Teixeira lembrou aos membros da delegação de Santa Maria da Feira que depende do PS a viabilidade da sua proposta, no sentido de conceder um período de um mês para que as assembleias municipais que não se pronunciaram sobre o processo de regionalização o façam desta vez.

Notificações judiciais



O plenário da Assembleia da República aprovou, apenas com o voto contrário do PS, faz hoje oito dias, um projecto de lei do PSD

relativo às notificações judiciais. Embora seja uma medida legislativa avulsa, como salientou o deputado comunista António Filipe, incide sobre um "problema real", que afecta gravemente a capacidade das forças de segurança para o cumprimento das suas missões. Em causa está concretamente o elevadíssimo número de notificações que tanto a GNR como a PSP têm anualmente que proceder, absorvendo uma boa parte de efectivos, com prejuízo da sua missão de segurança pública. Para a bancada comunista, que de há muito vem reclamando a resolução deste problema, tendo inclusive já apresentado propostas concretas nesse sentido, não pode deixar de ser positiva, pois, a solução preconizada no diploma de "criação nas secretarias dos tribunais de todas as instâncias de serviços externos de comunicação de actos processuais".

Publicidade televisiva



O Presidente da Assembleia da República considerou que o Estado deveria libertar as televisões públicas e

privadas da dependência da publicidade para pôr cobro ao "peso deseducativo" das emissões actuais. Almeida Santos falava num "Forum para a Comunicação Social" que decorreu na semana transacta, no Parlamento, lançou à reflexão dos presentes a seguinte questão: "Se o Estado gasta com a escola oficial o equivalente ao custo de exploração de muitas estações televisivas, por que não encarar a hipótese de cobrir também o défice das estações privadas, em troca da prestação de um verdadeiro serviço público televisivo?" No debate, promovido pela Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Presidente do Parlamento classificou a televisão como "a escola mais eficaz de todas as escolas, no que tem de bom e de mau" e a que "mais contribui para formar e deformar os cidadãos".

O Parlamento aprovou os projectos de lei do PCP, PS e PSD visando todos eles regular o direito de iniciativa popular consagrado no texto constitucional. Com esta aprovação na generalidade, depois de ter cabido ao Grupo comunista a iniciativa de despoletar este processo - foi ele o primeiro a apresentar um diploma sobre esta matéria na Assembleia da República -, resta agora aguardar pelo texto final a elaborar em sede de especialidade, após o que, previsivelmente, ainda este ano, o direito de iniciativa legislativa popular será uma realidade.

No decorrer do debate foi visível o consenso dos partidos em torno desta matéria, situando-se as divergências principais no plano do número de assinaturas necessárias para a apresentação de iniciativas legislativas populares, com a bancada comunista a defender cinco mil, os socialistas 0,3 por cento dos eleitores recenseados (cerca de 26 mil) e o PSD 25 mil.

"Se cinco mil cidadãos podem fundar um partido, não se compreenderia que não pudessem suscitar a apreciação pela Assembleia da República de uma iniciativa legisla-

tiva", argumentou o deputado do PCP, António Filipe, assim justificando o número manifestamente inferior defendido pela sua bancada relativamente ao apresentado por socialistas e sociais-democratas.

Em registo diferente colocou-se o PSD ao considerar, pela voz de José Luís Moreira da Silva, que, para que a "iniciativa legislativa popular seja usada para prestigiar a lei e a Assembleia da República, torna-se necessário optar pela atribuição de tal direito a um número mínimo de cidadãos que justifiquem necessidade de interesse

público suficientemente gerais".

Strech Ribeiro (PS), autor do relatório e parecer sobre os três diplomas aprovado pela primeira comissão, salientou, por sua vez, que, com esta iniciativa, abre-se a porta a que assuntos que até agora não foram discutidos no Parlamento venham a sê-lo.

Os cidadãos que pretendam recorrer a esta nova forma de iniciativa legislativa terão de o fazer sob a forma de uma petição dirigida ao presidente da AR, segundo a fórmula defendida pelo PCP, enquanto os outros dois diplomas preconizam que a iniciativa legislativa popular seja apresentada em articulado.

Os proponentes devem, nos três casos, estar identificados pelo nome completo, número de eleitor e residência, exigência que no caso do projecto de lei do PS é extensível ao reconhecimento notarial, o que no entender de António Filipe é "manifestamente excessivo".

O representante do grupo de cidadãos peticionários (que em princípio será o primeiro subscritor) será notificado de todos os actos do processo legislativo decorrentes da iniciativa apresentada, como defende o PCP, sendo que esta deverá definir concretamente o sentido das modificações a introduzir na ordem legislativa.

Depois do presidente do Parlamento admitir a entrada de um diploma de iniciativa legislativa popular, este vai à comissão parlamentar especializada, que elaborará um parecer entre os 20 dias (PCP), 60 (PSD) e 30 (PS).

Todos os documentos prevêem que, em seguida, o agendamento do diploma para discussão no plenário tem que ser feito numa das 10 sessões plenárias seguintes, tendo os deputados que se pronunciarem sobre o diploma. Entre a votação na generalidade e a votação final global poderão mediar, no máximo, 60 dias para o PCP e PS, encurtando-se o prazo 15 dias para o PSD.

Como limites, o PCP propõe que possam ser objecto de iniciativa legislativa popular todas as matérias sobre as quais a AR possa legislar, excepto matérias em que a iniciativa é expressamente reservada a determinadas entidades.

O PSD veda o direito de iniciativa a matérias reservadas ao Governo, Assembleias legislativas regionais e governo de Macau, enquanto o PS impõe como limite as matérias com conteúdo orçamental, tributário e financeiro, além de assuntos da exclusiva competência legislativa do Governo.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, como referiu António Filipe, a regulação legal da iniciativa legislativa popular constitui um "passo de grande significado na efectivação de um importante mecanismo de participação dos cidadãos na vida política, que consubstancia uma importante aproximação entre os cidadãos, a Assembleia da República e os deputados que a compõem".

Controlo anti-doping Inércia do Governo põe em causa verdade desportiva

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de "falta de vontade de política e de capacidade" para resolver os "verdadeiros problemas do desporto nacional". Bernardino Soares, que falava em nome da formação comunista, foi mesmo mais longe e considerou que esta atitude contrasta em absoluto com o afã com que o Executivo procede no que ao "futebol profissional diz respeito, em prejuízo de tudo o resto". Estava-se no debate requerido com carácter de urgência pelo PSD sobre a alteração da acreditação do laboratório de análises ao "doping" de Lisboa pelo Comité Olímpico Internacional.

Para Castro de Almeida (PSD), estão agora "criadas as condições para que pessoas menos escrupulosas introduzam dados que vão contra a

verdade desportiva, o que contribuirá para descreditar ainda mais o laboratório de Lisboa".

Bernardino Soares opinou no mesmo sentido, sublinhando concretamente que a situação criada com a alteração da acreditação do nosso laboratório, para além de ter uma "marca de desprestígio internacional que atinge todo o desporto nacional", põe em causa o "cumprimento cabal da função de controlo anti-doping no nosso país e nas nossas competições desportivas".

Nessa medida, segundo o parlamentar comunista, pese embora este seja um problema que vem já do tempo dos governos do PSD - e também por essa razão -, impunha-se que o Governo tivesse já adoptado medidas "para resolver atempadamente os problemas de equipamentos e recursos humanos qualificados" que justificaram a decisão do

Comité Olímpico Internacional.

"Houve tempo para dividir o INDESP em três organismos e rever todas a orgânica funcional e orçamental dos serviços públicos que operam na área desportiva. Mas não houve para resolver o problema, reconhecido e recenseado, do laboratório de análises ao doping de Lisboa", concluiu Bernardino Soares.



Desporto, para o Governo, parece resumir-se a futebol profissional

Intérpretes de língua gestual Remover barreiras à plena integração dos surdos

Assembleia da República aprovou, por unanimidade, o projecto de lei do PCP que define as condições de acesso e exercício da actividade de intérprete de língua gestual. O diploma, que chegou a estar agendado para o mês passado, como o "Avante!" então noticiou, baixou à Comissão de Educação e Cultura para ser analisado na especialidade.

Num contexto em que muito há a fazer para a verdadeira integração dos surdos e para o exercício pleno da sua cidadania, a iniciativa legislativa do PCP agora aprovada assume uma inegável importância, constituindo-se num passo decisivo para a criação do desejável quadro legal regulador do acesso e exercício da profissão de intérprete de língua gestual.

Visando ultrapassar as múltiplas barreiras que hoje se colocam a estes cidadãos no acesso ao ensino, à saúde ou aos serviços públicos, trata-se, no fundo, como salientou no debate o deputado comunista Bernardino Soares, de apostar forte na formação de intérpretes de língua gestual, no pressuposto de que esse "investimento e o crescimento desejável do número de intérpretes necessita do reconhecimento legal desta profissão".

É nesse sentido que aponta o projecto comunista ao definir no seu articulado o que são os intérpretes de língua gestual e quais as suas funções, bem como quais os requisitos mínimos para o exercício da actividade. Clarificadas são, noutro plano, as linhas gerais a que deve obedecer a sua formação, nomeadamente através da proposta de um conteúdo mínimo para o currículo do curso, e, bem assim, das regras do foro deontológico indispensáveis que devem pautar o exercício da actividade.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Octávio Teixeira acusa PS de cambalhota política na questão do aborto

Reviravolta sem princípios e sem ética

A mudança brusca de posições assumida pelo PS em matéria de descriminalização do aborto, ao admitir em menos de 24 horas depois da aprovação do seu projecto no Parlamento ser esta uma questão referendável, motivou vivas críticas por parte do Grupo Parlamentar do PCP. Numa reacção particularmente dura, pela voz do seu presidente, Octávio Teixeira, em declaração política, a "indesculpável cambalhota política do PS" - assim a apelidou - traduz uma postura na política em que tudo parece ser negociável e em que os fins justificam todos os meios.

Para o líder parlamentar comunista, que se demarcou claramente desta "forma de encarar e exercer a actividade política",

o que é "ética e politicamente condenável" na atitude do PS e do PSD é que tenham avançado para uma proposta de negociata

"não por razões filosóficas ou religiosas, mas por mesquinhos cálculos politiqueros e de pretenso afirmação partidária".

Mais grave ainda, porém, é o facto a todos os títulos indecoroso de utilizarem como pano de fundo das suas jogadas "um dos maiores dramas que afectam a mulher: o drama de terem de realizar o aborto clandestinamente, como criminosas que têm de se furtar à justiça e, na maioria dos casos, sem quaisquer garantias de higiene e segurança".

Foi, pois, contra este comportamento inqualificável dos dois partidos com maior representa-

ção parlamentar que Octávio Teixeira manifestou a sua indignação, considerando indesculpável "a forma e as razões" pelas quais o PS e o PSD dizem querer o referendo.

"É indesculpável a autêntica farsa de que se reveste o facto de, menos de 24 horas após a aprovação do projecto de lei do PS, quando os aplausos dos deputados socialistas ainda ecoavam no hemiciclo, o PS ter dado o dito pelo não dito, lançando o descrédito sobre o Grupo Parlamentar socialista, sem dúvida, mas pondo ainda em causa as próprias decisões e a legitimidade da Assembleia da

República", sublinhou o deputado do PCP, para quem não deixa simultaneamente de ser "politicamente significativo" que o PS "a pretexto de um «desafio» do PSD, corra a aliar-se à direita para congelar inevitável e indefinidamente a solução que no dia 4 tinha sido conseguida à esquerda".

Verberado por Octávio Teixeira, para além da referida "utilização da dignidade e do sofrimento da mulher como moeda de troca num negócio politiquero", foi também a inclusão no pacote negociado entre os dois partidos da questão do Tribunal Constitucional, pondo assim

"em causa a própria credibilidade da sua independência".

Uma intromissão "política e institucionalmente inaceitável" na esfera de competências exclusiva do Presidente da República foi ainda como Octávio Teixeira viu as propostas de PS e PSD sobre os referendos a realizar, respectivas datas e eventuais simultaneidades, expressando a sua estranheza, neste contexto, pelo silêncio de Jorge Sampaio, que, do seu ponto de vista, deveria ter-se pronunciado, "delimitando de forma clara e categórica a sua indelegável e exclusiva competência nesta matéria".

Sector financeiro

Patronato viola

direitos dos trabalhadores

O Grupo Parlamentar do PCP equaciona a possibilidade de apresentar em breve um projecto de lei visando garantir os direitos dos trabalhadores nas empresas paralelas que têm vindo a ser criadas no sector financeiro. Nos seus objectivos, como revelou ao "Avante!" o deputado comunista Lino de Carvalho, pretende-se nomeadamente que seja clarificada a obrigatoriedade de as empresas cumprirem o Acordo Colectivo de Trabalho.

Esta iniciativa legislativa insere-se num quadro mais vasto de diligências que o Grupo comunista está a desenvolver com vista a contrariar o estado de degradação laboral a que se chegou no sector financeiro em consequência do processo de concentração e fusão nele em curso.

Com efeito, avolumam-se os sinais e os casos que revelam a existência de uma grande pressão das entidades patronais sobre os trabalhadores no sentido de promover despedimentos quer de operar acréscimos de produtividade, assim intensificando os ritmos de sobreexploração.

Ainda na passada semana, em audição promovida pela banca comunista, na qual estiveram presentes cerca de três dezenas de estruturas representativas dos trabalhadores de instituições bancárias e seguradoras, múltiplos testemunhos convergiram para a ideia de que existe uma tentativa clara do patronato em estilhaçar os direitos e garantias dos trabalhadores inscritos no Acordo Colectivo de Trabalho e desagregar a classe bancária através de várias pressões, designadamente psicológicas.



Entre os participantes na audição promovida pelo PCP foi consensual a ideia de que urge pôr cobro ao estado de degradação laboral a que se chegou nas empresas do sector financeiro

Contestado pelos presentes oriundos de todo o País foi, por exemplo, o anúncio da alegada existência de onze mil excedentes no sector bancário. Trata-se de uma afirmação inteiramente falsa, porquanto, como foi sublinhado, estima-se em 70 mil o número de trabalhadores bancários que diariamente fazem uma hora a uma hora e meia de trabalho suplementar não remunerado, o que equivale, se traduzido em postos de trabalho, a cerca de dez mil.

Mas a par desta generalizada situação de trabalho suplementar não remunerado, levando a que elevado número de trabalhadores tenha uma carga horária que atinge as 45 e até as 50 horas, que em si mesma desmente qualquer hipotético cenário de mão-de-obra excedentária, é na criação de novas formas de organização do sector financeiro - através da constituição de empresas de prestação de serviços paralelas e de agrupamentos

complementares de empresas - que emergem novas medidas que põem em causa a estabilidade e os direitos dos trabalhadores.

Neste capítulo, a título de exemplo, foram citados os casos de entidades patronais que não subscreveram o ACT mas que simultaneamente fizeram acordos de empresa com pequenos sindicatos, o que lhes serve de pretexto para se recusarem a aplicar o acordo colectivo vertical dos bancários.

Elucidativo das pressões e chantagens exercidas sobre os trabalhadores é ainda o caso da Companhia de Seguros Fidelidade que chegou ao ponto de os pressionar para informarem por escrito o que fazem fora do horário laboral, numa inadmissível e inconstitucional ingerência na esfera da sua vida pessoal.

Nas várias intervenções proferidas durante a audição surgiram igualmente fortes preocupações quanto aos serviços de

saúde e ao sistema de reformas do sector, nomeadamente quanto às repercussões que neles possam ocorrer em resultado do processo de reestruturação em curso, já que, por exemplo, os fundos de pensões são exclusivamente geridos pela administração dos bancos e não há qualquer informação aos sindicatos.

Importa, entretanto, registar que todos estes ataques aos direitos dos trabalhadores ocorrem em empresas do sector financeiro que apresentam fabulosos lucros. Só nos bancos, no que se refere ao exercício de 1996, esses lucros (resultados líquidos) cifraram-se em 180 milhões. Registe-se ainda que são exactamente esses mesmos bancos que continuam a beneficiar de escandalosos benefícios fiscais: a taxa real de tributação da banca em sede de IRC, no ano de 1995, em vez de 36 por cento, ficou-se pelos 19 por cento.

Revisão da Lei Eleitoral

O PCP está preocupado com uma revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia da República que afaste os eleitos dos eleitores, concentrando as legislativas na eleição do primeiro-ministro e dos 94 deputados uninominais. Esta posição foi transmitida pelo deputado comunista Luís Sá à saída de uma reunião com o ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, em que este deu a conhecer os resultados de estudos sobre a Lei Eleitoral encomendados pelo Governo a três universidades portuguesas.

A alteração do sistema de eleição para a Assembleia da República, com a introdução de círculos uninominais de eleição, no entender do deputado comunista, é negativa na medida em que vai "conjugando duas deformações eleitorais": a concentração na eleição da figura do primeiro-ministro e dos 94 deputados correspondentes aos círculos uninominais.

"Quais serão os deputados que estarão próximos dos eleitores que não votaram nos 94 uninominais e não se sentem por eles representados?", questionou Luís Sá, para quem "os círculos uninominais não são forma de aproximar os eleitos dos eleitores".

Com a introdução dos círculos uninominais - prevista em anteprojecto de lei de revisão da Lei Eleitoral apresentado pelo Governo em Setembro último -, ainda segundo Luís Sá, vai ocorrer uma "escalada das despesas" eleitorais, com a multiplicação das campanhas em cada círculo eleitoral.

O parlamentar comunista negou igualmente que as reservas do PCP se devam a qualquer receio em vir a perder, com este sistema, alguns deputados. "Não estamos a fazer cálculos matemáticos do número de deputados que podemos eleger", garantiu, antes de sublinhar que "o que vai acontecer com a introdução dos círculos uninominais é uma cada vez maior bipolarização do sistema político e uma cada vez maior número de eleitores que não vão estar representados na Assembleia da República".

Infracções à higiene e segurança

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, em votação na generalidade, o projecto de lei do PCP que altera as coimas e multas resultantes de infracções sobre normas de higiene e segurança no trabalho. O diploma baixou à Comissão Parlamentar de Trabalho para análise, na especialidade, devendo, no entanto, aguardar durante cerca de um mês pela elaboração de um diploma do Governo sobre a mesma matéria, para ulterior discussão conjunta.

Entre as medidas preconizadas no diploma, recorde-se, está o aumento do limite máximo das coimas que podem ser aplicadas às empresas singulares para dois mil contos no caso de dolo (actualmente situa-se nos 750 contos) e para mil contos no caso de negligência (375 contos hoje).

INTERNACIONAL

Eurodeputados propõem
Debate nacional

sobre fundos estruturais e de coesão

16 mil novos
seropositivos
diariamente

Diariamente, 16 mil pessoas são contaminadas com o vírus da Sida em todo o mundo, de acordo com o presidente da Fundação Mundial de Investigação e Prevenção da Sida. Segundo Luc Montagnier, 90 por cento dos doentes não têm acesso a medicamentos. Mas a luta contra a doença não é descurada. Em Cuba, investigadores estão a preparar uma vacina contra a Sida completamente inócua, pelo que quem é injectado não corre o risco de adoecer. «Nunca trabalhamos com o vírus, mas sim com a informação do vírus e a partir desta fazemos as proteínas recombinantes», explicou recentemente o responsável pela equipa médica, Carlos Duarte.

30 mil belgas
contra pedofilia

«Pela verdade e contra a lei do silêncio» 30 mil belgas manifestaram-se em Bruxelas no domingo, percorrendo um trajecto de seis quilómetros que terminou no Palácio da Justiça, contestando as eventuais «protecções» que beneficiaram o pedófilo Marc Dutroux. Um relatório da comissão parlamentar publicado na terça-feira justifica a impunidade de Dutroux com o mau funcionamento da polícia e do sistema judicial, pondo de parte a hipótese de protecções «altamente colocadas».

Campanha
de solidariedade
com Sahara
Occidental

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), juntamente com diversas autarquias, sindicatos e associações académicas, lançou na semana passada uma campanha de solidariedade com o povo saharauí, tendo como principal objectivo a recolha de material escolar e alimentar para o campo de refugiados de Tindouf, localizado no sul da Argélia.

Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu consideram que é chegado o momento de lançar um debate nacional sobre a reforma dos fundos estruturais, do fundo de coesão e dos seus respectivos regulamentos. O anúncio foi feito em conferência de imprensa realizada a semana passada na sede do PCP no Porto, uma iniciativa em que participaram Teresa Lopes, da DORP e do CC do PCP, Jorge Pinto Sá, Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e membro do Comité das Regiões, João Saraiva, da Comissão junto do CC para as autarquias, Honório Novo e Sérgio Ribeiro, deputados do PCP ao PE.

Em documento divulgado à imprensa, os eurodeputados informam que, tendo tido conhecimento dos projectos de propostas da Comissão Europeia relativos à revisão do regulamento quadro dos fundos estruturais e do regulamento do fundo de coesão, cuja versão definitiva deverá ser apresentada nos dias 18 e 25 de Março, entenderam ser chegado o momento de lançar um debate nacional sobre a matéria.

Como primeiro passo para uma discussão que se pretende pública e alargada, foram enviadas cópias dos referidos projectos a todas as Câmaras Municipais e Associações Intermunicipais, à Associação Nacional dos Municípios, às Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, às Comissões Coordenadoras Regionais e respectivos Conselhos Consultivos, aos Governos das Regiões Autónomas, a Universidades e Institutos Politécnicos, bem como a uniões e confederações sindicais, núcleos empresariais distritais, associações comerciais e industriais, organizações de agricultores e da indústria da pesca.

O objectivo, como foi referido na conferência de imprensa, «é permitir o conhecimento pleno das propostas de alteração dos regulamentos a todos aqueles que em Portugal são os

destinatários finais das acções estruturais, e que nelas intervem aos mais diversos níveis e das mais diferenciadas formas, habilitando uma vasta massa crítica da sociedade portuguesa a proceder a uma análise cuidada das implicações processuais, técnicas, financeiras e políticas dessas alterações».

Para os eurodeputados comunistas é fundamental suscitar «uma ampla discussão» dos projectos em causa, de forma a «recolher um número significativo de contribuições que permita estruturar uma posição aquando da discussão e votação das propostas da Comissão no Parlamento Europeu, e a potenciar mesmo o poder negocial do país» nesta importante matéria. Nesse sentido, os deputados do PCP propõem-se ainda promover uma audição nacional sobre a revisão dos regulamentos dos fundos estruturais e do fundo de coesão.

O que está em causa

No encontro com os jornalistas, os eurodeputados comunistas alertaram para o facto de, na «Agenda 2000», estar muito mais em causa do que a revisão dos fundos estruturais e do fundo de coesão. Na verdade, discute-se o futuro quadro financeiro e orçamental comunitário, no contexto do alargamento da União Europeia, em



Está em marcha a redução dos meios financeiros destinados aos países menos desenvolvidos

mento da União Europeia, em que se inclui igualmente a reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

Face a esta realidade, consideram os comunistas não ser admissível que «venham a ser tomadas decisões sobre a reforma dos fundos estruturais, ou sobre a reforma da PAC», e só numa fase ulterior virem a ser tomadas «decisões sobre as bases do futuro orçamento comunitário». Como alertam, «qualquer modificação regulamentar bem como as decisões relativas às futuras perspectivas financeiras do orçamento comunitário terão de ser aprovadas em Conselho Europeu por unanimidade», pelo que defendem que «a discussão da Agenda 2000 deve ser global e as decisões relativas às diferentes vertentes tomadas em simultâneo».

Considerando que deve ser dada prioridade à decisão relativa ao futuro orçamento comunitário, que condicionará as decisões das restantes, os eurodeputados reafirmam a sua posição sobre a «clara insuficiência da proposta da

Agenda 2000 ao manter, para o período de 2000 a 2006, o mesmo *plafond* de despesas previstas em Edimburgo para 1999 (12,7 por cento do Produto Nacional Bruto da UE), e ao manter inalterado o montante máximo de financiamento da intervenção estrutural (0,46 por cento do PNB)».

No que toca aos regulamentos, alerta-se para o facto de

darem sequência aos pressupostos financeiros da Agenda 2000, pelo que procuram «viabilizar a redução de meios financeiros destinados aos países menos desenvolvidos da actual composição da UE». Com tais «economias», fazem notar os eurodeputados, procura-se que sejam estes países, em que se inclui Portugal, «os principais financiadores do alargamento».

Cuba

Um alvo a abater

Os Estados Unidos encararam a possibilidade de provocar uma guerra contra Cuba, em 1963, «simulando» um ataque cubano contra outro Estado da América Latina. A revelação consta dos arquivos agora desclassificados pelo Pentágono.

O documento revelador dos jogos de guerra americanos consta de um *dossier* pertencente a Joseph Califano, na altura conselheiro especial do secretário da Defesa, Cyrus Vance, e sugere três cenários possíveis para «justificar» uma intervenção militar norte-americana contra Cuba.

A primeira opção prevê «provocar» um ataque de Cuba contra um país da região, o que levaria a um pedido de assistência militar dos EUA e a uma intervenção com mandato da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A segunda opção passa igualmente por «provocar» um ataque cubano, desta vez contra a Jamaica ou Trinidad. Os planos norte-americanos encaravam ainda a possibilidade de desencadear uma revolução no Haiti com o apoio de opositores cubanos que se fariam passar por haitianos; em troca, o novo regime haitiano contribuiria para as operações militares anticomunistas.

Finalmente, a terceira possibilidade encarada: comprar um membro do Estado Maior das Forças Armadas cubanas para que atacasse a base de Guantanamo ocupada pelos EUA; as forças norte-americanas invadiriam então a ilha, instaurariam um bloqueio e apoiariam a rebelião anticomunista.

Podem parecer argumentos de filmes de série B, mas não são. O bloqueio, o embargo, as tentativas de assassinato de Fidel Castro, as mil e uma provocações efectivamente levadas a cabo contra Cuba nos últimos trinta anos, mostram bem até onde pode ir a paranóia americana quando se trata de liquidar os que não seguem os seus ditames.

O caso agora tornado público reveste-se de toda a actualidade: basta lembrar os pretextos diariamente invocados para «legitimar» um novo ataque ao Iraque.

PE chamado a pronunciar-se
sobre condições do aborto
na União Europeia

Os deputados do Grupo da Esquerda Unitária Europeia, em que se integram os deputados do PCP no Parlamento Europeu, apresentaram segunda-feira uma proposta de resolução com o objectivo de levar o PE a elaborar um relatório sobre as condições em que decorre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) nos diferentes países da União Europeia.

A iniciativa pretende levar o

PE, na sequência de anteriores resoluções, a «convidar mais uma vez os Estados-membros a criarem um quadro jurídico claro, baseado na prevalência da legalidade sobre a penalização discriminatória, na assistência e segurança médicas acessíveis a todas as mulheres e a empenharem-se na sua concretização».

De acordo com uma nota divulgada à imprensa, esta medida surge numa altura em que, de entre os quinze Esta-

dos-membros da UE, Portugal, Espanha e Irlanda são os que mantêm legislações mais restritivas, e na Alemanha se registam acentuados retrocessos. No caso concreto de Portugal, a oportunidade da medida justifica-se, segundo o comunicado, dada «a situação criada pelo acordo entre PS e PSD para a realização de um referendo sobre a matéria, que pode conduzir a uma paralisação na aprovação final do quadro jurídico necessário».

INTERNACIONAL

Iraque

O mundo pela diplomacia

Sete espanhóis em cada dez afirmam-se contra uma intervenção militar no Iraque, segundo uma sondagem publicada no fim-de-semana. Esta é aparentemente a opinião predominante junto da população europeia. Também a maioria dos países partilha esta posição.

Em Portugal, na quinta-feira, diversas organizações subscreveram uma declaração que defende que o «diferendo entre os EUA e o Iraque apenas pode resolver-se por via diplomática e negocial».

«Ao persistir na ameaça injustificada e ilegítima de intervenção militar contra o Iraque, os EUA estão a pôr em sério risco a paz e a segurança na região e no mundo. Fazem-no, aliás, numa posição cada vez mais isolada, suscitando crescentes reservas e protestos, mesmo de alguns dos seus aliados próximos», lê-se no documento subscrito nomeadamente pela JCP, Conselho Português para a Paz e Cooperação, MDM, PSR, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e USL.

Estas organizações não reconhecem aos Estados Unidos «o direito de se arrogarem representantes e árbitros da comunidade internacional» e afirmam que o «arrastamento das inspeções da "comissão de peritos" e a forma pouco clara como esta desenvolve a sua actividade é geradora de grande desconfiança em relação aos reais objectivos desta acção e é susceptível de afectar a imagem das Nações Unidas».

Quanto à intenção do Governo português de autorizar a utilização de território nacional numa possível agressão militar, a declaração apela à realização de um amplo debate público nacional e aos pareceres do Presidente da República e do Parlamento. Isto, porque uma intervenção

armada constitui «um acto de guerra e prejudica seriamente a imagem de Portugal e os seus interesses estratégicos e económicos nas relações com o vizinho mundo árabe».

Na Grã-Bretanha, no sábado, realizou-se em Londres uma manifestação contra uma eventual intervenção armada. Dos cerca de 700 participantes, nove

utilizadas armas de destruição massiva».

«Esta superpotência está uma vez mais a provar que usará de quaisquer meios nos seus esforços para garantir o seu controlo sob o petróleo no Médio Oriente. É uma hipocrisia da parte da administração dos EUA reivindicar que o seu objectivo é depor Saddam Hussein: os Estados Unidos apoiaram e continuam a apoiar ditaduras, enquanto um ataque aéreo contra o Iraque apenas irá reforçar o regime de Saddam», afirma o Comité Central do PCI num comunicado.

Os comunistas israelitas acu-

O mundo dividido e os iraquianos à espera

Enquanto os Estados Unidos continuam as suas ameaças ao regime de Bagdad, a maior parte dos outros elementos permanentes do Conselho de Segurança da ONU permanece na defesa do diálogo.

A Rússia apela a uma resolução pacífica argumentando com os «interesses vitais» do país. Durante uma reunião com o ministro da Defesa norte-americano, Richard Butler, realizada em Moscovo na quinta-feira, o seu homólogo russo

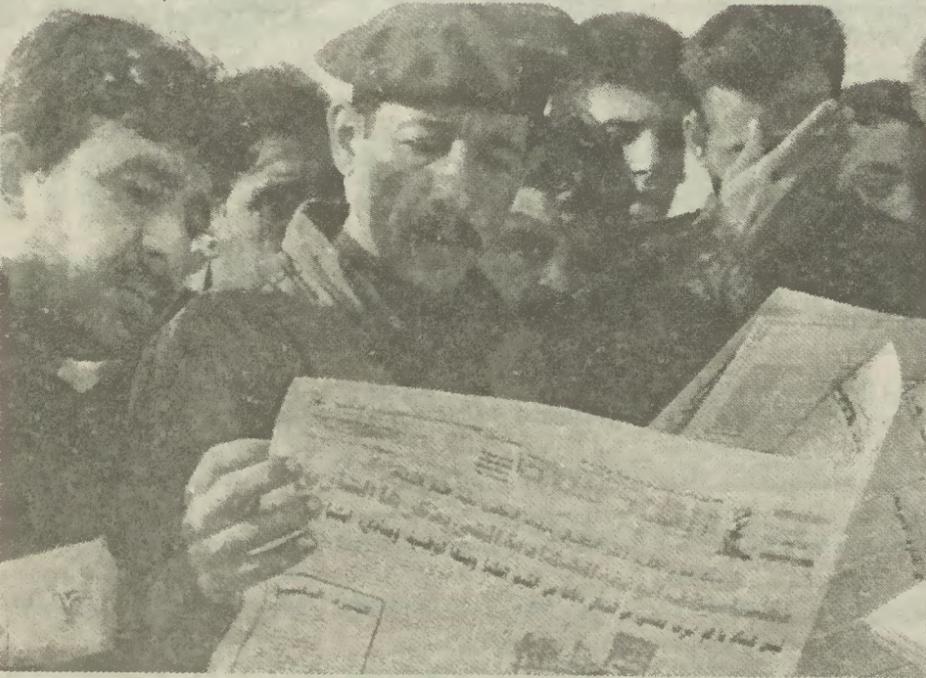
Por seu lado, as autoridades chinesas reafirmaram a sua posição durante a visita a Pequim do representante dos EUA nas Nações Unidas, Bill Richardson. «A China e os Estados Unidos, enquanto membros permanentes do Conselho de Segurança, têm a responsabilidade de actuar de forma incansável para resolver a crise das inspeções ao armamento por meios pacíficos, para evitar conflitos sangrentos», disse o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Qian Qichen.

Entretanto, a Itália e a França pediram ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que visite Bagdad. No domingo, o ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano adiantou que esta visita estava já programada e que a data mais provável seria dia 18, ontem.

Na segunda-feira, o governo de Saddam Hussein apelou a Annan para que resolva a crise, assegurando que fará «tudo o que estiver ao seu alcance».

Ao mesmo tempo que vai apelando à inscrição massiva de civis nas forças armadas, o Iraque propôs que as inspeções ao seu armamento seja feito por um grupo formado por dez peritos, um de cada país membro do Conselho de Segurança, e dirigido por uma pessoa mandatada por Annan e secundada por Richard Butler. Esta proposta foi recusada por Washington.

De acordo com um semanário norte-americano, as autoridades iraquianas terão transferido as suas armas de destruição massiva ao Sudão e o material para a produção de armas químicas para a Líbia. Estas informações foram de imediato desmentidas. «É totalmente falso. São alegações inventadas de uma ponta à outra», sustentou o ministro do Comércio do Iraque.



O regime de Bagdad continua a mobilizar civis

foram detidos por romperem a barreira policial.

Afirmando-se contra a agressão dos EUA ao Iraque, o Partido Comunista de Israel acusa Washington de «arrastar todos os povos da região do Golfo para uma guerra, na qual poderão ser

sam ainda o governo de Benjamin Netanyahu de «explorar a escalada militar para agravar também a sua política de colonização e confronto com a Autoridade Palestiniana, no sentido de estrangular o processo de paz».

afirmou que «o problema iraquiano é multifacetado e não deve ser considerado como um conflito entre os Estados Unidos e o Iraque». «A crise afecta negativamente os interesses vitais da Rússia e de outros países da região», sublinhou Igor Sergueiev.

Colonato israelita avança

O presidente da Câmara de Jerusalém afirmou, na quinta-feira, que o governo israelita vai anunciar «dentro de dias» a construção do colonato de Har Homa, na zona ocupada da cidade, cujas infra-estruturas foram terminadas à meses. «Não há razões para este atraso. Espero que o governo faça as adjudicações dentro de dias», disse Ehud Olmert, acrescentando que, caso o projecto não seja avançado «em tempo razoável», o executivo de Benjamin Netanyahu será alvo de uma campanha política. O início da construção deste colonato, em Março de 1997, provocou o bloqueio do processo de paz entre a Autoridade Palestiniana e Israel.

Referendo sobre República na Austrália

A Convenção Constitucional australiana manifestou-se, na sexta-feira, a favor da transformação do país numa República e a ruptura dos laços políticos com o Reino Unido a partir de 2001. Dos 152 membros, 89 votaram a favor, 52 contra e 11 abstiveram-se. O primeiro-ministro, John Howard, anunciou de imediato a realização de um referendo sobre o futuro sistema político do país, que se realizará no próximo ano. A Austrália é independente da coroa britânica desde 1901, mas o seu chefe de Estado continua a ser a rainha de Inglaterra, Isabel II.

Neonazis aumentam

Segundo a revista «Der Spiegel», o número de neonazis está a aumentar consideravelmente na Alemanha. No início deste ano, 7500 pessoas estavam recenseadas nos serviços oficiais como defensoras da prática de atentados contra casas de judeus e centros de acolhimento de candidatos a asilo. Em 1994, não chegavam a 5500. Esta publicação adianta que se verifica um crescimento da implantação do Partido Nacional da Alemanha (extrema-direita) entre indivíduos dos 18 aos 25 anos, partido que conta com mais de 4 mil militantes.

Novos confrontos na Indonésia

A contestação à subida do custo de vida na Indonésia aumenta de dia para dia. Motins violentos enclodem um pouco por todo o país. As pequenas lojas de proprietários de origem chinesa são os principais alvos.

Na sexta-feira, mais de mil pessoas assaltaram e incendiaram estabelecimentos comerciais da cidade de Losari. «Havia mais de um milhão de pessoas. Algumas retiraram os produtos das lojas, amontoaram-nos na rua e depois lançaram-lhes fogo», explica um polícia local citado pela agência Lusa.

No dia seguinte, três pessoas morreram durante os motins em quatro cidades. Uma das vítimas foi morta a tiro pela polícia. Registraram-se oito feridos.

A presença das forças de segurança é permanente. O presidente Elias Suharto ordenou aos militares para tomarem medidas severas para fazer frente aos protestos e na segunda-feira empossou um novo comandante das forças armadas, o general Wiranto. «As forças armadas têm total controlo e podem resolver a situação», afirmou Wiranto, ameaçando com a intervenção dos 465 mil efectivos militares contra «aqueles que tentassem ameaçar a estabilidade nacional».

Entretanto, no domingo, o director do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, advertiu Jacarta que um sistema de controlo do valor da moeda poderia prejudicar o processo de recuperação económica da Indonésia. Também o presidente americano, Bill Clinton, se mostrou preocupado face à situação que o país atravessa, tendo mantido uma conversa telefónica de trinta minutos com Suharto, na sexta-feira.

Alemães da ex-RDA perseguidos

Um conjunto de políticos alemães veio a público recentemente denunciar a continuação de acções de discriminação e perseguição a ex-cidadãos da RDA, práticas que consideram ser contrárias ao direito internacional e ao Tratado de Unificação Alemã.

«As discriminações, marginalizações e perseguições penais a ex-cidadãos da RDA na Alemanha unificada adquiriram uma dimensão inquietante», afirmam os signatários de uma declaração agora publicada.

«Desde 1990, ano da unificação, dezenas de milhares de funcionários públicos, cientistas, professores, militares, polícias, procuradores da República, directores de empresas e outras pessoas foram despedidas. A maior parte dos incriminados são alvo de interdição profissional durante o resto da vida.»

De facto, desde esta data foram instaurados mais de 60 mil processos de inquérito contra alemães de Leste e assiste-se permanentemente à abertura de novos processos. Foram pronunciadas mais de 600 acusações. Estes políticos perguntam sobre «quem serão os próximos, visto actualmente estarem a ser considerados inquiridos contra

professores, médicos, treinadores desportivos e membros de outros grupos profissionais».

Os cerca de 300 condenados a penas pesadas são acusados nomeadamente de participação em actos de espionagem, aplicação do direito penal da RDA e golpes mortais em situações em passagem ilegal de fronteiras.

«São particularmente escandalosos os processos contra procuradores da República e juizes que nos anos 50 julgaram, com base nas decisões do Conselho de Controlo Aliado, criminosos de guerra nazis e responsáveis por massacres», lê-se no documento.

Nos processos - muitos deles remontam a casos ocorridos há dezenas de anos - é continuamente violado o princípio internacional da proibição da retroactividade, segundo o qual ninguém pode ser condenado por uma prática que, na altura em que foi cometida, não era punível.

Os tribunais baseiam-se em normas jurídicas da RFA, apesar de estas não serem válidas para a RDA até Outubro de 1990 e de não poderem ser aplicadas segundo o tratado de unificação.

Direitos não se pagam Conquistam-se!

A JCP lançou esta segunda-feira mais uma campanha nacional contra mais um ataque do governo ao ensino superior público. A campanha será centrada num cartaz que exige a revogação da Lei-Quadro do financiamento, e que deverá ser colado em todas as cidades e escolas do ensino superior do País.

A JCP irá ainda promover iniciativas de esclarecimento junto dos estudantes sobre a sua posição em relação a todas as temáticas relacionadas com o ensino superior e especialmente sobre o seu financiamento.

Os jovens comunistas pretendem ainda continuar a desenvolver contactos com diversas associações de estudantes, para se inteirar dos problemas existentes e reafirmar a sua disponibilidade em apoiar a "justa contestação dos estudantes".

Em documento divulgado na conferência de imprensa onde

esta nova iniciativa foi anunciada, a Direcção do Ensino Superior da JCP sublinha o contraste entre as declarações do Ministério da Educação, no sentido de "fazer passar a ideia de que tudo está bem, que os estudantes não contestam esta lei e que o machado de guerra dos estudantes foi enterrado, pois tudo está a correr sobre rodas", e a realidade.

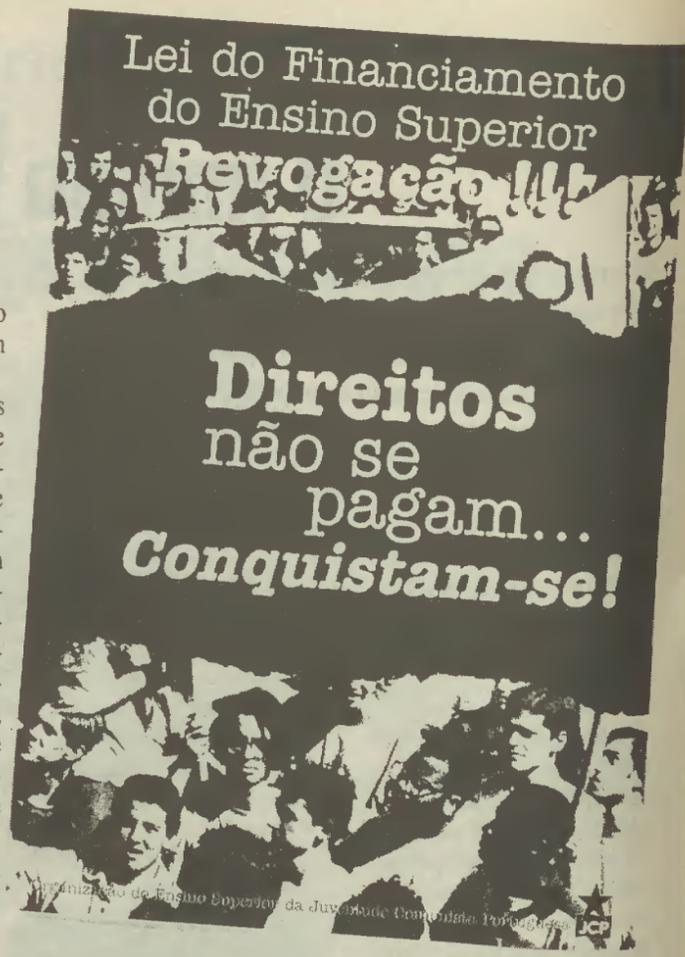
Na realidade, sucedem-se "as tentativas de coagir os estudantes e as instituições a cumprirem uma lei que não foi discutida com eles e que consideram injusta".

E o documento sublinha: "Desde o despacho do concelho de ministros que, *espezinhando* completamente a autonomia das instituições públicas do ensino superior, tentou definir os prazos e normas de pagamento das propinas, até às declarações do ministro da Educação fazendo referência implícita à possibilidade de expulsão dos estudantes que boicotarem as propinas, tudo tem servido para tentar centrar a contestação a esta lei numa questão de *cumprir ou não cumprir uma lei e de quem não cumprir sofrerá as mais pesadas consequências*, isto já sem falar nas recentes perdas de controlo do ministro, proferindo declarações infelizes e irrespon-

sáveis como a que compara o sistema de ensino superior a um jogo de futebol".

Entretanto, "são às dezenas de milhar os estudantes que se têm manifestado desde a divulgação da proposta de lei de financiamento das mais diversas formas: manifestações em diversos pontos do país; tomadas de posição conjuntas unânimes das associações de estudantes no plano nacional condenando a Lei e o Ministério, as vigílias, as assembleias de escola e universidade, as inúmeras acções simbólicas de contestação".

Uma luta que, com esta nova iniciativa, a JCP irá também prosseguir.



IVG não é moeda de troca

A aprovação, por parte do Partido Socialista, de um pacote de propostas de medidas legislativas a negociar com o PSD, e que surge na sequência da proposta do PSD da realização de um referendo à lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, é denunciada pela Comissão Política da Direcção Nacional da JCP como uma *moeda de troca* do "PS para conseguir vitórias políticas sobre o PSD".

Uma atitude que "mostra uma vez mais que as negociatas à margem da Assembleia da República e do sistema de democracia representativa do nosso país se tornaram prática comum no partido do governo, entrando no jogo da politiquice que já caracteriza há muito o PSD".

Uma atitude que, acima de tudo, representa "um *desrespeito profundo pelas instituições democráticas* e pelo povo português" e corresponde a apresentar, "como moeda de troca, a liberdade de optar, a vida e a saúde de milhares de mulheres portuguesas".

A JCP considera que "com a aprovação na generalidade da lei da Interrupção Voluntária da Gravidez se iniciou um processo legislativo" que deverá seguir o seu curso normal, e sublinha que "o que é *necessário e urgente* neste momento é que se encontrem as medidas necessárias à efectivação da Interrupção Voluntária da Gravidez em condições de higiene e segurança e não que se inventem entraves à sua concretização".

Telecom Contas fáceis de fazer

A Comissão de Utentes contra a taxa de activação e os aumentos nos telefones, continua a desenvolver uma intensa actividade, nomeadamente através de acções de rua para recolha de assinaturas para apresentar uma petição na Assembleia da República com o objectivo de todos os grupos parlamentares se pronunciarem "sobre os aumentos abusivos que recaem sobre a grande maioria da população e sobre a taxa ilegal que uma empresa privada pretende impor aos portugueses".

Em acção de rua realizada no passado dia 12, na baixa lisboeta, foram recolhidas, em apenas três horas, mais de duas mil assinaturas, registando-se, como sublinha a Comissão de Utentes em comunicado de imprensa, "uma aceitação extraordinária dos transeuntes".

Nos contactos realizados, a Comissão testemunhou "a indignação generalizada da população face à taxa de activação decretada pela Portugal Telecom - o que considera um forte estímulo para prosseguir, por todas as formas ao seu alcance, o movimento cívico de contestação à referida taxa e aos aumentos da PT".

Recolha de assinaturas hoje no Forum Picoas

A Comissão está hoje junto do edifício da Portugal Telecom (Picoas) a recolher assinaturas para «revogar a taxa de activação e suspender os aumentos decretados pela Portugal Telecom».

Ontem a comissão lançou um convite aos automobilistas em circulação nas proximidades da sede da Portugal Telecom para que se manifestassem buzinando e acendendo faróis.

A Comissão de Utentes está a preparar outras acções, anunciando desde já que no próximo dia 2 de Março, vai apelar à população para que não faça chamadas telefónicas excepto em casos de emergência. Este será mais um aviso à administração da PT e à tutela governamental de que os portugueses não estão dispostos a abdicar dos seus direitos e não aceitam taxas decretadas por empresas privadas, nem se resignam com os brutais aumentos que a PT pretende aplicar.

Encontro na Casa da Paz Não às ameaças militares

"Em si mesma, a ameaça de uma intervenção militar iminente constitui um acto agressivo que viola frontalmente os princípios básicos do direito internacional", alerta-se em *Declaração sobre a ameaça de intervenção militar dos EUA contra o Iraque*, em que se sublinha particularmente a "indignação pelo facto de o governo português autorizar a utilização do território nacional para uma eventual agressão militar".

A Declaração, adoptada no passado dia 13, num encontro realizado na Casa da Paz, em Lisboa, reuniu, à partida, representantes das seguintes organizações: *Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC); Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP; Federação Nacional das Organizações de Deficientes; Intersindical Nacional - CGTP-IN; Juventude Comunista Portu-*

guesa (JCP); Juventude Operária Católica (JOC); Movimento Democrático de Mulheres (MDM); Partido Socialista Revolucionário (PSR); Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL); União Democrática e Popular (UDP); União dos Sindicatos de Lisboa.

Com base nesta Declaração, pretende-se agora recolher adesões individuais e colectivas e transformá-la, depois, num "instrumento de sensibilização, esclarecimento e mobilização da opinião pública portuguesa".

Um processo que irá de par com a promoção e apoio a iniciativas em torno desta questão, nomeadamente "nas escolas e

universidades, procurando o apoio de professores e autarcas".

Os primeiros signatários da Declaração decidiram ainda constituir-se em comissão de acompanhamento da evolução da situação, para tomar as iniciativas adequadas em função das situações concretas.

JCP toma posição

A JCP iniciou, dia 11, um conjunto de contactos com o movimento juvenil português, no sentido de alertar para a situação gerada pela oferta do governo português "para que os

Estados Unidos utilizem a Base das Lajes para ponto de apoio de um eventual ataque ao Iraque".

Condenando esta atitude do governo português, a JCP sublinha, em comunicado de imprensa, o facto de tal ocorrer num momento "em que se intensificam os esforços internacionais para encontrar soluções pacíficas".

Os jovens comunistas reafirmam ainda "a sua firme convicção de que só é possível ultrapassar a situação pela via do diálogo, de forma pacífica, sob os auspícios das Nações Unidas e nunca por uma solução imposta unilateralmente pelos EUA".

Declaração

A Declaração começa por considerar que, "ao persistir na ameaça injustificada e ilegítima de intervenção militar contra o Iraque, os EUA estão a pôr em sério risco a paz e a segurança na região e no mundo", não se reconhecendo, naturalmente, o direito de os Estados Unidos "se arrogarem representantes e árbitros da comunidade internacional".

Acresce que, "o quadro criado na região após a Guerra do Golfo, em particular no que diz respeito ao *embargo criminoso* contra o Iraque, e que provoca a morte e o sofrimento a milhares e milhares de pessoas, principalmente de crianças, carenciadas de medicamentos e alimentação, longe de ter solucionado qualquer problema, contribui apenas para manter e acentuar o clima de instabilidade e insegurança, transformando esta questão num permanente foco de tensão e ameaça à paz".

A Declaração alerta ainda para o "excessivo e injustificado *arrastamento das inspecções*" e para as desconfianças geradas quanto "aos reais objectivos desta acção".

Os signatários entendem que "no interesse dos povos e da paz no mundo, independente-

mente das dificuldades e da complexidade da situação, o actual diferendo entre os Estados Unidos da América e o Iraque apenas pode resolver-se por *via diplomática e negociada*".

Manifestando a sua indignação "pelo facto de o governo português autorizar a *utilização do território nacional para uma eventual agressão militar*", os signatários sublinham que tal atitude, "por constituir um acto de guerra, e porque prejudica seriamente a imagem de Portugal e os seus interesses estratégicos e económicos nas relações com o vizinho mundo árabe, carece do parecer do Presidente da República e da Assembleia da República, e pressupõe a realização de um amplo debate público nacional".

A concluir, *apela-se* à opinião pública, às organizações não governamentais e estruturas democráticas para que "manifestem o seu repúdio por esta iniciativa agressiva dos EUA e a exigência em que o governo português se empenhe na busca de uma solução política para o conflito, recusando, categoricamente, a utilização do território nacional para qualquer tipo de acção militar dos EUA contra o Iraque".

EM FOCO



Comunicado do Comité Central do PCP

Por um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido

O Comité Central, reunido a 14 e 15 de Fevereiro de 1998, procedeu a um primeiro exame e balanço, em linhas gerais, quer da acção do Partido desde a realização do XV Congresso, em Dezembro de 1996, quer dos complexos e exigentes desafios que o Partido deverá enfrentar num futuro próximo. Em resultado dessa análise, que inclui naturalmente indicações e preocupações há muito existentes mas, em alguns casos, tornadas mais visíveis pelos resultados das eleições autárquicas, o Comité Central propõe a todos os militantes e organizações do Partido o desenvolvimento de um vasto movimento de reflexão, debate, tomada de decisões e adopção de medidas, visando dar um novo e vigoroso impulso à concretização de orientações definidas no XV Congresso que se consideram essenciais para a dinamização, renovação e maior eficácia política da organização e intervenção do PCP, e para a ampliação da sua influência na classe operária e nos trabalhadores, na sociedade portuguesa.



Comunicado do Comité Central do PCP

Esquerda que faz
a diferença



Uma perspectiva mobilizadora e combativa de afirmação, crescimento e dinamismo do Partido

1. O Comité Central decide promover um esforço consistente e empenhado para, a todos os níveis da organização partidária, e tendo como ponto de partida um movimento geral de realização de assembleias das organizações e reuniões de militantes e de organismos, reanimar e renovar processos de trabalho e de funcionamento, e identificar as deficiências e insuficiências que mais afectam a acção do Partido. Trata-se de, na base indispensável e determinante da mobilização, da reflexão, da experiência e das opiniões de todo o colectivo partidário, apurar e definir as orientações e medidas que mais favoreçam o objectivo central de rasgar uma perspectiva mobilizadora e combativa de afirmação, crescimento e dinamismo do Partido, que seja sustentada por sua maior e melhor presença e intervenção na sociedade portuguesa.

2. Neste sentido, o Comité Central propõe que, de forma integrada, complementar e indissociável, sejam consideradas de imediato como grandes áreas de reflexão, intervenção e decisão prioritárias:

- orientações e medidas de revigoração e rejuvenescimento da organização do Partido, de alargamento da sua base militante e de maior responsabilização dos militantes visando um maior enraizamento e intervenção das organizações de base nas lutas, problemas e aspirações das classes e camadas sociais, dos sectores profissionais e das comunidades onde se inserem, e favorecendo, assim, o fortalecimento das organizações sociais e das lutas de massas;

- desenvolvimento, nos diversos planos de intervenção e frentes de trabalho, de novas linhas de iniciativa política que favoreçam uma mais forte afirmação do PCP como partido de luta e partido de projecto, como partido dotado de uma estratégia integrada da sua intervenção política e social, como partido firmemente empenhado em impulsionar a agregação de forças, energias e aspirações democráticas e de esquerda, que é indispensável para a concretização de uma alternativa progressista à mera alternância entre PS e PSD na realização da política de direita;

- medidas de fortalecimento e renovação da capacidade de direcção no Partido, com destaque, entre outros aspectos, para a melhoria da coordenação política e planeamento da intensa e diversificada actividade do Partido, uma maior e mais dinâmica elaboração e projecção das suas propostas e do seu projecto, a adopção de linhas de trabalho e medidas concretas que, tendo em conta as prioridades, ajudem ao avanço do Partido nas regiões, zonas e sectores de menor influência, a formação ideológica dos quadros, a dinamização e maior difusão do «Avante!» e, em geral, da imprensa do Partido, a criação de condições para a melhoria do trabalho do Comité Central.

3. Na área da organização partidária, o Comité Central propõe-se dinamizar a concretização das orientações traçadas pelo XV Congresso:

- um forte impulso à renovação e rejuvenescimento das organizações e estruturas partidárias onde, a par da procura de novas adesões, devem ser tomadas medidas para a integração orgânica de jovens militantes, de mulheres e dos camaradas que nos últimos anos vieram ao Partido, bem como uma maior atenção ao papel, acção e reforço da JCP;

- um plano de acção para o reforço da organização e intervenção junto dos trabalhadores, com medidas concretas, meios e quadros, linha de luta reivindicativa e iniciativa política, no sentido das conclusões da Conferência Nacional realizada em Novembro de 1994;

- um criativo e diversificado trabalho de organização e iniciativa política para elevar a militância e valorizar o papel do militante. Militância que deve significar o assumir, pelos comunistas, o seu Partido. Militância que traduza e dinamize um aprofundamento da democracia interna e uma persistente procura de formas de trabalho orgânico e político, que incentivem uma participação activa dos membros do Partido. Militância que, a par do reforço do quadro de funcionários com tarefas de organização, alargue o assumir de responsabilidades por camaradas não funcionários, libertando assim forças para tarefas mais exigentes, designadamente em disponibilidade e mobilidade dos quadros. Militância que deve significar o crescimento do núcleo activo do Partido, que neste processo deve também ser mais rigorosamente conhecido e quantificado em balanço de organização;

- um grande e empenhado movimento de revitalização das estruturas de base do Partido. O Comité Central decide lançar um movimento geral e planificado de Assembleias das organizações de base. Movimento que deve partir de uma identificação rigorosa em cada organização regional dessas estruturas — as células por local de trabalho, por local de residência ou por sector socioprofissional. Uma identificação que, tendo em conta a divisão administrativa do País, não a siga mecanicamente, antes seja capaz de concentrar massa militante, quadros e meios adequados aos objectivos e funcionamento de uma organização de base. Assembleias que, procurando ser amplamente participadas, devem realizar-se sem formalismos, constituindo espaços abertos de reflexão, debate e tomada de decisões. Assembleias que, quando electivas, devem realizar a eleição dos organismos dirigentes que, por sua vez e nos termos estatutários, «devem distribuir tarefas entre os seus membros». Nessa responsabilização individual, deve incluir-se a possibilidade da escolha ou eleição, no âmbito do organismo, do ou da camarada que vai coordenar e dinamizar

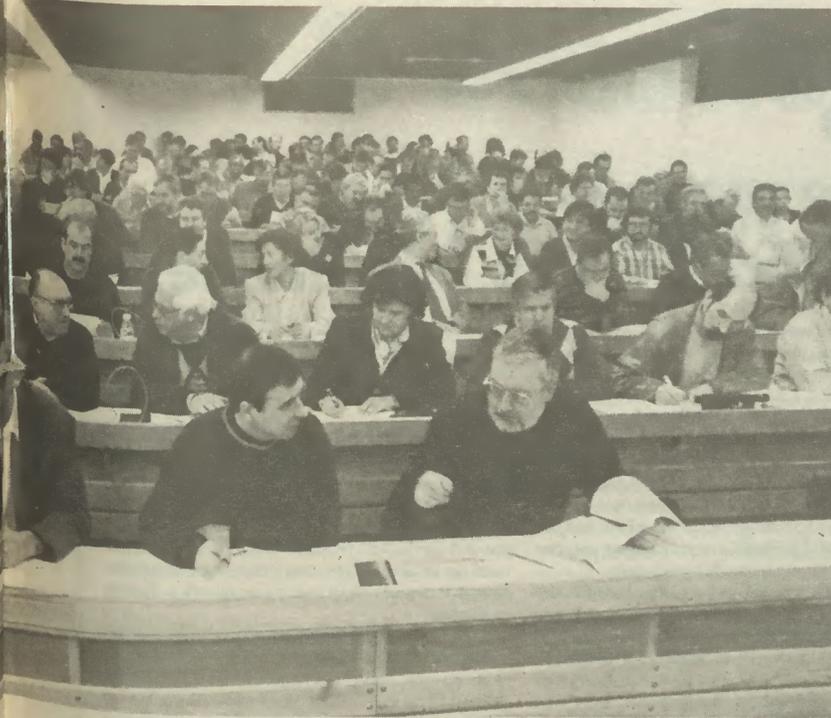
o funcionamento do colectivo, no quadro dos princípios estatutários. Assembleias para determinar respostas, para definir e dinamizar iniciativas, para reforçar a organização dos comunistas portugueses, para um reposicionamento crítico da célula como «aliada», com o operário, com os trabalhadores, com as massas populares», e «suporte essencial para promover, orientar e desenvolver a luta e a acção de massas».

No sentido de uma profunda revalorização e impulso ao funcionamento das organizações e organismos de base, o Comité Central manifesta a vantagem na participação e/ou integração da generalidade dos quadros do Partido nas organizações e organismos de base, procurando-se assim um mais completo e integral aproveitamento do enorme capital de experiência política e o simultâneo enriquecimento de muitos quadros.

4. No movimento geral de assembleias e reuniões de militantes e de organismos, são pontos importantes: o questionamento sobre o estado e modo da relação política das organizações de comunistas com as populações, com os colegas de trabalho e vizinhos; sobre a sua intervenção nas colectividades, nas associações culturais ou desportivas; sobre o papel e trabalho dos comunistas no exercício do poder local ou em associações de classe; sobre a batalha das ideias, de informação e esclarecimento que travamos (ou não travamos) nesta empresa, nesta rua, neste bairro, nesta freguesia ou cidade, pelos objectivos programáticos ou mais imediatos do PCP, contra o descrédito e desvirtuamento do regime democrático e da acção política, e o abstencionismo cívico e eleitoral. O questionamento sobre a forma de estar e de agir dos comunistas nas lutas dos trabalhadores e das populações, es, nos movimentos sociais e cívicos.

Em particular, uma grande atenção deve ser dada à reflexão e à tomada de medidas para o aproveitamento do enorme potencial de intervenção política e de reforço do Partido que constituem os militantes de cidadãos e cidadãs que, como independentes, participaram nas listas CDU nas recentes eleições autárquicas, e com os quais devem ser encontradas formas mais ou menos regulares de contacto para a coordenação e desenvolvimento de trabalho nas autarquias e na defesa dos interesses populares.

5. Ainda no decurso do primeiro semestre deste ano, o Comité Central procederá a um balanço das medidas adoptadas e do debate realizado no Partido e das principais contribuições que tenham sido obtidas para o prosseguimento e aprofundamento de direcções de trabalho cruciais para o reforço da influência social, política e eleitoral do PCP e do seu papel na democracia portuguesa.



Uma orientação estratégica clara e afirmada: um projecto de esquerda e de poder, para um novo rumo democrático

1. Apesar da derrota dos partidos da direita nas legislativas de Outubro de 1995, e do facto de socialistas e comunistas terem passado a dispor da maioria dos lugares na Assembleia da República, as possibilidades que então podiam ter-se aberto para a concretização de uma viragem democrática, no sentido da esquerda, da situação nacional, não tiveram qualquer expressão devido às opções tomadas pelo PS.

O Governo PS, tendo embora introduzido alterações de estilo e mudanças de orientação em alguns aspectos sectoriais, manteve inalteradas as principais políticas que vinham sendo conduzidas pelos governos anteriores. Prosseguiu o ataque a direitos dos trabalhadores e uma política de repartição da riqueza desfavorável aos trabalhadores e às camadas da população mais desfavorecidas. Acelerou o processo das privatizações, inclusive de empresas públicas fornecedoras de serviços e bens essenciais (EDP, PT, etc.). Promoveu novas medidas de descaracterização do regime democrático, designadamente através da revisão constitucional. Manteve a política externa e uma política de integração europeia caracterizada pela subordinação dos interesses nacionais aos das principais potências e aos dogmas neoliberais do grande capital financeiro. Estas orientações foram facilitadas pelo facto de o PS ter tido uma votação que o levou muito próximo da maioria absoluta.

A estratégia das forças de direita, protagonizada na primeira linha pelo PSD, evidencia-se com crescente nitidez. Por um lado, essas forças acompanham as opções fundamentais do Governo do PS, que correspondem, em grande medida, às suas. Mas, por outro lado, movem-se de forma activa com o objectivo de reagrupamento de um bloco à direita e de capitalização por parte da direita do descontentamento social e da frustração que alastram em amplos sectores sociais, com correspondência política no eleitorado do centro e da esquerda.

2. O Comité Central adverte ser previsível que, com a aproximação das eleições legislativas, o PS e o PSD procurarão cada vez mais aprisionar os eleitores na falsa opção entre manter o PS no governo, com uma política de direita, e o regresso da direita ao governo.

E desde já sublinha que, neste quadro, a intervenção e a iniciativa política do PCP devem ter como grande eixo unificador o objectivo de favorecer que se amplie a compreensão e consciência de que é possível uma alternativa progressista e de esquerda à alternância entre PS e PSD na realização de uma política no essencial semelhante, e que será o reforço da influência eleitoral do PCP (e uma diferente correlação de forças entre o PCP e o PS) que melhor inviabilizará tanto uma reabilitação eleitoral da direita como a continuação da actual política do PS, e que mais favorecerá uma verdadeira alternativa democrática e uma nova política.

3. É neste quadro e circunstâncias que as eleições legislativas e europeias, previstas para o próximo ano, tendem a exercer uma influência cada vez mais determinante na vida nacional. Marcam a fase de intensificação da vida política e social em que o País já entrou. Podem comportar especiais dificuldades ligadas ao avanço de linhas de descaracterização do regime democrático constitucional que o PS e o PSD estão procurando impor. Apresentam acrescidas exigências e renovadas possibilidades de intervenção aos comunistas e a todos os restantes sectores e sensibilidades de esquerda. E, associadas à luta popular de massas, recolam, não só a necessidade mas a possibilidade e a importância da criação de condições para uma inflexão, no sentido da esquerda, do rumo político nacional.

O Comité Central reafirma que o PCP está fortemente empenhado em fortalecer, ampliar e enriquecer a sua intervenção, enquanto partido dotado de um projecto político transformador e portador de uma contribuição essencial para uma alternativa de esquerda, mas, ao mesmo tempo recusa deixar-se aprisionar e dissolver numa «vida política» crescentemente marcada pelo espalhamento, pela superficialidade, pelo artificialismo e pelo efémero, antes sustentando que a sua escolha é, de há muito, a da intervenção e acção políticas, próximas dos problemas e preocupações dos cidadãos, mobilizadora das suas iniciativas e lutas, agregadora das aspirações a nova política.

Particulares responsabilidades e exigências se colocam, por isso, aos comunistas e ao seu Partido, nas diversas frentes de intervenção e de luta.

Sem prejuízo da ulterior fixação de orientações especificamente destinadas à participação nos actos eleitorais do próximo ano, o Comité Central aponta, desde já, sem prejuízo de outros temas, o necessário aprofundamento e desenvolvimento de cinco grandes linhas para a sua intervenção política:

1ª — Contribuir para a afirmação de uma esquerda e de um projecto que suporte a perspectiva, a possibilidade e a luta pela concretização de um novo rumo democrático para Portugal. Esta contribuição, no quadro da intensificação da luta social e de uma forte afirmação do PCP, através da sua voz e das suas propostas, envolve igualmente uma forte disponibilidade de abertura e de empenho do PCP, para participar num alargado e genuíno processo de diálogo e de debate, à esquerda, susceptível de estabelecer pontes e de construir convergências que contribuam para viabilizar um projecto de poder. Um processo respeitador da pluralidade das expressões e das diferenças, que reúna individualidades, sectores e sensibilidades políticas que se situam criticamente em relação às orientações neoliberais, mobilizador e envolvente de movimentos e forças sociais e

culturais diversas, com particular atenção para a participação da juventude e das mulheres. E permanentemente aberto à participação directa dos cidadãos.

2ª — Prosseguir a afirmação do PCP como oposição de esquerda, combativa, consequente e responsável. A contraposição de propostas de política alternativa, de esquerda, às orientações de inspiração neoliberal adoptadas pelo Governo, constitui, por isso, um contributo essencial do PCP — que importa potenciar ainda mais — para todo o debate político e das ideias. Fundamental para a abertura de alternativas políticas reais, que sustentem os interesses dos trabalhadores e de sectores sociais muito amplos, e que promovam os interesses nacionais, no actual quadro comunitário e global em que necessitam de ser activamente afirmados. Neste contexto, o PCP continuará a confrontar e desafiar o PS relativamente a importantes promessas não cumpridas, constantes do «Contrato de Legislação» e do «Programa Eleitoral».

3ª — Defender activamente uma política de desenvolvimento e de emprego, com direitos, com uma justa repartição do rendimento nacional e a defesa e preservação do ambiente. Uma política que defenda e valorize a produção nacional e estimule a dinamização do mercado interno. O PCP empenhar-se-á em lutar pela melhoria dos salários, reformas e outras prestações sociais, pelas 40 horas e combaterá os privilégios à finança e às actividades especulativas, e defenderá uma nova política fiscal, prosseguirá o seu combate ao crescente domínio do poder económico sobre o poder político e à privatização de empresas e serviços públicos, e intensificará a luta por um sector público forte e renovado e por serviços públicos de qualidade.

4ª — Sustentar a realização de reformas democráticas nas áreas da educação, saúde e segurança social, combatendo a desresponsabilização do Estado nestas áreas e o crescente negocismo privatizador e lutando pela melhoria de funções públicas e de prestações sociais essenciais para o nível e qualidade de vida e o futuro dos portugueses.

5ª — Lutar por um novo rumo para a construção europeia, por uma Europa de paz, cooperação e «coesão económica e social», por uma Europa de nações soberanas e iguais. O PCP juntará os seus esforços em convergência com outros partidos comunistas, forças de esquerda e progressistas a nível da União Europeia, na luta pelo emprego, pela redução do horário de trabalho, pelo nivelamento por cima das conquistas sociais e na luta contra o tráfico de droga e da toxicod dependência.

Uma confiante intervenção política e de massas junto dos trabalhadores e das populações

1. Na sequência dos resultados das eleições autárquicas, foi desencadeada uma intensa e articulada ofensiva que, no plano político e ideológico, tem procurado deturpar, caricaturar e denegrir aspectos essenciais da orientação da intervenção e do posicionamento político do PCP.

Essa ofensiva tem procurado, nomeadamente, apresentar o PCP como um partido que faria do PS o seu «inimigo principal» e adoptaria, perante o partido do Governo, uma atitude de intransigência e de recusa ao diálogo, que praticaria uma oposição cega e sistemática em relação à política do Governo e que, supostamente desprovido de um projecto e de propostas construtivas, estaria meramente acantonado na defesa de interesses sociais muito limitados.

O Comité Central salienta que tais acusações são frontalmente desmentidas pela orientação e acção do PCP, destinam-se a promover uma flagrante inversão de responsabilidades que proteja e absolva o PS, e representam novas expressões da fracassada ambição de arrastar o PCP para a cumplicidade com uma política cujas opções e eixos fundamentais sempre combateu.

O Comité Central considera oportuno recordar que os sucessivos entendimentos com a direita (ora com o PP, ora com o PSD, ora com ambos), que têm viabilizado as opções políticas fundamentais do Governo PS, longe de resultarem de qualquer estado de necessidade face a uma pretensa intransigência ou rigidez do PCP, antes resultam de uma escolha estratégica há muito feita pela direcção do PS, em estrita correspondência com o real conteúdo da sua política.

O Comité Central considera oportuno recordar que, sem prejuízo de uma firme demarcação face à política global do PS (essencial não apenas do ponto de vista do respeito pelos compromissos eleitorais do PCP, mas também para frustrar uma provável manobra da direita no sentido de vir a responsabilizar «a esquerda» e, portanto, também o PCP, pelo fracasso do Governo PS), o PCP nunca hesitou em se associar e concorrer, muitas vezes com os votos dos seus deputados, para a aprovação de medidas pontualmente positivas propostas pelo Governo ou pelo Grupo Parlamentar do PS, como foi o caso recente do Projecto de Lei sobre a IVG.

O Comité Central considera oportuno recordar que, como foi sublinhado no XV Congresso do PCP, e é sublinhado pelos factos, o que melhor define a atitude do PCP na sociedade portuguesa é, aos mais variados níveis de intervenção, o seu profundo empenho construtivo na solução dos problemas do povo e do País, a incomparável generosidade e dedicação que coloca ao serviço dos interesses populares o seu rico património de luta e reflexão sobre as grandes questões e problemas da sociedade portuguesa, a constante contribuição dos seus militantes para o fortalecimento das organizações sociais, a obra valiosa que há vinte e dois anos realiza no poder local, a sua qualificada intervenção no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, bastando lembrar a este respeito que, em sucessivas legislaturas, é quase sempre o PCP que, com um relativamente diminuto número de deputados, apresenta um maior número de iniciativas legislativas, visando dar resposta a sentidos anseios e preocupações dos portugueses.

2. A construção de uma alternativa é reconhecidamente um processo exigente e complexo. Exigirá uma sensível alteração da actual correlação de forças sociais e políticas.

No abrir de caminhos para a alternativa continuam a pesar, como factores incontornáveis, a força e amplitude dos movimentos e lutas sociais e o acerto e intensidade da intervenção política do PCP, na resposta aos problemas actuais da sociedade portuguesa, à política do Governo, aos posicionamentos dos restantes partidos.

É nesse sentido que o Comité Central apela à intensificação dos movimentos e lutas dos trabalhadores e das massas populares, em torno de problemas que quotidianamente os afectam, na exigência de uma nova política, como factor determinante para resistir à política de direita, alcançar a satisfação das reivindicações e abrir caminho a uma alternativa. O movimento sindical unitário, as comissões de trabalhadores, as associações de agricultores, de intelectuais, de estudantes, as colectividades e outras estruturas associativas e organizações sociais desempenham, neste processo, um papel fundamental.

Simultaneamente, o Comité Central considera da maior importância proceder a um aprofundado exame da situação so-

cial, da intervenção nas presentes circunstâncias dos diversos movimentos sociais e dos problemas das organizações que os suportam, das perspectivas que se abrem ao desenvolvimento das lutas de massas, e das orientações e da actividade dos comunistas que intervêm nesta esfera. Em conformidade, decide dedicar uma futura reunião a esses objectivos.

3. No contexto da actual situação política, e representando tarefas políticas de grande importância no ano em curso, o Comité Central destaca a necessidade da intensificação da luta por objectivos concretos e imediatos, e contra decisões e projectos particularmente gravosos anunciados pelo Governo.

Assim, é essencial o desenvolvimento da luta dos trabalhadores por aumentos salariais dignos, pelas 40 horas, em defesa da contratação colectiva, contra os despedimentos e a precarização das relações laborais, contra perigosas alterações da legislação de trabalho; dos estudantes e de docentes, contra a lei do financiamento do ensino superior público; dos professores, pais e estudantes, contra a imposição de uma lógica empresarial que põe em risco as escolas públicas do ensino básico e secundário e em defesa da sua direcção e gestão democráticas; das mulheres, contra discriminações e pela concretização da igualdade em todas as esferas da vida; dos reformados, pela melhoria das pensões, nomeadamente pela elevação significativa das mais degradadas; das populações, pela exigência de medidas efectivas de combate à toxicidade, ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais; e sublinha a urgência de se ampliar a oposição popular às privatizações, designadamente de empresas prestadoras de serviços públicos essenciais, e aos escandalosos aumentos de preços que estão a induzir.

A curtíssimo prazo, será necessário travar uma árdua batalha contra os projectos do PS e do PSD de alterarem, em sentido antidemocrático, a legislação eleitoral, designadamente a respeitante às eleições legislativas, de modo a impedirem a criação de círculos uninominais, cujo único real objectivo é o de pressionarem os eleitores no sentido da concentração de votos apenas no PS e no PSD, procurando diminuir a votação e a representação parlamentar do PCP.

O Comité Central, sublinhando a vantagem em que, vencendo as manobras dilatórias do PS, fique finalmente aprovada e entre em vigor a lei da criação das Regiões Administrativas no continente, considera, entretanto, indispensável que se alargue a consciência de que é por exclusiva responsabilidade do PS que, com alta probabilidade, poderá estar comprometida a concretização desta importante reforma democrática na presente legislatura. Com efeito, primeiro, ao ligar a regionalização ao processo de revisão constitucional, depois, ao ceder ao PSD na exigência de um referendo sobre uma reforma que está há 22 anos consagrada na Constituição, de seguida, ao fazer depender o referendo da actualização dos cadernos eleitorais, por via da absurda e ilegítima exigência de participação de 50% dos eleitores no referendo sobre a regionalização — todos os comportamentos e atitudes essenciais do PS têm sido no sentido de complicar e inviabilizar, na prática, o processo de criação das regiões administrativas. É, assim, inteiramente legítimo reafirmar a prevenção há muito feita pelo PCP de que o núcleo mais responsável da direcção do PS há muito tempo que desistiu desta reforma, e de que, nesta matéria, todos os esforços do PS estão concentrados apenas em encontrar um bode expiatório, ou em responsabilizar outros, pelo incumprimento desta sua destacada promessa eleitoral.

Em matéria de integração europeia, o Comité Central declara ser completamente inaceitável pelo nosso país o conteúdo da chamada Agenda 2000, que visa estabelecer o enquadramento político-financeiro do alargamento aos países do Leste da Europa. Pelos limites ao crescimento da despesa comunitária que estabelece, pela proposta de reforma dos fundos estruturais que contém, incluindo a exclusão da Região de Lisboa e Vale do Tejo do objectivo 1, e pelas reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e da Política Comum das Pescas que propõe, a Agenda 2000 significará, segundo estudos de insuspeitas instituições, que Portugal será, com o alargamento, o mais prejudicado dos actuais membros da União Europeia.

O Comité Central chama a atenção para que, quanto à adesão de Portugal à moeda única, toda a estratégia do Governo se baseia na sua apresentação como um facto consumado, ideia que as anunciadas campanhas de propaganda, em preparação a nível

nacional e comunitário, procurarão consolidar ainda mais fortemente, como forma de impedir o debate alargado das suas reais consequências e travar o avanço das reservas e da oposição que um tal passo já hoje suscita em largos sectores da opinião pública nacional.

É, entretanto, indispensável ampliar a denúncia e o desmascaramento do «referendo-fraude» que o PS e PSD anunciam sobre «matéria europeia» (ao proporem uma pergunta destituída de qualquer eficácia e desonestamente redigida para obter um «sim» esmagador), e prosseguir a exigência de um referendo em que o povo português se possa pronunciar sobre as questões mais relevantes que, de facto, estão em causa — designadamente a participação de Portugal na moeda única e a sua sujeição ao Pacto de Estabilidade.

O PCP considera, entretanto, completamente inaceitável qualquer ideia de realização de dois referendos na mesma data (designadamente sobre regionalização e matéria europeia), como pretendem o PS e o PSD — numa demonstração clara de que não estão interessados em garantir condições de clareza e seriedade ao exercício da soberania popular.

Como tarefa política especialmente urgente, o Comité Central salienta a importância de, com confiança, se desenvolver um vasto movimento de opinião democrática, no sentido de exigir a votação final da lei aprovada pela Assembleia da República em 4 de Fevereiro, despenalizando a interrupção voluntária da gravidez em certas condições, e denunciar a vergonhosa combinação feita entre a direcção do PS e o PSD para a realização de um futuro referendo sobre este tema, combinação cujo único resultado prático imediato seria o de paralisar a aprovação final da lei, defraudando as expectativas legitimamente criadas de um avanço positivo na solução de um grave problema que afecta as mulheres portuguesas, e desprestigiando, de forma ostensiva, a própria Assembleia da República.

Finalmente, condenando o seguidismo do Governo face aos EUA, o PCP prosseguirá a luta contra o envolvimento de Portugal na escalada agressiva contra o Iraque, apelando ao desenvolvimento de um diversificado movimento de oposição e protesto.

4. O Comité Central procedeu a uma primeira abordagem das linhas gerais do plano de trabalho e calendário de iniciativas do Partido em 1998, as quais perspectivam uma intensa e diversificada intervenção do PCP.

Desse conjunto, o Comité Central chama a atenção, pela sua importância, para as múltiplas iniciativas de comemoração do 77º aniversário do Partido (com destaque para o comício a realizar no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, a 7 de Março), para as iniciativas sobre o significado dos 150 anos do Manifesto Comunista e para a já anunciada realização da Festa do «Avante!» a 4, 5 e 6 de Setembro.

O Comité Central sublinha a especial importância de as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio constituírem uma forte afirmação dos ideais e valores progressistas e da luta pelos interesses e direitos dos trabalhadores e do povo português.

No ano em que se completam 150 anos sobre a publicação do Manifesto do Partido Comunista — documento marcante de uma nova perspectiva revolucionária de transformação social e de libertação humana e impulsor de um grande movimento de ideias, de combates e de lutas da classe operária, dos trabalhadores e dos partidos comunistas que mudou o rumo da história da humanidade — o PCP, convicto da força, da grandeza e da vitalidade dos seus valores e ideais, aberto para a vida e para o futuro, empenhado em afirmar, enriquecer e projectar a sua identidade e o seu projecto de democracia e socialismo para Portugal, tudo fará para continuar a honrar, e cumprir ainda melhor, as suas responsabilidades nacionais e internacionalistas de grande força da liberdade, da democracia e do progresso social, ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País.

15 de Fevereiro de 1998

O Comité Central
do Partido Comunista Português

O desafio está lançado!

■ JOSÉ SOEIRO
Membro da Comissão Política

O COMITÉ CENTRAL, na sua reunião de 14 e 15 de Fevereiro de que o nosso «Avante!» dá nota, propôs “... a todos os militantes e organizações do Partido o desenvolvimento de um vasto movimento de reflexão, debate, tomada de decisões e adopção de medidas, visando dar um novo e vigoroso impulso à concretização de orientações definidas no XV Congresso que se consideram essenciais para a redinamização, renovação e maior eficácia política da organização e intervenção do PCP, e para a ampliação da sua influência na classe operária e nos trabalhadores, na sociedade portuguesa”.

A cada um de nós de reflectir agora sobre o que fazer em concreto para levar por diante as orientações traçadas. A cada um de nós de reflectir sobre a atitude a tomar para que o “... **objectivo central de rasgar uma perspectiva mobilizadora e combativa de afirmação, crescimento e dinamismo do Partido, que seja sustentada pela sua maior e melhor presença e intervenção na sociedade portuguesa**” seja atingido.

Desde logo, para que tal seja possível, impõe-se deixar de olhar o Partido como algo exterior a cada um de nós. **Impõe-se combater a errada ideia de que “o Partido não vem cá”, ideia que conduz ao imobilismo de muitas das nossas organizações, bem como ultrapassar a errada postura de não reunir porque “não vem cá ninguém fazer a reunião”.**

É imperioso e fundamental que cada um de nós interiorize de uma vez por todas que o Partido começa em cada um de nós individualmente considerado. Que cada um de nós compreenda que a força e influência do Partido depende em grande medida da atitude que assumimos no dia-a-dia na relação com os nossos companheiros de trabalho, com todos aqueles com quem convivemos de uma ou outra forma, com os nossos amigos e vizinhos, com os nossos familiares. **O Partido não é uma entidade abstracta. Nós somos o Partido. De cada um de nós depende aquilo que é o Partido, a sua força, o seu saber, a sua capacidade de intervir na sociedade.**

Sejamos claros. O Partido não é mais forte, o Partido não é mais actuante, o Partido não tem mais influência política, social e eleitoral porque são muitos aqueles que, estando inscritos como membros do Partido, não têm, entretanto, uma intervenção militante no sentido de dinamizar as lutas e acções em torno dos problemas e aspirações das classes, sectores e camadas sociais a que estão ligados, bem como das comunidades onde se inserem.

E isso torna indispensável que nos interroguemos sobre o tempo que dedicamos e sobre o tipo de discussão que fazemos, nos organismos e organizações a que pertencemos, em torno dos problemas dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, dos quadros técnicos e intelectuais, dos jovens, das

mulheres, dos reformados e dos deficientes, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos desempregados...

Porque cada um de nós deve interessar-se por tudo o que se passa à sua volta. Saúde, ensino, cultura, habitação, transportes, ambiente, enfim, tudo o que diz respeito às pessoas, entre as quais nos incluímos, deve merecer a nossa atenção e servir de base à nossa reflexão partidária.

É preciso interrogar-nos sobre: Que tomadas de posição públicas assumimos? Que iniciativas promovemos, propomos e dinamizamos? Que esforços e que quadros destacamos para a concretização dos objectivos que nos propomos alcançar?

Que atenção dedicamos os organismos a que pertencemos à intervenção dos nossos camaradas no movimento sindical, nas organizações de agricultores, de mulheres, de jovens, dos reformados, das colectividades e outras associações, designadamente nas estruturas da CGTP, CNA, MDM, MURPI, no sentido de contribuir para o seu reforço e para uma correcta e eficaz intervenção em defesa daqueles que representam?

Que atenção dedicamos à intervenção dos nossos eleitos no poder local no sentido de resolverem ou contribuírem para a resolução dos problemas das pessoas que os elegeram? Que acompanhamento fazemos da sua ligação às populações? Que ajuda lhes damos para que cumpram da melhor forma as suas funções?

A verdade é que são muitos os que, entre nós, não cumprem sequer deveres elementares de um militante como seja pagar a sua quota, participar num organismo, comprar, ler e divulgar os nossos «Avante!» e «O Militante». São muitos os que não realizam a mais simples tarefa do Partido como seja assegurar a distribuição de alguma imprensa, cobrar alguma quotização ou participar numa simples acção de distribuição de propaganda. São muitos os que não participam nas reuniões e iniciativas promovidas pelo Partido e para as quais são convocados ou convidados.

Cabe a cada um de nós intervir para superar este tipo de situações. Cabe a cada um de nós desenvolver os esforços necessários para revitalizar e rejuvenescer as estruturas de base do Partido. Para que tal seja possível é necessário começar por participar na organização de base a que cada um pertence, contribuir para a eleição de organismos dirigentes com capacidade de direcção política e virados para a acção e para a luta de massas.

No Alentejo, procurando responder ao desafio lançado pelo Comité Central, realiza-se no próximo dia 28 de Fevereiro, com início às 10,30 horas, no Auditório do Centro de Formação Profissional de Portalegre, o Encontro Anual de Quadros do Alentejo que, estamos confiantes, constituirá um importante contributo para um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido.

O Partido está nas mãos de todos e de cada um de nós!

A cada um de nós de reflectir agora sobre o que fazer em concreto para levar por diante as orientações traçadas. A cada um de nós de reflectir sobre a atitude a tomar para que o “... **objectivo central de rasgar uma perspectiva mobilizadora e combativa de afirmação, crescimento e dinamismo do Partido, que seja sustentada pela sua maior e melhor presença e intervenção na sociedade portuguesa” seja atingido**



Henrique de Sousa ao «Avante!»

Comunidades portuguesas no estrangeiro querem menos palavras e mais soluções

«Muita parra e pouca uva» é a forma sintética como muitos emigrantes

caracterizam a conduta deste governo, que se tem distinguido «por um persistente trabalho de relações públicas, de viagens e presença junto das comunidades mas que prima por uma enorme falta de medidas concretas para responder aos problemas e aspirações dos emigrantes portugueses» - disse, ao «Avante!», Henrique de Sousa, membro do Secretariado do CC do PCP, que regressou no início de Fevereiro de um périplo por vários países europeus onde residem grandes comunidades de portugueses.

Em entrevista com este dirigente, cuja primeira parte publicámos no número anterior, abordamos os principais problemas da emigração portuguesa e os traços principais da política governativa.

— Os serviços consulares têm sido uma constante nos discursos do Governo. Há melhorias a assinalar?

— Não, e os maus exemplos não faltam, abundam. No Luxemburgo mesmo depois de uma manifestação de portugueses, em Dezembro passado, reclamando o reforço dos meios deste consulado que não tem capacidade para dar resposta à comunidade — o Governo e secretário de Estado não tomaram ainda qualquer medida para alterar a situação de carência de meios humanos e técnicos.

Na Alemanha não foi até agora atendida a necessidade expressa pelos emigrantes de descentralizar os serviços consulares, já que muitos portugueses se concentram em cidades de

pelos funções legais que lhe estão cometidas, podem vir a desempenhar um papel importante, prevendo, inclusive a eleição de representantes pelas comunidades portuguesas em cada área consular.

Esta falta de informação liga-se a uma profunda arrogância do secretário de Estado em relação aos membros do Conselho das Comunidades que continuam a não ter um estatuto reconhecido de intervenção e representação correspondentes ao cargo para que foram eleitos

— O ensino da língua portuguesa é outro dos problemas que preocupa os emigrantes?

— E é sem dúvida um dos maiores problemas. Segundo os números oficiais temos cerca de 4,7 milhões de cidadãos portugueses espalhados pelo mundo, contra um número na ordem das dezenas de milhares de crianças e jovens a aprender o Português. Ora, não é com remendos, nem medidas avulsas que se altera esta situação.

Pensamos que uma política de investimento qualitativo e quantitativo diferente, em meios humanos e financeiros para o ensino da língua portuguesa no mundo tem de ser complementada através de acordos discutidos com os governos de cada país que tenham em conta a especificidade dos sistemas de ensino e a situação das comunidades portuguesas. Não se pode tratar do mesmo modo uma comunidade concentrada num país pequeno como o Luxemburgo e uma outra disseminada como na Alemanha.

Estes acordos deviam ser depois complementados através da participação dos agentes do ensino da língua portuguesa no estrangeiro, entre outros, os professores, o movimento associativo.

— Falas na necessidade de facilitar o acesso dos jovens aos sistemas de cada país?

— Existem graves problemas de insucesso escolar que resultam de dificuldades no domínio das línguas dos países de acolhimento, na integração cultural e capacidade de apoio familiar. O próprio sistema de ensino que em vários casos não tem em conta as especificidades das comunidades emigrantes.

Se o insucesso escolar não for fortemente contrariado com medidas de política educativa, pedagógica e de integração das comunidades portuguesas, corre-se o risco de que sejam remetidos para as margens do sistema educativo muitos jovens portugueses que terão dificuldades acrescidas de integração no mercado de trabalho.

Este é já hoje o caso da Alemanha, onde boa parte dos imigrantes, muitos deles portugueses, são enviados para um sistema de ensino terminal básico, em detrimento da progressão escolar dos liceus e escolas técnicas que são as

Exploração desumana

«Hoje existem 50 mil trabalhadores portugueses destacados na Alemanha de leste que são vítimas de exploração desumana e ilegal, apesar dos esforços reconhecidos dos sindicatos alemães em cooperação com os sindicatos portugueses para lutar combater o fenómeno e aumentar o nível de informação. É uma situação que apenas serve os subempreiteiros e os seus verdadeiros patrões — as grandes empresas de obras públicas alemãs que evitam assumir encargos próprios e responsabilidades legais para rebaixar os custos de produção. Pensamos que o Governo deve legislar no sentido de criminalizar e penalizar fortemente os subempreiteiros portugueses que funcionam como capatazes das grandes empresas alemãs para fazer este trabalho sujo.

Por outro lado, deve ser feito um esforço combinado do Governo, dos consulados, dos sindicatos, das comunidades portuguesas, para informar estes trabalhadores sobre os seus direitos. Por exemplo, na Alemanha estes trabalhadores têm direito a um sistema de assistência social bastando para isso requerer autorização de estadia. O que sucede normalmente é que os empreiteiros não prestam esta informação e assim este direito não é exercido o que, em caso de desemprego, os coloca numa situação de desespero e de miséria.»



áreas mais qualificadas de ensino. No Luxemburgo, por exemplo, 53 por cento dos jovens abandonam o ensino sem diploma. Isto tem a ver com o facto do sistema de ensino ser extremamente selectivo e elitista, a par da utilização de três línguas veiculares, que criam dificuldades muito grandes a jovens oriundos das comunidades emigrantes.

— As comunidades portuguesas podiam ser também um veículo de divulgação da cultura portuguesa?

— Sim, mas o governo não tem dados passos nesse sentido. O que existe resulta sobretudo da iniciativa de agentes culturais das próprias comunidades portuguesas que vão afirmando o seu valor nas sociedades de acolhimento. Por exemplo, encontramos em Frankfurt um editor português que tem já mais de sessenta títulos sobre a cultura e literatura portuguesas traduzidos para alemão por sua iniciativa e sem qualquer apoio do Estado português.

O Instituto Camões mudou o seu presidente mais uma vez e

esperemos que traga verdadeiras alterações no seu funcionamento, embora não tenhamos grandes esperanças, uma vez que quando o anterior foi nomeado, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, assegurou que ele iria conseguir «o fim do caos». Afinal, não houve fim do caos, os problemas da falta de capacidade e iniciativa do Instituto Camões para coordenar uma política cultural portuguesa no mundo mantêm-se. Perguntamos: onde estão os cinco centros culturais prometidos no programa do Governo até ao final da legislatura?

O presidente empossado do Instituto Camões vem agora dizer que vai aproveitar as instalações há muito cedidas pelo governo do Luxemburgo para instalar um centro cultural, mas o facto é que até ao momento não se conhece nenhuma medida prática para ocupar as instalações com os equipamentos e recursos humanos necessários.

A lentidão da burocracia

«Em geral, a resposta dos sistemas de segurança social dos países onde vivem para a concessão provisória de reformas é mais rápida do que a resposta do sistema português aos pedidos de informação e instrução de processos que são em muitos casos necessários para converter as reformas atribuídas a título provisório em reformas com carácter definitivo. Enquanto, por exemplo, na Bélgica o sistema demora quatro meses para abertura do processo de reforma, a resposta do sistema português demora um ou dois anos. Pergunta-se se o Governo português, para além dos bonitos discursos, é ou não capaz de dotar o centro nacional de pensões e os serviços especializados da segurança social com os recursos humanos e técnicos que permitam responder rapidamente a um volume de processos que tende a aumentar à medida que a emigração portuguesa vai envelhecendo.»

pequena e média dimensão e encontram-se afastados dos consulados existentes. Se houvesse vontade por parte do Governo, os serviços podiam facilmente utilizar instalações de associações existentes. A Holanda é outro caso de desfasamento: enquanto o grosso dos portugueses reside em Amsterdão o consulado está sediado em Roterdão.

— O novo regulamento consular vai mudar a situação?

— Quanto ao novo regulamento consular que veio substituir um outro datado de 1920, o que encontramos foi um generalizado desconhecimento, incluindo por funcionários dos próprios serviços consulares. Não foi ouvido o Sindicato representativo dos trabalhadores consulares, não houve discussão com os funcionários dos serviços consulares que têm o conhecimento e experiência no terreno, nem o movimento associativo das comunidades ou os conselheiros das comunidades.

Nenhum dos agentes ligados à emigração portuguesa conhece o conteúdo do novo regulamento consular, designadamente no que respeita à criação de comissões de acção social e cultural que,

Servilismo e demissão

«Não se conhece nenhuma reacção do Governo português em relação à Holanda que continua a exigir dos emigrantes uma verba de 500 florins para aquisição do título de residência definitivo (cerca de 50 contos), e que tem sido objecto de fortíssimos protestos e da intervenção dos nossos deputados no Parlamento Europeu.

O governo holandês pretende agora também excluir os emigrantes originários da União Europeia do âmbito da lei de retorno que concede aos que quiserem regressar aos seus países de origem apoios significativos e uma compensação salarial mensal de quase 100 contos. A comunidade portuguesa exigiu que o Governo português intervisse contra esta exclusão, mas apenas se conhece a resposta do secretário de Estado que afirmou que isso era assunto da Holanda, recusando-se a assumir uma atitude de pressão e negociação para contrariar essa discriminação.

A boleia da cidadania europeia pretende-se recusar aos emigrantes direitos e protecções especiais que sempre estiveram associados à sua condição de emigrantes e aos problemas especiais que enfrentam em caso de regresso aos seus países. Não é pelo facto de serem cidadãos europeus que terão menos problemas de integração. Ou seja, a cidadania europeia não veio por si só resolver nenhum dos problemas que se colocam aos emigrantes.»

■ Zillah Branco

Máscaras da elite

No fim deste século, a elite saiu vencedora contra as batalhas pela criação de uma sociedade democrática. Ou seja, a democracia foi esmagada. Mas, como se trata da única bandeira aceitável num sistema de mercado livre e liberal, os donos do poder apresentam-se como democratas deturpando as noções de Liberdade, Igualdade e Fraternidade de acordo com as suas conveniências. Teoricamente, prezonizam a participação de todos, desde o sufrágio universal até às conquistas assinaladas na carta dos Direitos Humanos, mas na prática fazem exactamente o contrário.

As modernas sociedades, hoje, reduzem a responsabilidade do Estado em relação à população e incentivam a criação de formas de socorro social para os grupos mais desesperados. Bela democracia! Todos pagam impostos, todos votam, todos cumprem as leis, mas só os que detêm os recursos económicos é que podem ter a vida assegurada. Os restantes, a grande maioria, desespera e recebe as esmolas do sistema paternalista.

A evolução das sociedades é lenta e o que parecia uma mudança radical em todo o mundo ocidental com a Revolução Francesa ainda não está implantada, depois de 200 anos, nos regimes políticos. Apesar de ter alterado o conteúdo dos conceitos culturais que têm formado as gerações destes dois últimos séculos é letra morta na acção concreta das instituições políticas.

O conhecimento das ciências humanas avançou, provando a validade dos conceitos democráticos para assegurar a melhoria das condições de vida de toda a humanidade. O entendimento entre povos com culturas diferentes comprovou a importância do intercâmbio de ideias assim como a igualdade entre pessoas de raças diferentes. O esclarecimento das pessoas demonstrou a irracionalidade nas discriminações por sexo, por idade, por condição física, por situação socioeconómica, por origem racial, por diferenças culturais, religiosas ou políticas. Através do ensino, foram transmitidos mundialmente os sinais da mudança de mentalidades necessária ao desenvolvimento das sociedades com mais justiça, isto é, com Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

O que não mudou foi o uso e abuso do poder. Hoje, o autoritarismo, a mentira, a hipocrisia, estão acobertadas pela bandeira da democracia

que as elites agarram com unhas e dentes para apagarem a memória das lutas dos trabalhadores que em todo o mundo denunciaram a exploração e abriram caminho para o socialismo. Destruída a potência socialista, roubaram-lhe a bandeira.

Perspectivas diferentes

Howard Fast, escritor comunista norte-americano, discorreu sobre as várias contradições que surgem na luta social entre pessoas que visam os mesmos objectivos. No seu livro «Poder», sobre a vida dos mineiros de carvão e a sua luta sindical contra o patronato apoiado pelo sistema político norte-americano da década de 20, analisa a evolução do líder sindical Ben Holt e as pressões que o levaram a ser mais duro que o desejável para poder vencer no terreno do inimigo. No diálogo entre o líder e o jornalista que o apoia confrontam-se duas posições: *a de quem viveu e sofreu a luta dos mineiros e a de quem se solidariza com eles condoído com as injustiças presenciadas*. Quem aderiu a uma causa sem viver a sua realidade, chora as situações dramáticas a que assiste e capitula diante das ameaças de maiores sofrimentos, renunciando à defesa da estratégia revolucionária a longo prazo. Esta debilidade existe em quem vê saídas particulares para cada caso, em quem acredita que mesmo dentro da classe dominante exploradora existem alternativas favoráveis aos explorados, quem procura soluções individuais. Quem sempre viveu sob a exploração sabe que não há qualquer saída digna fora da sua situação de classe.

Pode pensar-se que, à luz das experiências históricas na implantação dos regimes socialistas e nos erros que conduziram

à destruição da União Soviética e dos países que dela dependiam, aquela posição descrita por H. Fast seria sectária e dogmática. Muito aprendemos na tática de luta que passa por cedências quando não há força para prosseguir o caminho estratégico traçado. Mas, pelo que se tem visto desde o desastre gorbachoviano, hoje o dogmatismo e o sectarismo pesam a favor da conciliação. Uma coisa é renunciar a determinada acção, outra é renunciar aos princípios que estão na base da estratégia de luta.

Não teria razão o mineiro Ben Holt ao dizer que necessariamente quem luta por uma causa, para cumprir uma estratégia a longo prazo, não pode deixar-se levar pelo sentimento imediato que impõe a renúncia? Quantas vidas foram sacrificadas para que as conquistas colectivas pudessem ser alcançadas! Os sacrifícios não foram inúteis, foram a vitória do colectivo sobre o egoísmo individualista. Passada a euforia dos que desejavam a queda do socialismo começa a renascer o respeito pela história de luta que enobreceu a humanidade face à degradação que hoje proliferou em todo o mundo.

O preço da demagogia

Bem vistas as coisas, não foi a insensibilidade (ou a deliberada traição) de Gorbachov e seus seguidores que condenou a população da antiga URSS ao caos terceiro-mundista de hoje? E o desmoronamento do sistema socialista não foi responsável pelo abandono em que foram deixados os trabalhadores de todo o mundo diante da crise de crescimento do sistema capitalista e do poder absolutista das elites?

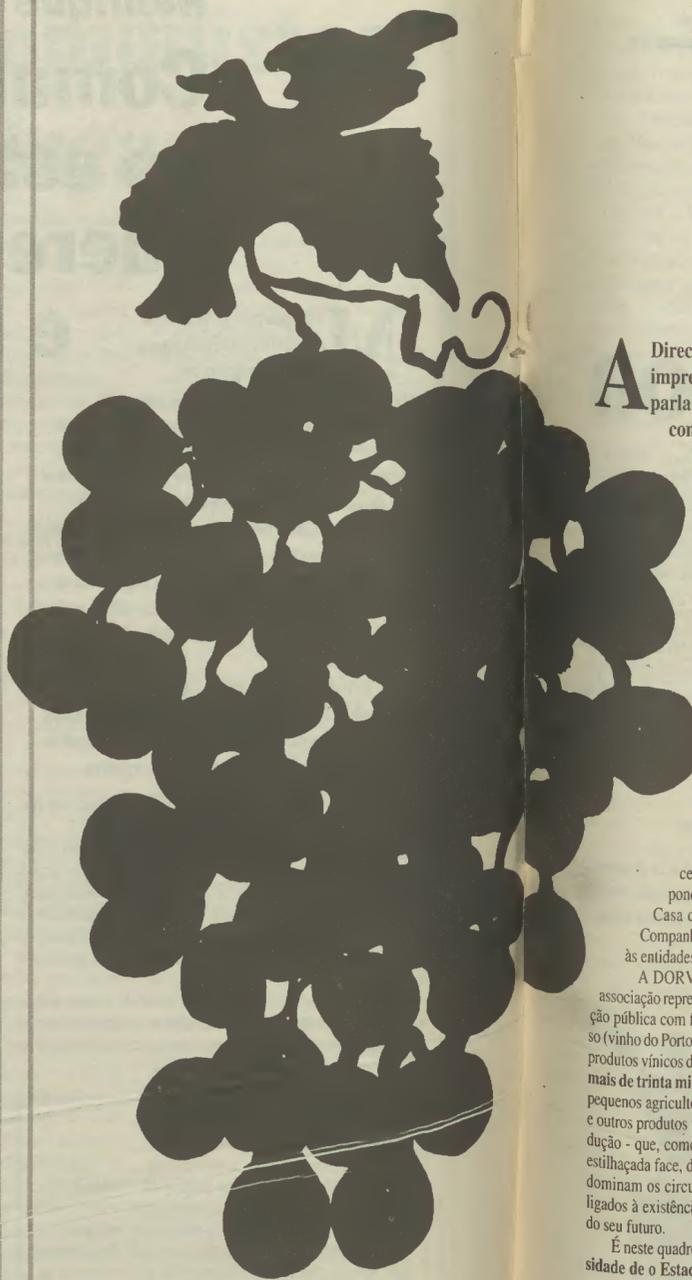
A utilização da demagogia e da falsa bandeira democrática ficou assinalada quando Gorbachov se aliou a Reagan numa operação de salvamento de uma baleia que encharcava no gelo ártico. Seria um belo acto ecologista se, ao mesmo tempo, suspendessem a poluição industrial que ameaça o planeta. Mas a farsa negava a coerência. Em relação à produção química levaram em conta e prazo necessário à recuperação do capital investido deixando as indústrias poluírem

por mais dezenas de anos, enquanto que quanto ao sistema socialista desprezaram as conquistas sociais e as vidas humanas destruindo-o e enfraquecendo a classe oprimida em todo o mundo.

Porque a aliança entre capitalistas, que se dizem democratas, e dirigentes dos países socialistas não se deu para salvar do desemprego os trabalhadores, da fome os povos empobrecidos, do domínio da droga a juventude? Talvez seja uma resposta simplista, mas a razão foi exclusivamente a defesa do poder económico-financeiro da elite. Condoeram-se com um sofrimento imediato (da baleia) mas não quiseram enfrentar o problema global e a longo prazo que afectava 4/5 da população mundial. Foi uma opção individualista, demagógica e criminosa.

O resultado deste espírito conciliador traduz-se hoje em regimes políticos dirigidos por elites que defendem a sua hegemonia e privilégios enquanto alimentam o proteccionismo social para dar esmolas aos sectores desesperados da sociedade - vítimas da Sida, crianças violentadas, jovens desempregados, pessoas solitárias, idosos abandonados e tantos outros. É a negação dos Direitos Humanos, da Liberdade, Igualdade e Fraternidade; em suma, da democracia.

Vivemos sob o império da hipocrisia. Ao anunciar a visita do Papa a Cuba, foi afirmado tratar-se de uma «missão pastoral». Ao voltar para o Vaticano, o Papa declarou «esperar que esta visita tivesse o mesmo efeito que quando foi à Polónia». Como se sentirão os fiéis da Igreja Católica ao verificarem que em nome de Deus são praticadas as manhas políticas mais comestíveis? Foi mais um golpe duro na pouca confiança que hoje ainda resta para muitos.



Querem destruir a força dos viticultores

A Avidouro não retira as críticas que tem feito à gestão da Casa do Douro. Mas sublinha que esta continua a ser uma força dos produtores, essencial para resistir aos que querem dominar a produção do vinho do Porto, como já dominam o comércio.

«A ruptura no processo de viabilização económico-financeira da Casa do Douro, anunciada pelo ministro da Economia, é completamente inaceitável pelos viticultores durienses», declara a Comissão Directiva da Avidouro - Associação dos Viticultores Independentes do Douro.

Num comunicado que divulgou na semana passada, a Avidouro critica duramente a atitude do ministro Pina Moura e refere «um conjunto de manobras pouco claras» que se seguiram à decisão governamental: «Aos jornais chega a ideia de que o Governo, através do Instituto do Vinho do Porto, poderia vir a comprar a Casa do Douro, caso a hasta pública vá para a frente. Outra notícia fala que uma desconhecida Associação de Agricultores de Trás-os-Mon-

«Há mouro na costa», alerta a DOR de Vila Real do PCP

É imperioso defender a Casa do Douro

A Direcção da Organização Regional de Vila Real deu uma conferência de imprensa, na quarta-feira, dia 11. Na véspera, ficara concluída a audição parlamentar que o PCP promoveu na Assembleia da República, com a presença dos ministros da Economia e da Agricultura, e a 22 de Janeiro fora ouvida a Direcção da Casa do Douro.

Para os comunistas do distrito, não se descorriam razões de vulto que justifiquem a súbita decisão do Governo de ruptura do processo de viabilização da Casa do Douro.

Tal atitude leva o PCP a prevenir que «há mouro na costa», isto é, há outros e grossos interesses e objectivos por trás da decisão do Governo que não a pobre justificação do ministro da Economia, bem patente na obstinada recusa de procurar outra saída para o processo ou, pelo menos, ouvir o que tem a dizer a Comissão criada pelo Conselho Regional de Viticultores».

Amplas repercussões

A decisão do Governo de romper com o processo de saneamento financeiro da Casa do Douro, pondo termo ao envolvimento do IPE no acordo entre a Casa do Douro, a Copfisa e a família Silva Reis (Real Companhia Velha), não é uma questão que diga só respeito às entidades directamente envolvidas no caso.

A DORVIR do PCP salienta que a Casa do Douro, como associação representativa dos viticultores durienses, e como associação pública com funções de regulação do mercado do vinho generoso (vinho do Porto) e de controlo da produção e certificação dos outros produtos vínicos da região, tem a seu cargo a defesa dos interesses dos mais de trinta mil produtores, a maioria dos quais pequenos e muito pequenos agricultores. O prestígio e a valorização do vinho do Porto e outros produtos vínicos, bem como a representação unitária da produção - que, como o próprio Governo diz reconhecer, não pode ser estilhaçada face, designadamente, às grandes casas exportadoras que dominam os circuitos de comercialização -, estão intrinsecamente ligados à existência da Casa do Douro, à sua defesa e à viabilização do seu futuro.

É neste quadro que o PCP sempre defendeu e avaliou a necessidade de o Estado contribuir para o saneamento financeiro da

Casa do Douro, tendo em conta, além do mais, que uma parte significativa das dificuldades financeiras da secular instituição duriense resultou de medidas de política governamental, designadamente dos governos do PSD. O protocolo de saneamento financeiro, assinado em Dezembro, entre o Governo e a Casa do Douro foi um passo positivo nesse sentido. Desse protocolo resultaram acordos concretos que permitiram regularizar as dívidas da Casa do Douro à banca, à Caixa Nacional de Aposentações e ao fisco, no valor de mais de vinte milhões de contos, e sem «afecção de dinheiros públicos», como reconhece o próprio Governo. É por isso que é legítimo estranhar a repentina intransigência do Governo na negociação do último acordo - que abria caminho para solucionar as questões emergentes resultantes da compra das acções da Real Companhia Velha -, exactamente aquele e que sempre se opuseram os interesses das grandes casas exportadoras e alguns grandes produtores. Estamos a falar do acordo pelo qual o IPE garantia à Copfisa o pagamento da dívida de três milhões e meio de contos da Casa do Douro, resultante da compra daquela das acções da Real Companhia Velha, comprometendo-se a Casa do Douro a liquidar ao Estado esse valor no prazo de quatro anos.



Três perguntas

Independentemente dos incidentes do percurso negocial, há perguntas que exigem uma resposta clara do Governo, afirma a Direcção Regional do PCP, que adianta três questões:

- Por que é que, dispondo o ponto 13 do protocolo assinado entre o Governo e a Casa do Douro que os bens a dar por esta como garan-

te do cumprimento da dívida ao IPE seriam «bens imóveis disponíveis do seu património», o Governo, estranhamente, impôs, violando o protocolo, que fossem exactamente as acções da Real Companhia Velha?

- Por que é que, mesmo sendo as acções, o Governo opta pela figura da *dação* em cumprimento (que implica a transferência da propriedade das acções para o IPE e o afastamento da Casa do Douro do exercício dos direitos sociais na Real Companhia Velha, pelo menos durante os anos de vigência do contrato) e não, por exemplo, pela figura do *penhor* que, constituindo igualmente um meio de garantia do contrato, mantinha a titularidade das acções e o exercício dos respectivos direitos na Casa do Douro? Isto é, por que é que o Governo está tão interessado em criar um quadro que afaste a Casa do Douro da Real Companhia Velha, como sempre defenderam os sectores ligados à grande produção e ao comércio exportador?

- Por que é que o Governo insiste para a Casa do Douro reaver as acções, em condições e prazos de pagamento que sabe, à partida, que só muito dificilmente a Casa do Douro poderá cumprir (atentos os outros acordos em que o Estado participou), criando as condições para a Casa do Douro, ou perder definitivamente as acções, no caso de incumprimento, ou obrigá-la a não aceitar o acordo e com isso acionar de novo o processo de execução fiscal do seu património posto pela Copfisa?

Legítima suspeição

A Direcção Regional do Partido nota que estas questões não foram respondidas de forma inequívoca no decorrer da Audição Parlamentar e, por isso, legitimam a suspeição de que, por detrás da repentina decisão do Governo de romper o acordo, estão outras intenções.

Esta suspeição é tanto mais legítima - afirma a DORVIR - quanto, coincidindo estranhamente e de imediato com a decisão do Governo, surgem movimentações na Região Demarcada do Douro que, envolvendo grandes produtores e organizações ligadas à CAP (que há muito acalenta a aspiração de dominar a Casa do Douro) pretendem adquirir por tuta e meia o seu património, construído com o sacrifício de gerações e gerações de durienses, e assegurar, em negociações com o Governo, a transferência das suas funções para uma futura autodenominada «Associação de Agricultores e Viticultores de Trás-os-Montes e Alto Douro».

Como foi sublinhado na Audição Parlamentar, refere o texto divulgado na conferência de imprensa, o Governo não pode ter dois pesos e duas medidas. Não pode continuar as negociações com o Grupo Grão-Pará/Autodril/Autódromo de Cascais, que acusou o Governo de ilegalidades e o ministro de ter mentido, e romper com a Casa do Douro, por esta ter escrito sobre as dificuldades em cumprir o acordo. A não ser que, para o Governo e o seu ministro da Economia, pesem mais os interesses do grande capital privado que os interesses de trinta mil viticultores durienses.

A DORVIR criticou igualmente o triste papel de ministro da Agricultura que, depois de se ter deixado marginalizar em todo este processo, veio proferir afirmações que mostram uma terrível ignorância sobre a região duriense e um brutal desprezo pelos interesses dos agricultores, que devia defender contra ventos e marés.

O PCP exige do Governo a urgente alteração do seu comportamento e, face à disponibilidade da Casa do Douro, manifestada na Assembleia da República, para assinar o acordo, desafia o Governo a cumprir os protocolos assinados em Outubro e Dezembro de 1996, num quadro de condições que assegurem a viabilidade económico-financeira e o futuro da Casa do Douro, como legítima representante unitária dos viticultores durienses. O PCP exorta os produtores do Douro à abertura de um debate na região visando defender e assegurar o futuro da Casa do Douro, reclamar do Governo o cumprimento dos acordos e impedir que a representação da viticultura duriense possa vir a cair nas mãos de interesses estranhos à região e, em particular, de interesses estranhos aos pequenos e médios produtores.

tes alargaria o seu âmbito ao Douro e poderia vir, também ela, a comparar a Casa do Douro, para o que contaria já com a garantia bancária de um milhão de contos! E outras vezes, em geral de grandes produtores, fizeram saber da sua indignação, não contra o Governo, mas contra a Direcção da Casa do Douro, a quem aconselharam que se demita.»

Para a Avidouro, estes factos representam, «mais uma vez, a tentativa de liquidar a Casa do Douro como forma organizada dos 30 mil viticultores durienses».

Velho objectivo

Tal destruição é «um velho objectivo das multinacionais exportadoras de Gaia, com o apoio dos senhores do Douro», denuncia a associação, sublinhando que, «para lá de erros de gestão e decisões que podemos criticar, a actual direcção da Casa do Douro tem um mérito inegável: até hoje não pactuou com esse objectivo» e «tem lutado e resistido aos que querem efectivamente destruir a Casa do Douro como força da produção, como força da unidade dos agricultores do Douro, que é essencial para

fazer frente aos interesses daqueles que querem mandar na produção», «querem estabelecer o domínio absoluto sobre toda a fileira vitivinícola, desde a cepa ao cálice».

Este objectivo foi tentado, recorda a Avidouro, pelo primeiro Governo de Cavaco Silva, mas a alteração das leis que regulavam a organização institucional da região duriense foi chumbada pelo Parlamento. Mais tarde, no final da sua governação, Cavaco Silva «voltou à carga e, antes de ir embora, criou a Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro, que é já a causa do pesado fardo das recentes taxas aplicadas à produção no Douro e que o PS, na altura na oposição, contestou e prometeu rever».

A Avidouro informa que, «com o apoio da CNA, realizou recentemente reuniões em Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião, Régua, São João da Pesqueira, Foz Côa e Murça, com a participação de mais de um milhar de lavradores, onde alertou e denunciou os perigos da actual situação». Realçando que «a Casa do Douro não é uma associação qualquer», a Avidouro afirma que «os viticultores durienses não deixarão de responsabilizar este Governo e aqueles que, por omissão ou participação activa, na região ou fora dela, o apoiarem na inviabilização do saneamento financeiro da Casa do Douro».

EM FOCO

14 **Formação,
trajectória
e fim
do Império Britânico**

■ Manoel
de Lencastre



Como sempre na estratégia do general Sir Arthur Wellesley (Wellington), a batalha do Buçaco não foi um conflito aberto, total e frontal. O comandante supremo dos exércitos britânico e português escolheu o terreno e as condições em que se oporia ao avanço das forças da terceira invasão napoleónica e, convenientemente, preparou a fuga no caso de as consequências do fundamental encontro entre as duas formações militares que eram dois mundos lhe não ser favoráveis. Essa fuga poderia desenhar-se a dois tempos: no primeiro, os dois exércitos aliados procurariam atingir o santuário constituído pelas fortificações de Torres Vedras; no segundo, se o exército francês conseguisse ultrapassar e vencer aquele imaginoso e, na verdade, impenetrável dispositivo, Wellington reembarcaria as suas tropas e abandonaria Portugal a não sabemos que destino.

Entretanto, quase inexplicavelmente, Massena «colaborou» na realização dos planos do general inglês. Desrespeitou, como se impulsionado por estranhas forças de um inevitável destino, todos os princípios estratégicos fundamentais definidos por Napoleão e pelo próprio Turenne e fez tudo o que um grande general não deveria fazer. Era um homem gasto. Já tinha vivido glórias máximas em históricas campanhas. Até certo ponto, pode dizer-se que Massena se considerava diminuído na qualidade de comandante do «Armée du Portugal». A sua arrogância de Marechal napoleónico levava-o a reduzir a zero o potencial do exército português e a assumir com ligeireza indesculpável a derrota das forças britânicas.

«Apanhem o Leitão!»

«Vêm aí os franceses!» Eis o angustiado grito que começou a ouvir-se em todo o Portugal. A cidade do Porto entrava em pânico. Lisboa conhecia momentos da mais dolorosa indecisão. Exigia-se uma batalha. Wellington apenas oferecia uma estratégia que o não expusesse. Ciudad Rodrigo rendera-se a 11 de Julho de 1810 e Ney progrediu rapidamente na direcção de Almeida. Craufurd, no comando da divisão ligeira (4.000 soldados de infantaria, incluindo caçadores portugueses, 1.100 de cavalaria e seis peças de artilharia), tinha ordens para não se arriscar em quaisquer combates para além do Côa, mas decidiu fazer frente ao marechal francês e foi colocado em posições desguarnecidas. O que o salvou da destruição foi o extraordinário facto de que o corpo de cavalaria de Montbrun não recebia ordens directas de Ney mas sim e só de Massena, que se achava longe. Nestes estranhos termos, Montbrun não se mexeu e a divisão ligeira conseguiu, precariamente, atravessar a estreita ponte de Castelo Bom. Mesmo assim, após dois dias de chuva e temporal do Nordeste de Portugal, quando Craufurd se retirou para o Carvalhal, na margem esquerda do rio Pinhel, contou com 318 baixas (44 portuguesas). Em Celorico não se falava de outra coisa — Almeida caíra, finalmente, para os franceses, depois da explosão do paiol da velha praça forte portuguesa. Havia 40 vítimas soterradas sob os prédios desabados. O 24º regimento fugira para o inimigo. Às dez horas da noite de 27 de Agosto, o coronel Cox assinou a rendição e entregou-se

aos franceses. Wellington mandou retirar a infantaria para a zona do vale do Mondego. A cavalaria manteve-se diante de Celorico e na cidade da Guarda ficou apenas um pequeno posto de observação. Podia dizer-se que o exército aliado se contraía para que os invasores penetrassem o nosso país. E, como se compreende, a agitação e o nervosismo passam a dominar o clima político e militar português. A ira nacional para com os franceses completava-se com uma intensa fúria dirigida aos ingleses. Criticavam-se, intensamente, o sarcasmo de Wellington, o seu cauteloso manobrar. Mas as responsabilidades do general não eram poucas. Do quartel-general de Gouveia, emitem-se ordens constantes para todo o país a um ritmo diabólico. Wellington preocupa-se com operações de espionagem e contra-espionagem. Suspeita de oficiais portugueses em serviço no regimento de Cavalaria do general Fane (corpo do exército de Rowland Hull) e manda vigiar, especialmente, um criado que é portador de mensagens vindas de Lisboa. De repente, ordena: «Apanhem o criado. Deve ser conhecido na polícia. Logo que chegue a Lisboa, capturem-no como espião e apreendam-lhe os papéis.» Noutra situação, grita: «O homem que preparou e forneceu abastecimentos aos franceses chama-se Leitão. Prendam esse Leitão!»

«Novos ministros têm má cabeça»

O abandono de Ciudad Rodrigo e a perda de Almeida fervem no ânimo português. Lisboa e uma cidade vigiada por multidões de informadores. Todos correm a dizer o que sabem e o que ouviram soldados dos dois batalhões da milícia da capital discutem nos cafés as últimas notícias. E conclui-se que é preciso impedir os ingleses de fugir. Os batalhões em questão devem, portanto, ocupar os fortes que são parte da defesa de Lisboa e, particularmente, o de São Julião. Mas Wellington, avisado por Peacocke, manda integrar as milícias no corpo de exército de Beresford e insiste no aumento da vigilância policial. Acusa de loucura «as multidões de Lisboa» e de pusilanimidade o governo. «Devo dizer», escreveu a Charles Stuart, embaixador britânico, «que atribuo a agitação que lavra em Lisboa à conduta do governo e, em especial, à dos seus novos membros. Não que possuam más intenções mas, o que é pior, más cabeças. Se estes loucos não podem ser mantidos em ordem, devemos mandá-los embora. O que proponho é que os cafés de Lisboa sejam fechados ao pôr do sol, que as assembleias de gente desordeira sejam dispersas e que se façam circular patrulhas

na cidade, hora a hora, de dia e de noite». Em carta dirigida a Beresford, a 11 de Setembro, afirma: «Descobri que o senhor Sodré é pessoa suspeita. O mesmo quanto ao Lemos e ao Mouzinho».

Por fim, a 15 e 16 de Setembro, a invasão francesa ganhou forma. Massena invadiu pela Guarda e por Marçal do Chão. O tenente-general Cotton, que comandava a zona da Guarda retirou para Celorico. Viam-se camponeses correndo através dos campos, caminhos e estradas. Esboçava-se aquilo que seria a fuga de todo um país dentro do seu próprio espaço geográfico. Portugal vai fugir para Lisboa. Belmonte já estava

ocupada. A 17, Wellington surge em Vila Doce. Depois, em Sampaio. A 18, vai para Cortiço. O general Pack, no comando de tropas portuguesas, recebe ordens para marchar sobre Santa Comba Dão, por Mortágua e Botão. Vive-se numa enorme angústia em Viseu. Correios especiais partem para Lisboa. Craufurd recebe instruções para coordenar os seus movimentos com os do general Pack. Hill, Leith, Le Cor estão já em movimento para se juntarem a Wellington na capital do Mondego. «Coimbra está a salvo!», é a mensagem do momento. Mas os franceses chegam a Viseu onde estabelecem o respectivo quartel-general. Começava, então, o recuo estratégico das tropas anglo-portuguesas cuja finalidade consistia em provocar o desgaste do exército de Massena e atraí-lo à zona fatal de Torres Vedras.

A doida atmosfera da guerra

A 22 de Setembro, quando Wellington havia já decidido que a serra do Buçaco constituía uma ideal posição para oferecer uma batalha defensiva aos franceses, a guarda avançada



Soldado do 2º Reg. de Infantaria de Linha Francês — Batalha do Buçaco



Soldado do Bat. Caç. 4 — Batalha do Buçaco

das formações de Hill e Pack ainda se encontrava em Mortágua mas as divisões de Leith, Picton e Cole já tinham chegado ao Buçaco. Spencer, com tropas portuguesas em reforço da sua divisão, ocupa a zona da Mealhada. Do alto da serra do Buçaco observa-se perfeitamente a estrada da Mortágua que abre para o Porto. Todas as tropas aliadas começam, gradualmente, a tomar posições à volta dos lugares estratégicos definidos pelo Estado-Maior e pelo comandante supremo. Alde-

EM FOCO

as, lugares como Loredó, Carmos, Contenças, Palheiros, Santo António do Cântaro, Nossa Senhora do Monte, Gondolins, Carvalho, S. Miguel, a Moita, o Vale da Laranjeira e, evidentemente, Penacova, conhecem a doida atmosfera da guerra. E Viseu era uma cidade aberta e abandonada, ferida e triste.

Os franceses procederam ao reconhecimento de toda a zona. Mas, na falta de guias de confiança, decidiram que lhes estaria vedado o caminho para Coimbra, de onde marchariam contra Lisboa, sem a ultrapassagem da serra onde as forças de Wellington se haviam concentrado. Massena poderia ter evitado o Buçaco e, pela estrada de Boialvo, ganhar a antiga estrada real para Coimbra. Também poderia ter reatrevessado o Mondego e passar a serra de Mucela. O príncipe de Essling, porém, resolveu atacar o exército anglo-português subindo a serra do Buçaco, travando batalha em posições extremamente difíceis – que estranho e fatal propósito!

O exército napoleónico saiu de Viseu a 24 de Setembro. A 26, encontra-se diante da serra do Buçaco e produzem-se logo escaramuças em que participa o regimento nº 4 de caçadores portugueses. O 6º corpo de exército francês (Ney) toma posição ao centro, o 2º à esquerda (Regnier) e o 8º (Junot), ligeiramente recuado, assume-se como força de reserva. Tratava-se de uma força militar impressionante. Mas deparou com não menos impressionantes formações anglo-portuguesas dispostas no terreno de maneira inteligente e astuta. Wellington aceitou batalha, sim, mas no momento e no terreno por si escolhidos. Assim, as tropas de Rowland de Hill, formam à direita, junto ao rio; à esquerda de Hill colocavam-se os regimentos da divisão Leith, que incluíam destacamentos portugueses, enquanto a divisão do general Picton, incorporando os regimentos portugueses de Infantaria 9 e 21 (Champalimaud), se posicionavam frente ao 6º corpo de exército de Regnier. A divisão de Brent Spencer e a 4ª divisão comandada por Lowry Cole, com a divisão ligeira (Craufurd) e as brigadas de Colman e Pack (com diversos regimentos portugueses) constituíam a esquerda dos aliados e formavam cerca de um quilómetro mais adiantadas. Por seu lado, os regimentos portugueses de Infantaria 7 e 19 e Caçadores 2 (Colman), os de Infantaria 6 e 18 e Caçadores 6 (Campbell) e os de Infantaria 11 e 23 (Collins), estes da divisão comandada por Cole, formavam directamente face às impressionantes tropas de Ney. O mesmo sucedia com as forças da divisão alemã comandadas por Low.

As forças em presença nesse memorável dia 27 de Setembro de 1810, alongavam as respectivas posições numa linha de cerca de 14 quilómetros. Entre Regnier e a formação principal do general Picton, que fazem parte os regimentos de Champalimaud, está o lugar de Sto. António do Cântaro. À esquerda e à retaguarda dos portugueses de Colman acha-se o convento do Buçaco e, mais atrás ainda, a povoação da Luz. E à esquerda das posições ocupadas pelo general Campbell, o Salgueiral. Mas estas povoações, agora que a grande batalha se desenha, não passam de simples nomes, referências que os Estados-Maiores assinalam nos mapas. Não está lá viva alma. Os exércitos, as massas de soldados cujo sangue vai começar a correr, acabam de penetrar um mundo que a ninguém mais pertence. Paire no ar uma atmosfera de inevitabilidade. Um indiscutível destino vai abrir-se diante de todos: diante de Portugal, da França e da Inglaterra, diante de todos os homens de todas as nações.

A batalha do Buçaco

Ney sugeriu logo que não se travasse a batalha naquele sítio desfavorável. Massena, às sete da manhã, deu ordens para o início das hostilidades. A divisão do general Merle consegue

chegar ao cume da serra. Mas sofre ataques desesperados das forças de Picton e Leigh (incluindo o 8º regimento de Infantaria portuguesa comandado pelo inglês Douglas). O conhecido general Foy é ferido em combate e a 3ª divisão aliada (Picton) começa a dispersar-se. Os 88º e 45º regimentos britânicos lutam furiosamente apesar do esfrangalhamento das suas forças que o 8º regimento português compensa. Para as unidades de Regnier que lutam no alto da serra, a estrada de Coimbra está bem à vista. Mas surgem reforços. Tropas do general Leigh comandadas por Cameron e os 9º e 21º regimentos portugueses (Champalimaud e Mackinnon) restabelecem o equilíbrio. Sobre o que se passou neste momento da batalha, Wellington escreveria mais tarde: «Nunca tinha assistido a mais valente ataque do que o realizado pelos 88º e 45º regimentos e pelo 8º português contra uma divisão inimiga que havia atingido o topo da serra.»

À esquerda, Colman recebe um violento ataque desenvolvido por forças do marechal Ney e vê-se parcialmente desalojado. Tropas de ambos os lados vêm-se empurradas e feitas rolar pelos terrenos escarpados da serra. Ney compreende que o Buçaco é uma montanha cujo cume não permite a concentração de reservas e, notando que as tropas de Wellington combatem e se movimentam no meio de considerável desordem, propõe ao duque de Rivoli (Massena) a realização de um ataque em massa nas duas direcções. Este recusa. Na opinião do «bravo dos bravos» (segundo Napoleão), seria essencial reforçar os efectivos de Regnier para que este pudesse atacar Picton e Leigh, de novo, em condições de vencê-los. E disse Napier: «O exército anglo-português patenteava dificuldades em dois aspectos: o que a natureza do terreno oferecia e a impossibilidade de contra-atacar.» Na prática, a posição estratégica que Wellington defendia apresentava deficiências que Ney perfeitamente observou. Leigh gastara tempo ao atravessar o Mondego. A manobra de Spencer para o alto da serra verificava-se com enorme atraso.

Ao centro, os franceses atacaram com duas divisões comandadas por Loison e Marchand. A primeira, com Simon à frente, avançou no caminho conducente ao convento do Buçaco. Mas a artilharia aliada fê-la recuar. Simon foi ferido e a sua divisão sofreu 800 mortos. E Marchand apenas conseguiu ajudar à fuga dos seus camaradas. Às duas da tarde, verificando-se um certo abrandamento nas operações, notava-se que os mortos e feridos coalhavam o terreno. Mas as posições de Wellington haviam ganho estabilidade. A brigada de Hill e as divisões de Leith, Picton, Colman, Campbell, tinham-se firmado solidamente nas zonas que lhes competia defender. E as tropas portuguesas, que alguns comandantes ingleses desprezavam e os franceses ignoravam, tinham mostrado um alto grau de preparação. A sua intervenção na batalha fora decisiva.

Na ala direita das formações napoleónicas, Ney constatava, agora, o preciso e competente dispositivo aliado. Em cavidades na serra escondiam-se os 43º e 52º regimentos de Craufurd, alguma infantaria alemã e caçadores portugueses com

A fuga

Notícias desencontradas chegavam a Lisboa. Tinha-se travado «lá para cima» uma grande batalha. E se os aliados vinham aí, isso significava que os franceses haviam vencido. Com Massena, reapareceriam Junot e Loison, o maneta. Ia repetir-se o inferno da ocupação. O Conselho de Regência tinha procedido à expulsão de cidadãos desafectos. Há murmúrios patrióticos e agitação anti-inglesa na cidade. A grande interrogação: quem, no fim de contas, venceu no Buçaco? Gente de todas as origens começa a chegar à capital portuguesa. Por que não se deixaram ficar nas suas terras? Milhares de angustiados erguem os olhos para o céu. De quem é a culpa, Senhor? Do nosso príncipe? Mas ele é um santo príncipe, o senhor D. João. Os que o rodeiam é que são uns cães. E os ingleses? Sempre é verdade que vão fugir? Vieram para salvar-nos. Cruzes! Ficaram donos disto!

A 1 de Outubro de 1810, o general Hill recua sobre Tomar. Com ele, a divisão portuguesa comandada por Hamilton, as tropas de Le Cor com milícias portuguesas, a cavalaria do major-general Fane. A 3ª divisão do general Picton marcharia de Condeixa onde chegara a 30, para Pombal. Leigh toma a direcção da Redinha. Craufurd recua para as vizinhanças das «Casas do Cónego Pais». Pack, ainda em Fornos, ganha a estrada real. Uma confusão enorme. Anunciam-se as baixas totais sofridas no Buçaco pelos aliados: 197 mortos, 1014 feridos, 58 desaparecidos.

Pelas estradas de Soure e Pombal o contingente comandado directa e pessoalmente por Wellington, depois de atravessar o Mondego tomou a direcção de Leiria. E o medo aos franceses, feito aumentar pelo apelo de Wellington, estabeleceu nas populações uma incontável ânsia de fuga. Massena declara: «O inimigo queimou e destruiu tudo ao evacuar a zona de Coimbra e forçou os habitantes ao abandono das suas casas.» Agora, os caminhos e as estradas coalhavam-se de povo que jamais havia visto o seu próprio país e se aventurava, pela primeira vez, para além dos limites reduzidos onde sempre existira. Carregavam consigo tudo o que podiam – sacos, embrulhos, trouxas, pacotes, pequenos objectos e utensílios. Nas carroças onde crianças e doentes se empilhavam, gemiam os eixos. Sofriam os animais que as puxavam. O gado marchava com o povo. Descalças e sujas mulheres aterrorizadas transportavam múltiplas coisas à cabeça. «Aqueles primeiros dias de Outubro de 1810», escreveu Pinheiro Cha-

gas, «ficaram sendo de sinistra recordação para Portugal.»

«Libertem os presos!»

A travessia da ponte de Coimbra para a estrada de Condeixa tornou-se num doloroso espectáculo. A grossa multidão criou tal confusão que as tropas, apanhadas na dantesca desordem, se viram forçadas a suspender a retirada. E a cavalaria francesa não vinha longe. Secções do exército começavam a dispersar-se entre as alucinadas vagas de povo, de animais e carroças, tudo em plena fuga. A prisão de Coimbra estava bem à vista e os carcereiros, que também haviam fugido, tinham levado as chaves consigo. Os presos, apinhados às janelas, procuravam, desesperadamente, à força de mãos poderosas e com os próprios dentes, arrancar as grades para poderem fugir também.

Estávamos num país em guerra onde a normalidade e a ordem tinham entrado em colapso completo. Toda a gente fugia. O príncipe-regente fugira. Os carcereiros haviam fugido. O exército de Wellington fugia. O país fugia – talvez de si mesmo. Esperava-se, no entanto, que os presos continuassem na prisão. Ouviram-se tiros. O clamar da multidão tornou-se comovente e assustador. «Libertem os presos!» Os gritos destes quase se perdiam no centro da cena vulcânica. Até que, movido por um sentimento de humana solidariedade, o oficial do Estado-Maior britânico, William Campbell, tomou a decisão de mandar arrombar as portas da cadeia e dar aos presos de Coimbra, não a liberdade porque ninguém a possuía, mas o direito à fuga de que toda a gente fazia uso naqueles dias momentosos.

Em Lisboa, cidadãos britânicos, considerando a cidade indefensável, começam a fazer as malas. Entram no seio da nossa principal cidade multidões intermináveis que lhe alteram o ambiente e transmitem à atmosfera de crise generalizada proporções ainda mais vastas. Parte-se do princípio de que os ingleses vão fugir. Isso, aliás, torna-se aparente para os poucos que recebem o «Times» ou o «Morning Post». Ninguém esquece que o Império britânico abandonara Almeida e Ciudad Rodrigo. Vai abandonar Lisboa. Mas Sir Arthur Wellesley (Wellington) tem outras ideias.

apoio de artilharia. Em combates à baioneta, regimentos da divisão ligeira (Craufurd) incluindo o 3º português de caçadores sofrem baixas. O batalhão nº 19 da brigada de infantaria portuguesa comandada por Colman foi chamado a atacar tropas enviadas por Ney. Nesta acção, que tornou inviável a subida da serra por aquelas tropas, distinguiu-se, também, um dos regimentos de infantaria ligeira portuguesa comandado pelo tenente-coronel Luís do Rego.

Quando a noite caía, o destino da batalha do Buçaco era plenamente conhecido. A serra, normalmente pacífica, silenciosa e grande, achava-se juncada de corpos sem vida e entre os vivos a grande questão que se punha era esta: morrerá amanhã? Mas os franceses decidiram suspender as hostilidades. Tinham já sofrido 4500 baixas. O general Grainjorge estava morto. Simon, Merle, Foy, Maucune, estavam gravemente feridos. Entretanto, no seguimento de reconhecimentos feitos pela cavalaria, Massena tomou a decisão de avançar com o exército contornando a esquerda dos aliados através da estrada de Boialvo para Avelãs. Marcharia assim em direcção a Coimbra e a Lisboa. Esta manobra não foi imediatamente compreendida por Wellington. Mas, logo que isso aconteceu, quando as unidades mais avançadas inimigas estavam já em Avelãs, a ordem foi dada: o objectivo não era defender Coimbra – era, simplesmente, defender Lisboa em Torres Vedras ou reembarcar. Mas a marcha para Sul seria penosa. À frente e à retaguarda ou envolvendo-se com as tropas, massas de povo anónimo fugiam, também, para Lisboa.



Soldado da Comp. Ligeira 88º REG. Connaught Rangers Grã-Bretanha – Batalha do Buçaco

Por Portas e Zezinhas

A confusão no PP alastra como nódoa de azeite em cada dia que passa. No sábado, o chamado «Grupo de Reflexão da Lousã» (que tem fama de ter levado Manuel Monteiro à presidência) reuniu-se em Leiria para sair desunido, com uma parte a apoiar a pré-candidatura de Maria José Nogueira Pinto (nome de guerra «Zezinha») e a outra a considerar que tal candidatura era «redutora». Dias depois, mais exactamente anteontem, marcou-se um jantar para a Quinta das Lágrimas, em Coimbra, a pretexto da tomada de posse dos órgãos concelhios da JC mas onde a grande presença da noite seria a de Paulo Portas. Sónia Sousa Mendes, que na «reflexão» de Leiria considerara «redutora» a candidatura da Zezinha, explicou que não ia a Coimbra para apoiar Portas, mas porque era amiga dele, enquanto Filipa Correia Pinto, uma das promotoras do jantar de Coimbra, garantia que o objectivo do repasto era «pacificar o ambiente do partido». É duvidoso que alguém saia dali pacificado. Vá lá bem jantado...

Por amizade?

«Aceitei o cargo [de comissário-geral da EXPO/98] por amizade pessoal com o primeiro-ministro», confessou Torres Campos numa entrevista ao Diário Económico, onde mais uma vez se esforçou para exorcizar os fantasmas da derrapagem económica e da não

PONTOS CARDEAIS

concretização a tempo de todas as obras previstas, que continuam a pairar sobre este mega-empendimento. Oxalá que o comissário tenha razão nos seus optimismos e esteja certo nas contas e cálculos que apresenta. Mas se está tão convicto e tranquilo, porquê tomar público que foi por «amizade pessoal com o primeiro-ministro» que aceitou o encargo? Será que, em caso de contas furadas, a responsabilidade vai para cima da amizade?

Cortes orçamentais que dão prejuízo

Diz o Público que, já a partir de Outubro próximo, um grande número de repartições de Finanças não terão verbas suficientes para pagar a avaliadores de prédios urbanos, o que se reflectirá na arrecadação da contribuição autárquica e da sisa adicional dos prédios construídos. O motivo desta falta de verbas é simples: deve-se ao furor no corte de despesas correntes que acometeu o ministro das Finanças, Sousa Franco. No caso da Direcção-Geral de Impostos, essa contenção é particularmente mal vista pelos seus funcionários, tanto mais que se trata de cortes em despesas que rapidamente seriam recuperadas, porque gerariam maior captação de receitas. Tal «desatenção» revela, segundo os funcionários ouvidos

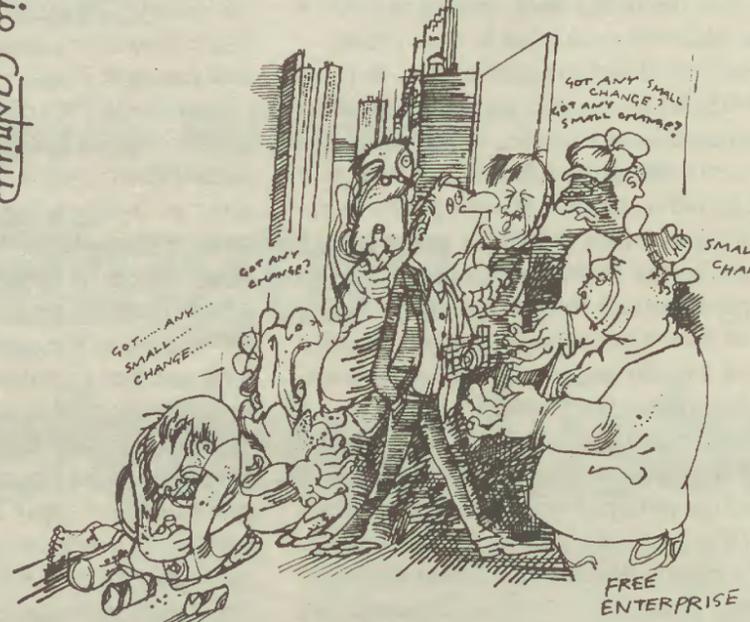
pelo jornal, que se faz uma «navegação à vista» na administração tributária. Realmente o que fica à vista é que o ministro Sousa Franco poupa uns cobres no funcionamento dos serviços, e o Estado perde milhões na paralisia que esses cortes orçamentais impõem aos serviços... Que grandes gestores da coisa pública!

Investir na «Saúde»

O grupo Mello decidiu que a Saúde é uma área prioritária nos seus interesses de negócios, pelo que vai aumentar o capital neste sector para poder participar em novos concursos. Segundo Pedro Dias Alves, membro do conselho de administração do grupo, «a agilidade do investimento privado vai permitir combater os graus de ineficiência que actualmente se verificam em Portugal». Uns samaritanos - tanto que, como também confessa o mesmo Alves, a Saúde é «uma área que representa 1,5 mil milhões de contos por ano e que merece por isso a atenção do grupo». O combate aos «graus de ineficiência» já se sabe como se desenrolará: o Estado paga a construção das infra-estruturas e estes senhores exploram-nas... com toda a eficiência. Quanto à Saúde propriamente dita, quem tiver dinheiro que a pague, ora essa!

PONTOS NATURAIS

Mário Castanho



Estados Unidos esses desconhecidos

Sessenta por cento da população americana assiste aos cultos semanalmente. Setenta e cinco por cento reza uma ou mais vezes por dia.

Os Estados Unidos são um país tão anti-intelectual como infantil, concebido e construído para um povo infantil.

Sem a presença de Deus não há América.

O pai é cada vez mais um individuo estranho à sociedade familiar, onde perdeu presença e crédito.

Nos Estados Unidos, todo e qualquer assunto tem a sua tradução em dólares.

As drogas, o álcool, a depressão, o isolamento, a facilidade em obter armas de fogo, as famílias desfeitas, as dificuldades económicas, os suicídios, a violência, estão ligados entre si.

Os americanos têm apenas 10 ou 15 dias de férias anuais, acérrimos trabalhadores como são em busca da sua prosperidade individual.

Sem o automóvel, a maioria da população americana ficaria isolada.

Os membros da Igreja Luterana de S. João podem entregar o seu donativo por um período de 90 dias, e se acharem que os seus pedidos não foram atendidos, podem ser reembolsados.

Aceitar o «Modelo América» como o desígnio do nosso futuro cultural equivale a suicidarmo-nos no primarismo do seu presente.

(De «O Planeta Americano, de Vicente Verdú, Prémio Anagrama de Ensaio, edição Terramar)

Cerca de meio milhão de crianças vendem seja o que for pelas ruas para obter comida, 46 por cento das crianças negras são consideradas pobres e os 35 milhões de desamparados representam parte daquilo que o mercado livre deita fora como resíduos naturais.

O número de ricos parece gerar-se a partir do número de pobres.

A sociedade americana fabrica o medo como alimento de primeira necessidade.

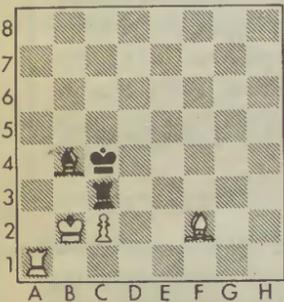


XADREZ

DCXLV - 19 DE FEVEREIRO DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998X08

Por: L. KUBBEL
Kresnaya gazetas - 1934

Pr.: [3]: Bb4 - Tc3 - Rc4
Br.: [4]: Pc2 - Bf2 - Tal - Rb2



SOLUÇÃO DO Nº 1998X08 [L. K.]

1. Ta4!, Ta3!, 2. T:b4 +, R:b4; 3. Bét +, Ra4; 4. Bc3! e ganha.

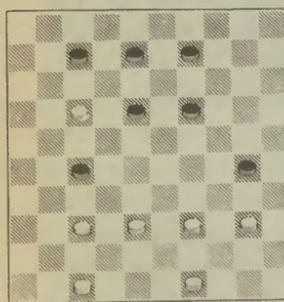
A. de M. M.

DAMAS

DCXLV - 19 DE FEVEREIRO DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998D08

Por: PAUL DEGUÉE
À l'ombre de mon clocher. Bélgica 1980

Pr.: [7]: 7-8-9-18-19-27-30
Br.: [7]: 17-37-38-39-40-47-49



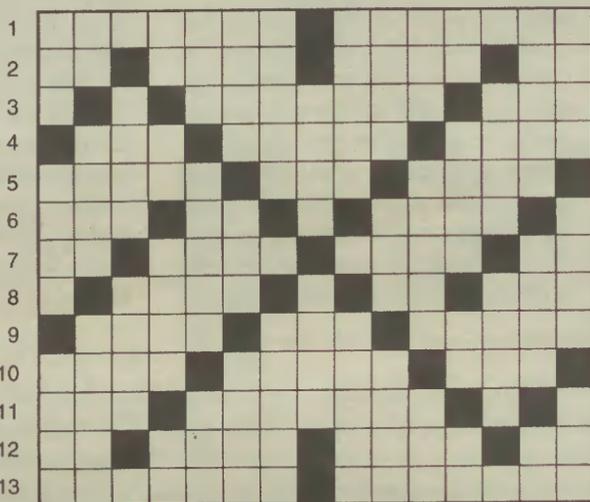
SOLUÇÃO DO Nº 1998D08 [P. D.]

1. 37-31! (27x36); 2. 47-41. (36x47 = D); 3. 17-12. (47x35); 4. 12x11 = D +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Peixe seláquio, da fam. dos lamnédeos, que aparece nas costas marítimas portuguesas (pl.); graça, benefício de origem sobre-humana que privilegia um ser humano, distinguindo-o dos outros. 2 - Suf. de agente; tem conhecimento; lazer; comparecer. 3 - Colocara em determinado sítio; indivisível. 4 - Observar; fezes que o vinho e outros líquidos deixam no fundo, aderentes às paredes dos vasilhames; planta aromática, lenhosa na base, pertencente à fam. das labiadas, espontânea nos lugares secos do centro e do sul de Portugal (pl.). 5 - Pedra ornamental de cor esverdeada (pl.); ressoa; discursas. 6 - Empregue; Irídio (s. q.); palhoça de índios (pl.). 7 - Letra grega; erva-doce; inchar; suf. de agente. 8 - Estímulo; a carta mais alta do baralho; calcário orgânico tenro, formado de grãos de natureza diversa. 9 - Remoinhos de água (prov.); suavidade (fig); fitar com a vista. 10 - Ajustar (ant.); grande medo; três romanos. 11 - Solteirona (pop.); casa de habitação separada e independente de qualquer outra. 12 - Prefixo, de origem grega, que exprime a ideia de separação, privação; prova automobilística; material terroso, pulverulento, de cor amarela, avermelhada ou acastanhada usado como pigmento; base. 13 - Peregrinação religiosa; passariam para fora.

VERTICAIS: 1 - Mealheiro (prov.); promessa solene; cingir com nó. 2 - Atmosfera; recipiente, muitas vezes feito de barro, que contém terra para cultura de plantas; relativo às ovelhas. 3 - Aparelho armado com tecido de malha para apanhar peixe e outros animais; combina. 4 - Campeão; acusada; elevar; divindade solar dos antigos faraós. 5 - Animação (fig); instrumento geralmente de bronze, em forma de campânula, que produz sons mais ou menos fortes, quando se percuta com o badalo (pl.); grande extensão de água salgada. 6 - Longa cinta japonesa, geralmente de seda, que forma um laço nas costas (pl.); gracejar; bruni. 7 - Arma de arremesso em forma de haste aguçada numa das pontas, que se despede por meio de um arco (pl.); nome de mulher. 8 - Espécie de boi selvagem (pl.); condução de militares ou de presos. 9 - Passara pelo coador; lamas. 10 - Acre; espécie de capa sem mangas, usada por confrarias e irmandades; abastada. 11 - Braço de rio; o fim (fig); apelido do poeta português. 12 - Satélite de Júpiter; irritar; estudei; também (arc.). 13 - Bagos da videira; range. 14 - Carga para lapiseiras (pl.); rezai; utensílio de cozinha. 15 - Lavras; acreditar; prep. indicativa de carência ou ausência.

HORIZONTAIS: 1 - Cargos; carisma. 2 - Ort. sabe; octo; tr. 3 - Situação; una; 4 - Ver. sarro; 5 - Jades; sob; or. 6 - Usct; tr. 7 - Rô; mlt; opar; or. 8 - Alor; ds; crt; 9 - Ota; met; ohar; 10 - Avtr; povor; ill; 11 - Tr; moradia. 12 - An; rabi; 13 - Romaria; saltam.

VERTICAIS: 1 - Cos; jurar; alar. 2 - Ar; vas; o; 3 - Rode; alia. 4 - As; r; alar. 5 - Cds; sions; mar. 6 - Obs; m; pol; 7 - Sctas; Maria. 8 - Uros; levar. 9 - Coar; todos. 10 - Acre; opa; tra; 11 - Rta; oca; ar; 12 - lo; orar; ll; er; 13 - Uvas; cha; 14 - Mimas; orat; pá. 15 - Atras; crr; sém.

SOLUÇÃO

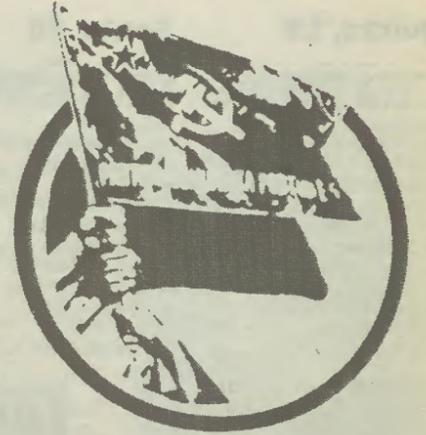
AGENDA

PORTO

Sexta-feira, dia 21
das 10 às 17h, CT da Boavista

Reunião regional de dirigentes sindicais

com
Jerónimo de Sousa



PORTALEGRE

Sábado, 28 de Fevereiro, 10h30

Auditório do Centro de Formação Profissional de Portalegre

ENCONTRO ANUAL DE QUADROS DO ALENTEJO

com José Soeiro, Agostinho Lopes
e Carlos Carvalhas

Outras reuniões

- **Samora Correia** - Assembleia da Organização da Freguesia, com a participação do camarada José Casanova.
- **Benavente** - Reunião de militantes com a participação do camarada Albano Nunes: sexta-feira, 20, às 21h, no Centro de Trabalho local.
- **Oeiras** - Plenário concelhio de militantes para análise da situação política e discussão das conclusões da última reunião do CC: sexta-feira, 20, às 21h, no CT de Algés, com a participação do camarada Henrique de Sousa.
- **Casal de Cambra** - Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira, 20, às 21h, na garagem do cam. Garcia.
- **Cacém** - Reunião plenária da célula da "Novo Rumo": sábado, 21, às 15h, no CT local.
- **Sintra** - Plenário de militantes das freguesias de Sta. Maria e S. Miguel e S. Martinho: sábado, 21, às 16h, no CT de Sintra.

1921-1998

70

aniversário
PCP



ALMOÇO

na Quinta Valenciana
Seixal

com CARLOS CARVALHAS
Domingo, 8 de Março, 13H

ALMOÇO

na Quinta do Conde
Sesimbra

com OCTÁVIO TEIXEIRA
Domingo, 8 de Março, 13H

Marca desde já o teu lugar!

DEBATE

Comemoração
dos 150 anos do
Manifesto do
Partido Comunista

27 de Fevereiro
21 h.

Sede Nacional da JCP
Av. Antº Serpa 26, 2º Esq.

Com a participação de
Francisco Melo, membro
do Comité Central do PCP



Juventude Comunista Portuguesa



colectivo corroios

20 Fev - 21h, CT do PCP

CAFÉ-CONCERTO
música ao vivo • bar
debate: viver na liberdade
de optar

Alfena
Ermesinde

21 Fev - 15h, CT de Ermesinde

CAFÉ-CONCERTO
Bandas: Alcoólicos
Anónimos - F.L.U.R.
Renegados de Boliqueime
- Turbulência & Kaos



Nos 67 anos do "Avante!"

JANTAR
EM FARO

com Carlos Brito

Sábado, dia 21
às 20h, no CT do PCP

70 aniversário
Sáb. 7 Março - Pav. Desportos - 16 h.

PCP a Esquerda
que faz
a diferença



TELEVISÃO

Quinta, 19

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.25 Consultório
14.50 Coração Selvagem
16.40 Concurso 1, 2, 3
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal



Catarina Furtado, agora com a «Moda» na SIC

Sexta, 20

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.20 Os Andrades
16.00 Coração Selvagem
17.35 Todos ao Palco
19.00 País País
19.40 País Regiões

Sábado, 21

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
12.25 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.55 A História de Nikita
16.00 Conan, O Guerreiro
17.05 Mr. Bean
17.35 Amor Fraterno
18.10 Jet 7
18.45 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente

Domingo, 22

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
16.50 Amor Fraterno
16.20 Quanto Mais Idiota Melhor (de Penelope Spheeris, EUA/1992, com Mike Myers, Dana Carvey, Rob Lowe. Comédia)
18.15 Casa Cheia
18.50 Riscos
20.00 Telejornal

Segunda, 23

RTP 1

08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 As Aventuras de Tarzan
15.15 Carnaval
17.05 Doutor... Vamos a Isto (de Gerald Thomas, Gr.Br./1968, com Frankie Howard, Sidney James, Kenneth Williams. Comédia)
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Não Há Duas sem Três
21.35 A Grande Aposta
22.30 Concurso 1, 2, 3
00.45 Carnaval 98
01.15 24 Horas
02.05 Mundial de Futebol / França 98
02.35 Jack Frusciante Deixou o Grupo (de Enzo Angileri, It./1996, com Stefano Accorsi, Violante Placido, Alessandro Zamattio. Comédia Dramática)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscânia
18.00 Informação Religiosa
18.30 Madeira - Artes e Letras
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 3ª Calhau a Contar do Sol
22.00 Jornal 2
22.40 Tootsie (de Sydney Pollack, EUA/1983, com Dusty Hoffman, Jessica Lange, Terri Garr, Dabney Coleman. Ver Destaque)
00.40 O Crítico
01.05 Paul McCartney

SIC

08.10 Buêréré
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.50 Fátima Lopes
17.00 Buêréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Roda de Milhões
24.00 Carnaval do Rio
02.00 Último Jornal
01.25 Noites Longas da SIC

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Profiler
23.00 PSI Factor
24.00 Lar, Louco Lar
01.05 Fora de Jogo
01.20 A Balada de Hill Street

Terça, 24

RTP 1

08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 As Aventuras de Tarzan
15.00 Carnaval 98
16.30 Circo Cardinali
18.20 Academia de Polícia - Missão em Moscovo (de Allan Metter, EUA/1994, com George Gaynes, Michael Winstow, David Graf. Comédia)
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 A Grande Aposta
21.55 Herman Especial Carnaval
23.00 Carnaval 98
23.45 24 Horas
00.30 Os Buracos Estão na Moda

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Festival do Riso de Montreux
17.00 Uma Casa na Toscânia
18.00 Informação Religiosa



18.35 Rotações
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.35 3ª Calhau a Contar do Sol
22.00 Jornal 2
22.40 Priscilla, Rainha do Deserto (de Stephen Elliot, Austrália/1994, com Terence Stamp, Hugo Weaving, Guy Pearce. Comédia Dramática)
00.25 Duckman, o Trapalhão
00.50 Isto É Espectáculo... Blur

SIC

08.10 Buêréré
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Carnaval do Rio
01.10 Último Jornal
01.35 O Anel
02.55 Vibrações

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.15 Cousteau: As Novas Descobertas
15.10 Socorro! A Babysitter É Louca (de Mihal James McDonald, EUA/1994, com Beverly D'Angelo, Ed Begley Jr., Carol Kane. Comédia)
16.45 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Picar o Ponto
22.30 Uma Mulher de Sucesso (de Mike Nichols, EUA/1988, com Harrison Ford, Sigourney Weaver, Melanie Griffith, Philip Bosco. Comédia)
00.30 Lar, Louco Lar
01.05 Fora de Jogo
01.20 A Balada de Hill Street

Quarta, 25

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 As Aventuras de Tarzan
15.45 Casa de Artistas
17.10 Uma Viagem à Corte do Rei Artur (de Michael Gottlieb, EUA/1995, com Thomas Ian Nichols, Joss Ackland, Paloma Baeza. Aventuras / Infantil)
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.00 Isto Só Vídeo
21.35 A Grande Aposta
22.30 Enviado Especial
23.25 A Mulher de Vermelho (de Gene Wilder, EUA/1984, com Gene Wilder, Charles Grodin, Joseph Bologna, Kelly Le Brock. Comédia)
01.15 24 Horas



02.05 Os Dólares e o Amor (de Daniel Adams, EUA/1988, com Jonathan Penner, Gerald Orange, Sandra Bullock. Comédia)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 O. J. Simpson
17.00 Uma Casa na Toscânia
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.35 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.40 A Melhor Defesa (de William Hickey, EUA/1984, com Dudley Moore, Eddie Murphy, Kate Capshaw, George Dzundza. Comédia)
00.15 Falatório
01.10 Musical: «Novos Fados»

SIC

08.10 Buêréré
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Programa do Além
23.15 Filhos da Nação
00.30 Último Jornal
00.55 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Depois de Jimmy (de Glenn Jordan, EUA/1996, com Meredith Baxter, Bruce Dason, Peter Facinelli. Drama)
00.15 Lar, Louco Lar
01.25 Fora de Jogo



«As Pupilas do Sr. Reitor» e «Ficheiros Secretos», dois triunfos da TVI



«Moll Flanders»: o último episódio no domingo

20.45 Cais do Oriente
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 A Grande Aposta
22.30 Maria Elisa
00.20 24 Horas
01.00 Musical: «Yanni»
02.00 Jogos Olímpicos de Inverno

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.55 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscânia
18.00 Informação Religiosa
18.55 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Cidade Louca
22.00 Jornal 2
22.40 Os Amigos de Alex (de Lawrence Kasdan, EUA/1983, com Tom Berenger, Glenn Close, Jeff Goldblum, William Hurt, Kevin Kline, Meg Tilly, Jobeth Williams. Ver Destaque)
00.25 Falatório
01.20 Magacine

SIC

08.10 Buêréré
10.30 Vida de Casal
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Agora ou Nunca
23.00 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.45 No Fim do Mundo
02.00 Vibrações

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.40 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Linha de Fundo
00.40 Lar, Louco Lar
01.20 Fora de Jogo
01.20 A Balada de Hill Street

20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Campomaiorense - F.C.Porto
23.00 A Grande Aposta
24.00 24 Horas
00.55 Combate Brutal (de Patrick Allen, EUA/1993, com Bolo Yeung, Martin Kove, William Zabka. Artes Marciais)
02.45 Jogos Olímpicos de Inverno

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscânia
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.30 Vitorino Nemésio - «A Viagem»
23.35 Easy Rider (de Dennis Hopper, EUA/1969, com Dennis Hopper, Jack Nicholson, Karen Black, Robert Walker, Luke Askew. Ver Destaque)
01.10 Falatório
02.05 O Cerco dos Vampiros

SIC

08.10 Buêréré
10.30 Cenas de Um Casamento
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
22.00 Ponto de Encontro
23.10 Donos da Bola
01.30 Último Jornal
02.20 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Perdeu-se um Marido (de Henrique Campos, Port./1957, com Laura Alves, António Silva, Virgílio Teixeira, Costinha, José Viana, Raul Solnado. Comédia)
16.00 Diana - A Verdadeira História
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 Conspiração
23.55 Intimidade Obsessiva (de Rick King, EUA/1994, com Scott Bakula, Chelsea Field, Sheila Kelley, John Getz. Drama)
02.00 Lar, Louco Lar
02.30 Ponto Final

«Enciclopédia» chegou ao fim, mas Herman José regressa terça-feira com um «Especial Carnaval»

21.25 Futebol: Sporting-Benfica
24.00 Serviço de Urgência
00.55 24 Horas
01.35 Romance no Rio (de Stanley Donen, EUA/1983, com Michael Caine, Joseph Bologna, Valerie Harper, Demi Moore. Comédia Romântica)
03.40 Jogos Olímpicos de Inverno

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.15 Música do Séc. XX
13.05 Sem Limites
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 2001
19.40 Jogo do Alfabeto
20.20 Onda Curta (A Ilha, The Island - Curta-Metragem de Joaquim Leitão, Port./1990, com Joaquim de Almeida, Christine Pascal, José Viana: O Resgate Ransom, - Curta-Metragem de Joaquim Leitão, Port./1990, com Fherie Lunghi, Jacques Perrin. Ver Destaque)
21.15 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
22.55 Café Bagdad (de Percy Adlon, RFA/1987, com Marianne Sägebrecht, Jack Palance, C. C. H. Pounder, Christine Kaufmann. Ver Destaque)
00.35 Carnaval no Funchal
01.35 Sinais do Tempo
02.25 Sexo a Sério

SIC

08.00 Buêréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.20 Príncipe de Bel-Air
14.40 Xena, a Princesa Guerreira
15.40 Walker
16.45 Jack, O Relâmpago (de Simon Wincer, EUA/1994, com Paul Hogan, Cuba Gooding Jr., Beverly D'Angelo. «Western» / Comédia)
19.00 Sra. Doutores
19.30 Bom Baão
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.25 Salsa e Merengue
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Major Dundee (de Sam Peckinpah, EUA/1965, com Charlton Heston, Richard Harris, James Coburn, Jim Hutton, Michael Anderson Jr., Ver Destaque)

TVI

10.00 Animação
13.05 Gémeas
13.30 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
16.40 Esposa Surpresa (de Frank Perry, EUA/1987, com Shelley Long, Judith Ivey, Gabriel Byrne, Corbin Bernsen. Comédia)
18.30 F/X: Efeitos Mortais
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.30 Causa Justa
23.00 Conspiração
01.15 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Os Amigos de Alex

(Quinta, 22.40, RTP2)

Após anos de separação, e depois de todos se terem reencontrado no funeral de um amigo comum (Alex) que se havia suicidado, um grupo de amigos reúne-se numa casa de campo algures na Carolina do Sul para de novo reviverem as suas vidas cruzadas, quando estudantes, num período particularmente agitado da sua experiência social e política - naqueles que eram os generosos tempos do «amor livre», das *manifestações* contra a guerra do Vietname, do empenhamento na luta pelos «direitos cívicos». E Lawrence Kasdan, mesmo optando por tudo dar a ver numa modalidade de dramaturgia e representação próxima das «peças de boulevard» de Neil Simon, acaba por escapar ao risco de uma certa superficialidade na análise das personagens, erguendo um filme que é um subtil e plausível retrato, a um tempo amargo e desencantado, da cruel frustração destes ex-«radicais», agora membros da universal comunidade dos novos *yuppies* da classe média - personagens espectacularmente servidas pelas notáveis composições de alguns dos melhores novos actores e atrizes do cinema americano. Quem, como ontem, hoje permanece vertical nas refregas que há pela frente, não deixará por certo de sorrir perante o dramático auto-retrato destes «amigos de Alex», sendo impossível deixar de pensar em outros, mais bem próximos, «amigos de Peniche»...



«Os Amigos de Alex», de Lawrence Kasdan



Um fotograma de «Easy Rider», um filme-culto de Dennis Hopper

Easy Rider

(Sexta, 22.40, RTP2)

Não se pode dizer que a realização deste filme seja o exemplo acabado da perfeição mas até talvez seja preferível que isto assim seja, já que o argumento desta obra (que se tornou um filme-culto da moderna cinematografia americana) nos denuncia com frontalidade as «imperfeições» da sociedade e a intolerância e profunda hostilidade a que a América profunda vota tudo e todos os que se permitem contestar a sua hipócrita «estabilidade». Sendo uma das obras mais marcantes do chamado «filme de estrada», *Easy Rider* também é o primeiro realizado pelo eterno rebelde Dennis Hopper, igualmente um dos seus principais intérpretes ao lado de Jack Nicholson e Peter Fonda.

A Ilha / O Resgate

(Sábado, 20.20, RTP2)

Trata-se de duas curtas-metragens, fruto de uma co-produção internacional com produção-executiva de António Cunha Telles e

realização de Joaquim Leitão para a série «Amor à Primeira Vista». Na primeira, os principais papéis são de Christine Pascal, José Viana e do próprio Joaquim Leitão. Na segunda, estão em evidência Fherie Lunghi e Jacques Perrin.

Café Bagdad

(Sábado, 22.55, RTP2)

Na sequência de uma forte discussão travada quando atravessava de carro o interior da América, um casal alemão separa-se violentamente abandonando o marido a sua mulher em pleno deserto, num sítio «do outro Mundo», onde existe apenas uma espécie de hotel a cair aos bocados chamado «Café Bagdad». E essa mulher gorda e aparentemente vulgar acaba por estabelecer uma relação fora do comum com a rabujenta proprietária

desse café, uma negra de nome Brenda, a ponto de gradualmente acabar por transformar tudo e todos que são por ela tocados. Um filme admirável realizado pelo cineasta alemão Percy Adlon que nos fala do

choque e do encontro de culturas num cenário ao mesmo tempo hiper e surrealista. A não perder.

Major Dundee

(Sábado, 01.55, SIC)

A história deste *western* situa-se nos finais da Guerra da Secessão, quando o nortista Major Dundee decide perseguir em território mexicano os índios Apache (sempre os «maus da fita»...), acusados de impiedosos massacres, acabando por exterminá-los mas tendo de se haver, depois, com as tropas francesas. O filme sofre da sua desmesurada duração e, ainda, da expressão de ódio que por todo o lado transpira: dos sulistas face aos negros, dos nortistas face aos Apaches, dos mexicanos face aos franceses. Como de costume, é a violência que campeia neste filme de Sam Peckinpah (um dos mais reputados especialistas no género), mas o realizador acabou por renegar o filme, vítima que se sentiu das imposições de cortes feitas pela Columbia na montagem final.



«Tootsie», de Sydney Pollack, com Dusty Hoffman e Jessica Lange, regressa ao pequeno ecrã

O Primo Basílio

(Domingo, 18.25, RTP2)

Adaptado ao cinema por António Lopes Ribeiro, esta é a segunda versão cinematográfica do famoso romance de Eça de Queiroz. Passando por cima da presença dispensável de António Vilar (como Basílio) ou de Danik Patysson (como Luísa), restam as excelentes interpretações de João Villaret, Cecília Guimarães ou Aura Abranches e um ambicioso esforço de reconstrução da época.

O Mundo Segundo Garp

(Domingo, 23.10, SIC)

Trata-se de um filme estranhíssimo e fora do comum que constitui uma excelente adaptação ao cinema do mundo verdadeiramente louco que transparece do romance homónimo de um autor iconoclasta considerado inadaptável - John Irving - ao respeitar o movimento geral da obra (toda uma vida, desde a sua concepção até ao seu desaparecimento) com os tempos fortes que a marcam. Com rupturas de tom inesperadas - que nos levam do riso ao desespero, da sufocação da violência às gargalhadas mais desbragadas - *O Mundo Segundo Garp* tem a servi-lo uma brilhante realização de George Roy Hill e excelentes interpretações de Robin Williams, Glenn Close e Mary Beth Hurt.

Tootsie

(Segunda, 22.40, RTP2)

Michael Dorsey é um actor de Nova Iorque que tem dificuldade em conseguir contratos por causa de um feitiço que não se enquadra bem nas regras do meio, até que, quando a namorada é rejeitada num teste para uma série de TV, ele resolve candidatar-se ao mesmo papel - nem que, para tal, tenha de disfarçar-se de mulher... E o facto é que consegue o lugar e, mais importante ainda (embora o disfarce lhe traga inúmeros problemas...), consegue compreender-se finalmente a si próprio. Uma bem engendrada sátira ao mundo do espectáculo, com uma irresistível interpretação de Dustin Hoffman e, ainda, Jessica Lange.



Marianne Sagebrecht e C.C.H. Pounder, intérpretes principais de «Café Bagdad», de Percy Adlon



«O Mundo Segundo Garp», com Robin Williams e Glenn Close, é a surpresa desta semana

CABOS & SATÉLITE



homem cinquentenário, a sua filha, a mãe da sua filha e a sua mulher actual partem em sua busca.» As referências são excelentes, diz-se que os diálogos são incisivos, os intérpretes excepcionais. É um filme de 93 do cineasta francês Jacques Doillon, agora fazendo a sua primeira experiência em televisão. Com Nicole Garcia, Isabella Ferrari e Jacques Higelin. (Sexta, 20, das 19.45 às 21.30)

Continuam as Olimpíadas

Prosseguem em Nagano, no Japão, os Jogos Olímpicos de Inverno. No canal desportivo Eurosport, poderá

ver hoje, entre outros desportos, a sessão de patinagem artística e, concretamente, o chamado «Programa Livre» para senhoras, com duas americanas - Michelle Kwan e Tara Lipinski - a apresentarem-se como favoritas. (Sexta, 20, das 19.00 às 21.00)



A Dama de Saigão

O canal francófono TV5 apresenta um documentário realizado por Jocelyne Saab que nos mostra a vida da doutora Hoa, célebre médica sul-vietnamita que combateu na resistência vietnamita, foi membro do Comité Central do Partido Comunista do Vietname e dirigiu o Ministério da Saúde do governo revolucionário provisório do Vietname. Um filme no qual esta resistente evoca o seu passado e a luta do seu povo. (Sexta, 20, das 20.00 às 20.55)



Uma ópera-bufa de Offenbach

Comemorando o segundo aniversário do início das suas emissões, o canal temático Muzzik, especializado em música clássica, jazz e música étnica, apresenta hoje à noite uma emissão especial preenchida com a ópera-bufa em três actos «A Bela Helena», composta por Jacques Offenbach, numa realização gravada «ao vivo» a partir da Ópera de Zurique. Com um elenco de luxo, de que se destacam V. Kasarova e Deon Van der Walt, a orquestra será dirigida pelo maestro Nikolaus Harnoncourt. (Quinta, 19, das 20.00 às 22.35)

Um telefilme de Jacques Doillon

«Depois do desaparecimento de um



A mal da Nação

Parece que se quer criar a moda de dar de novo a palavra aos ex-pides. Em poucos dias apareceu, o livro «A Bem da Nação», o ex-pide "co-autor" deste livro foi ouvido em entrevista nas páginas centrais do «Tal e Qual» e o «Expresso» lançou com estrondosa publicidade uma entrevista com outro ex-pide, Rosa Casaco.

Neste último caso, trata-se nem mais nem menos, do ex-inspector que comandou a brigada da Pide que assassinou o General Humberto Delgado e a sua secretária, Arajaryr Campos, por isso condenado a 8 anos de prisão como autor moral do crime e que há 24 anos anda fugido à justiça.

Da primeira parte da entrevista que deu capa à «Revista» do «Expresso» do passado sábado, bem se pode dizer que a montanha pariu um rato.

Ao contrário do que o «Expresso» prometia para aliciar leitores, «vender papel» e fingir que prestava um bom serviço à democracia, Rosa Casaco não «conta tudo».

A sua actual versão do crime de Vila Nueva del Fresno limita-se a colorir ou a alterar alguns poucos pormenores do que ficou provado em

tribunal para redistribuir as culpas no interior da brigada assassina que comandou, com o objectivo declarado de atenuar as suas. Trata-se afinal de contas de

um exercício para sacudir a água do capote, ou como será mais adequado dizer neste caso, para sacudir a água do Casaco.

A isto se prestou o «Expresso», com excepcional aparato, incluindo com a publicação da recente fotografia do criminoso junto à Torre de Belém, o que não é apenas um desafio às autoridades policiais que têm obrigação de prender, mas realmente uma provocação de mau gosto à democracia e aos democratas portugueses, quando se completam 33 anos sobre o assassinato do General.

Nada menos nebulosa se apresenta a iniciativa editorial das «Publicações Dom Quixote» que originou o livro «A Bem da Nação».

É uma obra de dois autores: o jornalista Nuno Vasco, que se apresenta como ex-preso político (esteve preso pela Pide alguns meses em 1973, suspeito de ter colaborado com as «Brigadas Revolucionárias») e o seu convidado, o ex-inspector da PIDE, Óscar Cardoso.

Esta chocante promiscuidade entre a alegada vítima e o assumido algoz, que constitui toda a estrutura da obra, faz cair, em grande parte, por terra a pretensão do autor Vasco de a apresentar, apesar de tudo, como «um livro contra a PIDE/DGS e os seus esbirros». É que é também um livro a favor da PIDE/DGS elogiada por um dos «seus esbirros», o autor Cardoso. Ora estes elogios pidescos, que ninguém se daria ao trabalho de ler, só adquirem alguma notoriedade por aparecerem como réplica aos textos do autor Vasco. É isto que faz o especial equívoco deste livro e, no seu enquadramento, do próprio título.

Pasma-se logo nas primeiras linhas ao ler a explicação que o jornalista apresenta para justificar a anormal parceria. É que teriam faltado aos Pides, no período que se seguiu à revolução, «um espaço de defesa», «uma página de afirmação», «umas linhas...para justificar... a sua actividade».

Será que o jornalista queria ainda maior tolerância e escandalosa clemência do que aquela com que os ex-pides foram tratados, nomeadamente pelos tribunais militares, onde tiveram todo o espaço, todas as páginas e todas as linhas para se justificar?

Saliente-se, no entanto, que a parte escrita por Nuno Vasco aborda as principais áreas da acção criminosa desenvolvida pela PIDE. Informa sobre os arquivos e o controlo policial do país, os colaboradores e informadores («bufos»), as ligações entre as empresas e a PIDE, a escuta telefónica, a violação de correspondência, os maus tratos e as torturas infligidas aos presos, as ligações entre a PIDE e a CIA. Trata-se, quase sempre, de compilações bem elaboradas e fundamentadas, revestindo mesmo alguma novidade, particularmente no capítulo em que desvenda as estreitas ligações entre a fina flor dos empresários portugueses e a acção repressiva da PIDE contra os trabalhadores.

Sublinhe-se a propósito que nesta ligação directa entre a PIDE e o grande capital reside de certeza a explicação para muitos mistérios da vida do país, incluindo as sucessivas tentativas de «recuperar» os ex-pides.

O livro é, porém, uma sucessão de textos do jornalista e do ex-pide, em que este tem sempre a última palavra, incluindo no longo epílogo, para evocar os fantasmas do ultramontanismo, bolsar o seu ódio aos comunistas e à democra-

cia, para negar as acusações ou alegar mentirosamente que em todos os países há polícias como foi a PIDE e que procedem como ela, ou ainda para tergi-

versar e caluniar, da forma mais grosseira e baixa, a oposição e os oposicionistas à ditadura.

Fazem rir as tentativas do ex-pide Cardoso ao pretender, ainda agora, imputar à oposição a morte do general Delgado, na melhor demonstração de como para ele o tempo não passou e continua a debitar todas as balelas da propaganda do fascismo.

Para quem viveu «aqueles "velhos tempos" de opróbrio e de vergonha», como lhe chama Nuno Vasco, as balelas propagandísticas da ditadura não fazem naturalmente qualquer massa. É o falazar do próprio ex-pide que confirma tudo o que nega em relação à PIDE/DGS. Confirma-o com o seu rancor ao 25 de Abril, à liberdade, a tudo que é diferente, acompanhado da arrogância reaccionária, da facilidade com que lhe ocorre o uso da violência, incluindo o golpe de Estado. «Bastava uma companhia», rosna ele na entrevista ao «Tal e Qual».

Para os «mais novos», no entanto, a quem o livro é também dirigido, deve resultar numa imensa confusão, que «não era necessária». Mas para além disso, a chocante promiscuidade sobre a qual está construído é que funciona como objectiva desculpabilização da PIDE e do fascismo e por isso ele procede a mal da Nação.



EXAME PRÉVIO
AUTORIZADO
PARCIALMENTE
COMISSÃO DE LISBOA

Censuras e ausências

Num tempo em que, recorrendo a negociações obscuras para melhor articular convergências em relação a estratégias fundamentais para os interesses que ambos servem, dois dos mais importantes partidos portugueses (PS e PSD) abrem a porta a que se cometam objectivamente graves atropelos à **democracia representativa**, não admira que o exemplo seja seguido, mesmo que indirectamente, em relação a outras actividades com incidência na opinião pública.

Que estes exemplos de desvergonha e prática de confusão político se arrisquem a fazer carreira não constitui, assim, motivo de surpresa. Mesmo parecendo que se trata de problemática muito diferente, o facto é que são também vários e se multiplicam há muitos anos os casos em que as televisões portuguesas, entre as quais aquela à qual está cometido o «serviço público» de televisão, desrespeitam a democracia representativa e por vezes se comportam na sua actividade informativa como se cidadãos eleitos pelo povo português não estivessem a exercer, em variadíssimas instâncias, as suas funções e mandatos.

Ocorre-me, a propósito, perguntar ao leitor: quantas vezes já viu nos ecrãs da sua televisão deputados portugueses eleitos para o **Parlamento Europeu**? Já alguma vez assistiu, com os seus olhos e ouvidos, à sua intervenção naquele hemisfério? Sabe, por acaso, os nomes de alguns deles ou, pelo contrário, até lhe é mais fácil reconhecer os rostos ou preferir os nomes dos correspondentes destacados em Bruxelas pelas várias televisões? E, se já teve a sorte de ver e ouvir deputados portugueses, será que algum deles era por acaso do **PCP**?

Estas perguntas vêm a propósito do que se passou com a cobertura (ou falta dela) por parte de duas das principais estações de televisão nacionais — a **RTP** e a **SIC** — de uma conferência de imprensa levada a cabo há dias, na cidade do Porto, pelo grupo parlamentar comunista naquele órgão europeu, e que esta edição do «Avante!» refere noutro local. É que aquilo que estava em causa era de transcendente importância para o nosso país, já que, como ali se afirmou, era necessário chamar a atenção para «as repercussões que decisões relativas às perspectivas financeiras do orçamento comunitário, à reforma da política agrícola comum, dos fundos estruturais e do fundo de coesão podem vir a ter no futuro quadro comunitário de apoio em Portugal.» Acontece, entretanto, que os deputados comunistas não se limitaram a denunciar decisões já tomadas pelos senhores de Bruxelas e em vias de aprovação (embora ainda constantes de documentos oficiais), guardando para si próprios de forma abusiva o conhecimento das

mesmas. Pelo contrário, eles propuseram que fosse realizado um debate público sobre estas matérias e afirmaram a sua decisão de remeter cópias desses projectos da Comissão Europeia «a todas as Câmaras Municipais e Associações Intermunicipais, à Associação Nacional de Municípios, às Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, às Comissões Coordenadoras Regionais e respectivos Conselhos Consultivos, aos Governos das Regiões Autónomas, a Universidades e Institutos Politécnicos, bem como a uniões e confederações sindicais, núcleos empresariais distritais, associações comerciais e industriais, organizações de agricultores e da indústria de pesca (...)» na perspectiva de «potenciar mesmo o poder negocial do país nesta importante matéria». Quer dizer, ao contrário do que faz o Governo, escondendo da opinião pública (ou procurando dilatar-la no tempo) a prestação de informações importantes nesta matéria, os deputados comunistas propuseram-se colocar estas questões decisivas à mais ampla discussão pública.

Que fez, entretanto, o **Telejornal** dessa noite no tratamento da referida conferência de imprensa? Limitou-se a noticiar a ocorrência pela calada, prolongando em off a voz do apresentador **José Rodrigues dos Santos** para assim «despachar» uma breve notícia de 22 segundos, dos quais 16 eram constituídos por imagens montadas a toque de caixa! Nem uma única declaração in de qualquer dos intervenientes, nem qualquer desenvolvimento razoável do conteúdo dessas declarações! Pelo contrário, o que se seguiu, estabelecendo em termos de recepção claro contraste, foi uma outra peça de 2 minutos (!) na qual, à sua maneira, o correspondente da **RTP** em Bruxelas se referiu muito genericamente às consequências das decisões previstas, adiantando que «as autoridades de Lisboa já identificaram dificuldades e limitações rigorosas» ou afirmando que se trata de «uma batalha ao nível de ministros e de cimeiras» — numa clara intenção de desvalorizar e secundarizar objectivamente a importância política da iniciativa comunista ou de desmotivar qualquer alusão a uma intervenção empenhada por parte da (tão abusivamente invocada) «sociedade civil». Mais ainda, para além das declarações in do **Ministro dos Negócios Estrangeiros**, uma terceira peça (!) que se lhe seguiu dava ainda pressurosa conta de declarações do **Primeiro-Ministro** em Madrid afirmando que... «não estamos preocupados, estamos activos».

Quanto à **SIC**, essa manteve-se fiel à orientação «de classe» da sua informação: nem sequer lá pôs os pés! Querem mais transparência?

TVISTO

Francisco Costa

ESCAPARATE

TEATRO

Uma peça de Mário Cláudio no Porto



A actriz Paula Guedes

Foi estreada na semana passada e continua em cena até 15 de Março, no Teatro Campo Alegre (Rua das Estrelas, Porto), a peça «O Estranho Caso do Trapezista Azul», um original do escritor Mário Cláudio cuja acção se passa nos anos 60. No principal papel o destaque vai para a interpretação de Paula Guedes, estando os outros papéis a cargo dos restantes componentes da Seiva

Trupe, a saber: António Reis, Ana Gomes, António Pedro, Diana Palhas, Faria Martins, Gonçalo Pimentel, Ricardo Teixeira, Rosa Maria Tavares e Teresa Chaves. A encenação e direcção é de Júlio Cardoso, a cenografia e direcção plástica de José Rodrigues, os figurinos de Olga Rêgo e a direcção musical de António Ferro. Horário: 3ª. a sábado às 21.30 e domingos às 16 horas.

A Utopia e a Música

«Situar a obra de José Afonso na música portuguesa do século XX, assim como sublinhar os textos musicais que mais contribuíram para a consolidação da modernidade das nossas músicas. Recriar arranjos para o piano, guitarra e voz, de canções menos conhecidas deste "cantautor", tirando partido das suas características de simplicidade harmónica e rítmica, atingindo, porém, momentos de inspiração sofisticada, sobretudo no que diz respeito às composições dos anos 70. Fazer emergir o sentido acústico da obra, dado tratar-se de um espaço não muito amplo e de um pequeno número de executantes» - tais são os propósitos anunciados por um grupo de cantores e músicos que irão actuar em dois espectáculos incluídos na programação do «Festival dos 100 Dias», actualmente a decorrer. São eles, os cantores Janita Salomé e Vitorino, dois nomes maiores da música popular portuguesa, o pianista João Paulo Esteves da Silva, compositor e arranjador brilhante e também conhecido pianista de Jazz, Ricardo Rocha, um dos mais destacados valores da moderna guitarra portuguesa, e, ainda, o talentoso Rui Alves na percussão. Estes espectáculos terão lugar nos próximos domingo e segunda-feira, 22 e 23, pelas 22 horas, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém.



CLASSICA



O maestro Neeme Jarvi

O barítono Thomas Hampson

Duas vozes de ouro em Lisboa

Nos próximos dias, os melómanos (felizardos) que conseguiram arranjar bilhetes terão a oportunidade de ouvir em Lisboa duas das maiores vozes do canto contemporâneo: a soprano Barbara Hendricks e o barítono Thomas Hampson. A primeira actuará no próximo domingo 22, pelas 21.30, no Coliseu dos Recreios num concerto em que o repertório será constituído por obras de Gustav Mahler («Adágio» da Sinfonia nº 10), Richard Strauss («Quatro Últimas Canções») e Peter Tchaikovsky (Sinfonia nº 5 em Mi menor, op. 64). Participará a Orquestra do Tonhalle de

Zurique sob a direcção do maestro Neeme Jarvi. Quanto a Thomas Hampson, os seus recitais estão marcados para segunda e quarta próximas (23 e 25), ambos às 19 horas, no Grande Auditório da FCG. E o programa é de excepcional interesse: Canções das Crianças Mortas, Canções de Um Viandante; Quatro Canções sobre textos de Friedrich Rückert e Canções do ciclo «Das Knaben Wunderhorn» - ou seja, a integral da música para canto e piano de Gustav Mahler. Estes concertos integram-se na Temporada de Música e Dança (1997/1998) da Fundação Calouste Gulbenkian.

FOTOGRAFIA

Uma exposição em Mora

Numa organização da Câmara Municipal de Mora, foi inaugurada no passado dia 13 e continua patente ao público na Galeria da Casa da Cultura de Mora uma exposição de fotografia do fotógrafo José Manuel Rodrigues. Esta exposição intitula-se «Um Olhar Sobre o Alentejo» e nela estão expostos trabalhos que nos dão a ver as gentes e as paisagens daquela bela região portuguesa.

Um concurso em Marvão

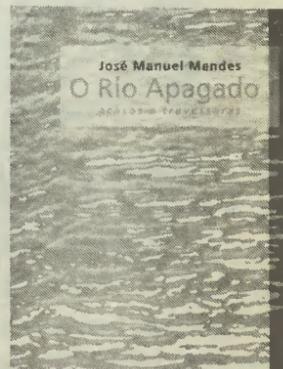
Está aberto a todos os fotógrafos amadores e profissionais o 1º Concurso de Fotografia subordinado ao tema «Marvão - Nordeste Alentejano». Trata-se de uma iniciativa do Centro Cultural de Marvão que se destina a incentivar a produção fotográfica, criar o gosto por esta arte e promover o surgimento de novos talentos. O Regulamento deste concurso pode ser consultado no (e pedido para) aquele Centro (1º Concurso de Fotografia - Apartado 07 - 7330 Marvão) ou pelo endereço de e-mail ccm@mail.telepac.pt, terminando o prazo de entrega dos trabalhos em 9 de Março próximo.

CARNAVAL

Diversão fora de portas

Por quê, mais uma vez, permanecer na grande cidade, porventura indo meter-se num recinto com pessoas a acotovelar-se e a atropelar-se, num anseio programado de diversão a todo o custo (quantas vezes elevado) para fazer esquecer os problemas do quotidiano? Por que não meter-se a caminho, aproveitando para apanhar ar, ver novas paisagens e procurar talvez algo de mais espontâneo e descontraído? Por isso lhe aconselhamos, caro leitor, que pegue nos seus e vá até Montemor-o-Novo, onde se prepara um belo fim-de-semana alargado de Carnaval. Veja só: dia 20, 10 horas, desfile de Carnaval das escolas do ensino básico e jardins de infância, organizado pela Oficina da Criança e escolas da cidade; dia 22, 17 horas, matiné infantil com Eduardo Panoias na Sociedade Pedrista; dia 23, 22 horas, Baile de Máscaras na Sociedade Pedrista com o grupo «Os Amigos do Alheio» ou Baile de Carnaval na Sociedade Carlista com o grupo «CO2»; dia 24, 15 horas, desfile carnavalesco organizado pelos Bombeiros Voluntários e 22 horas Baile de Carnaval na Sociedade Carlista, mais uma vez animado pelo grupo «CO2». Divirta-se!

LIVROS



O Rio Apagado

Imagine o leitor uma conversa. Pode ser mesmo ao lado, e quem a ouve a sentir-se intrometido, curioso ou apenas benevolente. Pode ser uma conversa que se destine a si mesmo, que a lê e faz de conta estar ausente. Aparece-nos assim este livro de José Manuel Mendes, que será de crónicas, textos que vão mais longe e entram facilmente na senda dos contos - da literatura. *Acasos e travessuras*, chama em subtítulo o autor a estes textos a que dá o nome de *O Rio Apagado*. Textos urdidos na coloquialidade, que penetram de repente na intimidade de quem os lê, desvendando gentes com quem partilhámos certamente percursos de todos os dias, a beira de um rio crepuscular ou ainda por acender. Textos com a qualidade que se conhece ao autor, que nos habituou mais à prosa do romance e ao verso dos poemas, mas sempre na palavra segura e viva que é a sua. Edição da Campo das Letras na sua colecção ... *Instantes de Leitura*.



As Estéticas Literárias em Portugal

Agora do outro lado da literatura - o seu estudo. Mais um livro editado pela Caminho na sua já bem estabelecida e conhecida colecção *Estudos de Literatura Portuguesa*. Trata-se, neste estudo que abrange os séculos XIV a XVIII, de analisar «o modo como as doutrinas estéticas foram pensadas e sistematizadas, no nosso país, desde a Idade Média até ao Barroco, passando pelo Classicismo». Longe de pretendermos, nesta breve recensão, indicar sequer as virtudes da abordagem teórica desta obra de Massaud Moisés, um universitário de renome e autor de uma vasta bibliografia nas áreas da literatura portuguesa e brasileira, chamamos a atenção para o interesse que o livro suscitará não apenas aos estudiosos mas a todos aqueles que se interessam pela história das doutrinas estéticas e da literatura em geral.

ATALHE DE FOICE

É como quem diz

Foi esta semana apresentado em Bruxelas um relatório sobre «maternidade no trabalho», da responsabilidade da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e o balanço planetário sobre a matéria confirma, por um lado, o desprezo com que as mulheres continuam a ser tratadas em vastas zonas do globo e, por outro, expõe primarismos tão surpreendentes como reveladores.

Convém sublinhar que este relatório se circunscreve à situação da mulher na sua específica condição de elemento produtivo, o que pressupõe, à partida, quadros sociais regidos pelos mesmos padrões que definem a economia moderna, independentemente do grau de desenvolvimento de cada país.

Ou seja: estamos a falar da mulher enquanto trabalhadora, portanto inserida num contexto socioeconómico onde impera a contratual regra da apropriação da força de trabalho a troco de remuneração, quer se esteja a colher amendoim no Senegal ou a montar circuitos na Boeing.

Sem surpresa, o relatório localiza no chamado Terceiro Mundo os exemplos extremos de desprezo pelos direitos das mulheres, como o Nepal, onde a licença de parto para uma trabalhadora é de dois dias, ou o Egipto, o Zimbábue e a Jamaica, onde essa licença «sobe» para três dias. Em qualquer caso sem remuneração, evidentemente.

Assinalando que «a igualdade no trabalho, proclamada por toda a parte, não está ainda plenamente realizada», o relatório mostra também que, no capítulo das «baixas» por parto, nem tudo está ao nível do Nepal: um total de 119 países concedem às mulheres as 12 semanas de licença previstas na convenção da OIT, em 62 é reconhecido o direito a 12 semanas ou mais e apenas em 31 países o tempo concedido é inferior às 12 semanas. É igualmente dito que as licenças de parto são remuneradas em mais de 120 países, pontificando aí todos os países desenvolvidos.

Todos? Não... Os EUA, a Austrália e a Nova Zelândia concedem as civilizadas 12 semanas de licença de parto, mas não pagam um tostão às trabalhadoras. Ao nível do que fazem os governos da Suazilândia, do Lesoto ou da Papuásia-Nova-Guiné - todos considerando, naturalmente, que o facto de aceitarem as mães de regresso aos seus postos de trabalho quatro meses depois do parto, já é em si mesmo um grande favor.

No caso dos EUA, a situação ainda é mais extraordinária: a licença de parto de 12 semanas existe apenas desde 1993, e mesmo assim só aplicável nas empresas com mais de 50 assalariados.

Estamos a falar da grande democracia americana, do país que se proclamou guardião e líder do mundo inteiro, que consome 60% dos recursos mundiais, que reclama possuir a economia mais robusta e o sistema político mais evoluído.

Estamos a falar da terra das oportunidades, abençoada por Deus e paladina dos direitos humanos.

Do país que faz cruzadas pelo ambiente e recusa diminuir o quarto da poluição atmosférica que produz, que lança programas planetários contra a droga e trafica com os grandes cartéis, que, em nome da liberdade para todos, engendra fortunas abissais para alguns e fome aos milhões no seu próprio território.

Daí que, afinal, não seja estranho vermos os dirigentes deste magnífico país sacralizarem a defesa da vida intra-uterina, ao mesmo tempo que abandonam os recém-nascidos por interposto desprezo aos direitos das mães. Também os temos por cá.

O capitalismo é isto, em auto-retrato e a corpo inteiro: não reconhece os filhos, quanto mais as mães.

Mas preocupa-se muito com o aborto.

Que é como quem diz, consigo próprio.

■ Henrique Custódio

ÚLTIMAS

Ordenamento do Território em colóquio Proposta de Lei de Bases carece de melhorias

Técnicos de universidades e formações diferentes, eleitos e técnicos de autarquias, e representantes de associações ambientalistas expressaram o seu acordo quanto à necessidade e às vantagens de uma Lei de Bases do Ordenamento do Território, não escondendo, simultaneamente, alguma frustração face às insuficiências manifestas evidenciadas na proposta de lei que o Governo apresentou sobre esta matéria.

Estava-se no colóquio promovido na passada segunda-feira pelo Grupo Parlamentar do PCP, que contou com a presença dos deputados João Amaral, Luís Sá e Joaquim Matias, iniciativa de reflexão destinada a recolher opiniões no âmbito da preparação do debate parlamentar sobre a proposta de Lei de Bases de Ordenamento do Território.

E foram muitos os contributos que vieram enriquecer o debate, desde logo a partir das intervenções iniciais de dois reconhecidos e qualificados técnicos nesta matéria. Jorge Gaspar, geógrafo, primeiro orador, afirmou que a lei "representa um avanço", levantando toda a dúvida sobre se "estarão perfeitamente definidos os contextos" em que ele se justifica, mais concretamente, sobre qual o caminho e as necessidades às quais ela pretende dar resposta.

Não obstante a definição feita na nota preambular do diploma quanto aos seus princípios e objectivos, na opinião de Jorge Gaspar, "continua a faltar uma clara definição de um grande objectivo para o território, que decorrerá do eixo central da articulação entre a estratégia de desenvolvimento e a estratégia territorial".

"Falta uma visão para o País - sublinhou -, e, por isso, com frequência os objectivos que se traçam são contraditórios ou não passam de abstrações desajustadas da realidade."

Da necessidade imperiosa de uma lei de Bases de ordenamento do território e do urbanismo comungou também Margarida Sousa Lobo, tanto mais que, frisou, a legislação urbanística "encontra-se dispersa por um grande número de diplomas, produzidos em épocas e contextos diferentes, sem articulação entre si".

Pronunciando-se sobre a metodologia adoptada na proposta governamental, em relação à qual reconheceu existirem "inovações e contributos significativos", mas também "expectativas não correspondi-

edificado e de espaço urbano de qualidade".

"Casas caras, transportes deficientes, vida quotidiana difícil, espaço urbano desordenado. Que contribuição resultará daqui?", interrogou, para logo insistir: "e sobretudo, onde está a disciplina de transformação do

gem em o Governo dar a conhecer outros aspectos relacionados com esta problemática, como sejam, por exemplo, um projecto de código de urbanismo, o regime jurídico do programa nacional de políticas de ordenamento do território, o regime jurídico dos planos



"O direito à propriedade implica o direito à transformação do solo?", esta uma das questões levantadas no colóquio promovido pelo PCP com vista preparar o debate parlamentar sobre a Lei de Bases de Ordenamento do Território

das", Margarida Sousa Lobo entende que está claramente sobrevalorizado o sistema de planeamento, com subalternização das outras duas componentes - o regime dos solos e o domínio da execução do planeamento ou do urbanismo operacional -, exactamente aquelas em que, do seu ponto de vista, a "legislação actual se encontra mais desarticulada e menos operacional".

Intervindo no final, Luís Sá partilhou da ideia quanto à necessidade da Lei de Bases, lembrando que a Constituição a prevê, fazendo notar, todavia, que "é preciso que resolva os problemas colocados, em especial a carência de espaço

uso do solo que salvaguarde valores fundamentais?"

Reaçada pelo parlamentar comunista foi ainda a vanta-

intermunicipais de ordenamento do território, ou o regime de transformação da estrutura fundiária.

Agudiza-se a luta pelas 40 horas

Três empresas têxteis do concelho de Guimarães entraram em greve anteontem, contra a recusa da administração em cumprir correctamente a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais. A Federação dos Sindicatos Têxteis informou que as empresas (duas do grupo Outeirinho e uma do grupo Tearfil) paralisaram completamente no turno da manhã.

A Fesete/CGTP denunciava que, enquanto aos trabalhadores são recusadas melhorias das condições de trabalho que não implicariam encargos financeiros, os patrões não deixam de ostentar riqueza e

luxo, como é evidente nos carros de luxo com que se deslocam às instalações fabris.

Na Coelima também é encaráda a possibilidade de se recorrer à greve, depois de a administração, na terça-feira, não ter mostrado abertura à redução efectiva do horário e manter «uma postura de não negociação de uma solução para o conflito».

A Fesete chama a atenção para o facto de que «em várias empresas vêm-se acentuando novas formas de luta, que passam já por greves também durante a semana e não só ao sábado».

Aborto clandestino vai continuar?

Está hoje a decorrer, por todo o País, e nomeadamente em Lisboa, Porto, Setúbal e Évora, um conjunto de acções destinadas a esclarecer e alertar para o que representa a troca - proposta pelo PSD e aceite pelo PS - da lei de despenalização do IVG por um referendo.

Uma lei, aprovada na Assembleia da República, cujo processo de discussão na especialidade deveria culminar, hoje mesmo, com a sua aprovação final.

Nos folhetos informativos divulgados nas acções em curso pelo País, o PCP sublinha que, o que está em causa é "continuar a fechar os olhos à criminalização, à clandestinidade, e insegurança a que as mulheres estão sujeitas e ao negócio que o aborto clandestino proporciona ou com coragem e serenidade enfrentar o problema".

Por outro lado, o PCP denuncia a atitude do PS, que assim se associa "às teses fraudulentas e interesseiras do PSD, segundo as quais a rejeição pela AR da despenalização do aborto não precisa de ser acompanhada de referendo, mas uma decisão favorável já exige uma consulta popular".

